

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANTROPOLOGIA)

Euzalina da Silva Ferrão

**Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de
trabalhadores rurais do alto rio Atuí na ilha de Marajó:
exame de uma experiência**

Belém-Pa
Fev/ 2006

Euzalina da Silva Ferrão

Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atuí na ilha de Marajó:
exame de uma experiência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), área de concentração em Antropologia, junto ao Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais (ANTROPOLOGIA), sob a orientação da Prof^a Dr.^a Diana Antonaz.

Belém-Pa
Fev/ 2006

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do CFCH-UFPA, Belém-PA - Brasil).

Ferrão, Euzalina da Silva

Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atua na Ilha de Marajó: exame de uma experiência/ Euzalina da Silva Ferrão; orientadora, Diana Antonaz. - 2006

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006.

1. Trabalhadores rurais - Organização - Marajó, Ilha de (PA). 2. Movimentos sociais - Marajó, Ilha de (PA). 3. Desenvolvimento sustentável - Marajó, Ilha de (PA). I. Título.

CDD - 20. ed. 331.763098115

Euzalina da Silva Ferrão

Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atuí na ilha de Marajó: exame de uma experiência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), área de concentração em Antropologia, junto ao Departamento de Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como pré-requisito para obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais (ANTROPOLOGIA), sob a orientação da Prof^a Dr.^a Diana Antonaz.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Banca examinadora em:

Banca examinadora:

Dra. Diana Antonaz (UFPA)

Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida (UFRJ/MN/PPGAS)

Dra. Maria de Fátima Carneiro da Conceição (UFPA)

Dr. Roberto de Araújo Oliveira Santos Júnior (Museu Emílio Goeldi)

Belém-Pa
Fev/ 2006

*Aos homens e mulheres que com seu trabalho
fazem a história das comunidades do Alto rio
Atuá do município de Muaná, Marajó, Pará.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por me possibilitar esperança nas fases mais difíceis que passei durante o curso.

Agradeço à minha família, meu pai Francisco, minha mãe Vitória e minhas irmãs Francisca, Ruth, Jacira e Clara, pela compreensão nos momentos em que preferi me isolar, para estudar, a está em sua companhia.

Agradeço aos trabalhadores da comunidade Recreio, que não mediram esforços para me acolher durante a pesquisa, especialmente, Mauricio Azevedo, Rita Nascimento, Benedita Pinheiro, Laudimar Reis, José Luís Ferreira, Leila Reis, Osmar Pinto, Sebastião Nascimento, Bernadina Nascimento, Zacarias Cordeiro e Raimundo Freitas e, as pessoas que contribuíram com entrevistas: Quincas, Francisca Calandrini, Nazaré Monteiro, Fátima Cobel, Julieta, Nollar, Reginaldo, Arlindo, João Reis e Zeh Roberto.

Agradeço aos amigos Armando Souza, Adebaro Reis, Maria Madalena Freire, Soraia Melissa Soares, Elizabeth Raiol, pelas contribuições tão valiosas e necessárias para esta realização, e, especialmente, a Maria José Barbosa que nunca mediu esforços para ler os meus escritos e discutir os textos acadêmicos.

Agradeço aos colegas do curso Ângela Gemaque, Alexandre Azevedo, Anselmo Paes, Francilene Parente, Leandro Xavier, Lizete Sobral, Marilene Pantoja, Raquel Abreu, Roseane Pinto, Vanda Pantoja e Vanderlucia Pontes pela convivência saudável e troca de conhecimento.

Agradeço, especialmente, aos colegas do curso Shirley Monteiro e ao Wellington Souza pelo apoio, carinho, amizade e companheirismo com me deram.

Agradeço aos professores Maria Angélica Mota-Maués, Maria Cristina Maneschy, Marilu Campello, Raymundo Heraldo Maués, Roberto Araújo de Oliveira Santos Junior que contribuíram nas suas disciplinas com momentos ímpares de aprendizagem.

Agradeço aos professores Alfredo Wagner Berno de Almeida e Maria de Fátima Carneiro da Conceição pelas contribuições valiosas dadas durante a qualificação do projeto e, a Maria José Aquino pelos seus comentários preciosos para construção deste trabalho.

Agradeço à professora Diana Antonaz pela orientação que me foi dispensada no decorrer do curso. Orientação marcada pela amizade, compreensão e gestos amistosos.

Resumo

FERRÃO, Euzalina da Silva. Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atua, na Ilha de Marajó: exame de uma experiência. **Belém, 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, 2006.**

Este trabalho tem por objetivo analisar as formas de introdução e aplicação de projetos de desenvolvimento sustentável no município de Muaná, especificamente no alto Rio Atua, na ilha de Marajó, por meio da intervenção de organizações governamentais e não governamentais. São explicitadas as percepções e estratégias daqueles a quem os projetos são dirigidos, tendo em vista, também, o processo de organização e reorganização dos trabalhadores rurais no rio Atua dentro de sindicatos e associações de trabalhadores rurais. Mostram-se as relações entre os projetos de desenvolvimento sustentável e formas recentes de gestão como a Agenda 21, que vem sendo implantada na região.

Palavras-chaves: **desenvolvimento sustentável, trabalhadores rurais, associativismo, agenda 21, participação política.**

Abstract

FERRÃO, Euzalina da Silva. **Sustainable development, organization and reorganization of the rural workers from the High Atuí River, on Marajó Island: examination of an experience.** Belém, 2006. Dissertation (Master Degree for Anthropology) – Universidade Federal do Pará, 2006.

This work aims analysing the ways by which sustainable development projects were introduced and implemented in the town of Muaná and in the High Atuí Region, in the Marajó Island, considering intervention of governmental and non-governmental organizations. Organization and reorganization processes of the rural workers at the High Atuí River in unions and associations are analysed, as well as the perception and strategy of those whom the projects are addressed to. The connection between such projects and recent forms of management such as “Agenda 21”, which is in process, is discussed.

Keywords: sustainable development, rural workers, associatiation, Agenda 21, political participation.

Lista de fotografias

Foto nº 01 Pastoreio a pé nos campos naturais	43
Foto nº 02 Pastoreio a búfalo	43
Foto nº 03 Pastoreio a cavalo	44
Foto nº 04 Casa da área dos campos naturais	44
Foto: nº 05 casa coberta com telha	54
Foto nº 06 casa coberta com palha	54
Foto nº 07 Família de agricultor descendente de nordestino na Comunidade Bom Jardim, no rio Atuí	70
Foto nº 08 Carregamento de palmito	106
Foto nº 09 Pequena canoa motorizada utilizado no transporte local	106
Foto nº 10 Barracão de criação de porcos (por fora)	106
Foto nº 11 Barracão de criação de porcos (por dentro)	107
Foto nº 12 Zacarias e as crianças do Mauricio e Rita no terreno da APROAGRO	107
Foto nº 13 Casa de farinha	108

Lista de quadros

Quadro nº 01 Calendário das atividades agrícolas do alto rio Atuí na década de 1970	65
Quadro nº 02 Ciclo agrícola do alto rio Atuí na década de 1970	67

Quadro nº 03 Calendário das principais atividades produtivas do alto rio Atuí em 2004 (APROAGRO)	109
Quadro nº 04 Ciclo agrícola do alto rio Atuí em 2005	110
Quadro nº 05 Atividades agrícolas do alto rio Atuí em 2005	111

Lista de abreviaturas e siglas

AGROMA – Associação dos Miniprodutores Rurais de Muaná

ALBRÁS – Alumínio Brasileiro S/A.

**APROAGRO – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Alto
Rio Atuí do Recreio**

ARENA – Aliança da Renovação Nacional

- ASPRA**– Associação dos Pequenos Agricultores
- BASA** – Banco da Amazônia S/A.
- CEASA** – Central de Abastecimento S/A
- CEB** – Comunidade Eclesial de Base.
- CMDL** – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Local.
- CMDR** – Conselho municipal de Desenvolvimento Rural
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra.
- DELIS** – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural.
- FDELIS** – Fórum de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
- FNO** – Fundo Constitucional do Norte.
- IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- ITCPES** – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PMDR** – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- PPB** – Partido Popular Progressista
- PRONAF** – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
- PSDB** – Partido Socialista Democrático Brasileiro
- PST** – Partido Socialista Trabalhista
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- SINTEP** – Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Pará
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
- SUDAM** – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso.

TLC – Treinamento de Líderes Comunitários
UFPA – Universidade Federal do Pará.
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

Sumário

Dedicatória	iv
Agradecimentos	v
<i>Resumo</i>	vi
<i>Abstract</i>	vii
<i>Lista de fotografias</i>	viii
<i>Lista de quadros</i>	ix

<i>Lista de abreviaturas e siglas</i>	x
Introdução	14
Capítulo 1: Do próximo ao distante: minha família como ponto de partida da pesquisa	17
Minha família	18
	21
Meus pais, meus irmãos e eu: a vida no Retiro	24
Saídas para estudar	26
Morando em Belém desde 1984	28
A vida Acadêmica e a Polícia Civil	29
A realização da pesquisa	30
A caminho da pesquisa de campo	32
Uma pausa no trajeto: a cidade de Muaná	32
Da cidade ao recreio, ocupando o lugar das mercadorias	35
A chegada no lugar da pesquisa	37
Entrando na intimidade doméstica	41
Capítulo 2 -O município de Muaná e o universo do rio Atuí	41
Muaná município do Marajó	41
A cidade de Muaná	45
Propriedade da terra. Relações de dominação	46
O rio Atuí	48
A comunidade Recreio	50
Recreio, território de parentesco	57
Surtos de ocupações e processos localizados	62
Decadência da borracha e desenvolvimento da agricultura	64
Agricultura e formação dos povoados	64

O esvaziamento gradual da agricultura	69
Permanências e deslocamentos	70
Extratativismo do palmito do açai	74
A vida no Atua	78
	80
Capítulo 3: A Igreja Católica enquanto agente transformador da realidade social no município de Muaná e no alto Atua	
A reconversão dos agentes da Igreja Católica na Amazônia	80
A Igreja Católica da Prelazia de Pontas de Pedras	83
A formação da comunidade do Recreio	86
A transformação do espaço social	87
Uma discussão a respeito dos usos da categoria comunidade no rio Atua	90
	92
Capítulo 4: Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais	
	92
O contexto da política local	
	94
A formação de organizações populares em Muaná e a participação nos Conselhos Municipais	
As instâncias voltadas para o desenvolvimento sustentável	97
Agenda 21, Fóruns e Conselhos de Desenvolvimento Sustentável	99
Os amigos da Itália (Os amigos de Lodi)	100
A Associação de Trabalhadores Rurais do Recreio - APROAGRO	101
A organização do trabalho na APROAGRO	105
Considerações Finais	113
Referências	116

Introdução

Apresento, nesta dissertação, os resultados da pesquisa sobre os projetos de desenvolvimento sustentável implantados na “comunidade” do Recreio no Alto Rio Atuí. Esta comunidade – e aqui o sentido desta categoria remete a um grupo organizado, instalado naquele local, mediante ações da Igreja Católica.

Nasci naquela região, de onde é também toda a minha família. Mesmo depois de ter me mudado para Belém continuo mantendo os vínculos com aquilo que denomino “o universo do rio Atuí”, seja no alto Atuí, em Muaná, ou até mesmo em Belém. São vínculos afetivos, geracionais (e inter-geracionais), econômicos e políticos.

Em 1996 estive nas comunidades de Bom Jardim e Recreio, para ali realizar uma pesquisa voltada para a produção de uma monografia de curso de especialização. Naquela ocasião, não notei a presença de novas organizações. Atuavam na região apenas as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Muaná, implantados desde a década de oitenta. Nas pesquisas feitas nessa época eu já ouvira os “comunitários”²⁷ comentarem a respeito da “força do movimento de trabalhadores da cabeceira do Atuí”²⁸. Em 2003, realizei uma pesquisa no rio Mapuá, no município de Breves²⁹, onde percebi uma clara semelhança com as comunidades do Atuí, por onde passei algumas vezes depois de 1996. Como fenômeno recente, notava-se a presença de instituições públicas – estaduais e federais – e privadas, cuja ação era praticamente invisível em outras épocas, uma vez que se dava

²⁷ Toda aqueles que vivem nas comunidades organizadas pela Igreja Católica.

²⁸ Estes movimentos são abordados nos capítulos 3 e 4.

²⁹ Em equipe coordenada pelo economista, Armando Lírio de Souza, da UFPA para fazer um diagnóstico no município de Breves na ilha de Marajó. Esse diagnóstico foi fundamental para que eu elaborasse meu projeto de mestrado sobre desenvolvimento sustentável e organização de trabalhadores no Marajó.

exclusivamente por intermédio da política local. Era evidente a reorganização da vida, envolvendo contatos diretos dos trabalhadores com instituições dos governos municipal, estadual e federal – como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entidades não governamentais e empresariais envolvendo discussões como selos verdes, seqüestros de carbono, alternativas para o corte de árvores, assim como outras propostas ditas “sustentáveis”. Isso, para mim, se apresentava como uma novidade, pois, eu interpretava isso como uma “mudança” relevante da vida no Marajó. Foi esta mudança, atravessada por essa nova etiqueta (LEITE LOPES, 2004, p.27-9), e cuja importância intuía, que aparecia a meus olhos como um tema bom para pensar, e que se tornou objeto de minha proposta de dissertação.

Após haver reificado “a mudança” - muitas reflexões, debates e leituras³⁰ depois - percebi que o que eu interpretava como mudança, na realidade, eram continuidades, apropriações e traduções. O que passei a me propor, então, foi entender o processo de chegada de novas instituições, ou melhor, de agentes que modificavam as práticas do Atujá na longa duração. Aí se colocava o problema do recorte temporal. Por um lado, isso me parecia claro. Dar-se-ia a partir da entrada em cena dessas instituições, e eu localizava a igreja Católica e a constituição de CEBS e pastorais como fundamental, mas, a partir daí estaria pensando apenas no processo de reorganização social.

Eu precisava objetivar algo inerente à vida das famílias que se dedicam à agricultura e ao extrativismo, para poder entender o que estava acontecendo. Tratava-se de uma produção organizada a partir de grupos familiares, mas também, de forma mais ampla, de um grupo de famílias ou de um “território de parentesco” (COMERFORD, 2003), como é o Recreio,

³⁰ Principalmente SAHLINS, 2003a.

que contém dinâmica e faccionalismo internos, semelhantes aos propostos pelo autor.

Pensei em estrutura social, na acepção de Claude Levi-Strauss (2003), envolvendo sistemas interligados (econômico, religioso, parentesco, político), mas repensada por Sahlins (2003a), e, portanto sem congelá-la no tempo. A partir daí, optei por me fixar na organização dos grupos familiares, como base para pensar as mudanças econômicas. Assim, passei a ver, inicialmente, a organização dos trabalhadores rurais frente à estrutura produtiva local. Como o grupo produzia ao longo do “tempo social” estabelecido no estudo (dos anos de 1970 até 2005). O final da década de sessenta do século passado marcava um processo sucessivo de transformação da produção, inclusive de industrialização da região com a implantação de indústrias de beneficiamento de madeira e de palmito.

Debrucei-me sobre livros voltados para a história econômica do Marajó, e sobre a atuação da igreja Católica neste período, e particularmente de Muaná³¹, no entanto os títulos encontrados não ofereciam informações e análises suficiente para o que eu pretendia fazer. Resolvi, então, colher “a história” a partir do depoimento de suas testemunhas, ou seja, dando voz àqueles que a haviam vivido, utilizando a literatura enquanto referência.

Para entender como os novos agentes entravam em cena, as relações estabelecidas entre eles e os agentes da comunidade estudada, suas posições relativas e como as relações de dominação iam sendo redesenhadas utilizei a noção de espaço social (BOURDIEU, 1996).

A noção de configuração de Elias (2001) permitiu-me pensar a importância do processo e ver os eventos em correlação, de forma a entender em que circunstâncias determinadas pessoas ou grupos passam a ocupar posições de relevância.

Com algumas dessas idéias na cabeça realizei o meu trabalho de campo, que consistiu de observação sistemática da realidade na comunidade do Recreio e no espaço mais amplo do Município de Muaná. Realizei 18 entrevistas para dar conta tanto do processo, particularmente nos aspectos de organização social, econômico e político, quanto de suas imbricações. Procurei, ao mesmo tempo, restituir o ponto de vista dos

³¹ BRABO, 1979; LOUREIRO, 1987 e 1992; WEINSTEIN 1993; CONCEIÇÃO E MANESCHY 2002; CONCEIÇÃO, 2001, SOUZA, 2003, SOARES, 2004; MIRANDA NETO, 1993; NUNES PEREIRA, 1953; entre outros, no que se refere à história do Marajó. E ALMEIDA, 1993; HÉBETTE, 2002; HOORNAERT, 1990; GRZYBOWSKI, 1990; MOREIRA, 2003 e também o Jornal “Voz de Nazaré”, principalmente, em artigos sobre a igreja da prelazia e depois da diocese de Ponta de Pedras, em assuntos com história das comunidades e seu clérigos, a partir de 1970.

agentes daquilo que em princípio eu havia visto como “mudança” simplesmente.

Como a minha posição de pesquisadora é muito particular, no primeiro capítulo, procuro mostrar do ponto de vista de quem foi realizada a investigação. Para isso, mostro a posição de minha família – de certa forma intermediária entre dominadores e dominados – e da rede de relações constituída a partir desta, mas também a partir de minha trajetória pessoal e que constitui a rede central de interlocutores da pesquisa. Descrevo, além disso, as condições em que foi realizado o trabalho de campo.

No segundo capítulo apresento o município de Muaná e a comunidade do Recreio, retrazando a história das intervenções³² econômicas (políticas e sociais) a partir do final dos anos sessenta, de modo a fornecer os instrumentos que permitam entender o processo que a comunidade vive atualmente.

No terceiro capítulo, mostro a atuação da Igreja voltada para a Teologia da Libertação, como se deu a constituição das organizações populares, o embate com a política das oligarquias locais, bem como a formação de novas lideranças.

No quarto capítulo trato das organizações envolvidas em projetos de desenvolvimento sustentável, sua origem e a reconversão de algumas, em um contexto onde se movimentam instituições de governo de todos os níveis, organizações não governamentais, além de uma organização internacional ligada à Igreja Católica.

³² Entendo intervenção como imposição de práticas externas ao grupo.

Capítulo 1

Do próximo ao distante: minha família como ponto de partida da pesquisa

Neste capítulo, procurarei dar conta, em primeiro lugar, do estado do meu conhecimento a respeito do município do rio Atuí e das pessoas que lá vivem, e de forma mais ampla do Marajó, no momento em que iniciei a pesquisa, e que informa o meu olhar. E para isso, a história de minha família é de fundamental importância. Com efeito, esta tem um pequeno sítio na região dos campos e vende a maior parte da produção pecuária aos trabalhadores da área do rio, comprando a maior parte dos produtos agrícolas desses trabalhadores. Pequenos produtores como meus pais têm uma forte relação de amizade e comercial. Meu pai descende de proprietários de terras dos campos e minha mãe é filha de um pequeno proprietário de terra às margens do rio. Assim como eles, muitas famílias têm essa formação híbrida (casamento de “da beira” com “do campo”). Minha família não é apenas a minha referência de conhecimento. Tios e tias, tios-avós, primos de diversos graus, compadres e comadres, no município de Muaná e em Belém, transformaram-se em interlocutores centrais da minha pesquisa, especialmente no que se refere à história das pessoas deste município, nos últimos cinquenta anos. A rede de conhecidos constituída durante os percursos de meu pai ao longo dos rios, seus filhos e netos são os protagonistas desta pesquisa. Alguns elementos de minha trajetória de vida permitirão entender meu trajeto intelectual. Mas, além disso, o fato de ser parente de alguém no Atuí, estabeleceu uma relação particular com meus interlocutores. O fato de ser parente de alguém conhecido permitia que as pessoas me atribuíssem um lugar dentro de suas representações a respeito de sua organização social, lugar este que variava segundo uma relação de maior ou menor proximidade com cada pessoa.

Considerando a minha intimidade com a região e a rede de parentes e conhecidos, na segunda parte deste capítulo, mostrarei como se deu o trabalho de campo, analisando as vantagens e desvantagens de minha posição social no Atuí, durante a realização da pesquisa.

Minha família

Nasci em Muaná, no lugar chamado Retiro. Propriedade que meu pai, Francisco de Paula Azevedo Ferrão, herdou de sua mãe, Clara Calandrini de Azevedo³³, que por sua vez herdou de seu pai, Major José Pedro Calandrini de Azevedo. Minha avó era filha do terceiro casamento de seu pai, sua mãe era Raquel, filha de escravos.

O Retiro é uma terra de herança entre tantas outras que existem na região. Minha avó Clara herdou duas fazendas de gado bovino e eqüino, a Santa Eulália e o Retiro (nome não apenas da fazenda, mas também do terreno). O Retiro está localizado na margem esquerda do Igarapé do Tucunduba, que só é navegável nessa área no período chuvoso, quando os campos ficam alagados. O igarapé do Tucunduba deságua no rio Tauá, afluente direito do rio Atuí.

A casa de meus pais fica próxima à beira³⁴ do rio Atuí, mas está localizada na região dos campos. Quase toda essa área onde está a casa de meus pais, e a partir dela, situam-se em campos naturais. A maioria das terras, no alto rio Atuí, é ocupada por fazendas de gado bufalino, que foi introduzido na década de setenta.

A relação de minha família é intensa com o rio Atuí, primeiramente, porque se constitui na principal via de escoamento da produção chegada e saída da região, mas também, porque minha mãe é filha de um pequeno proprietário de terra “da beira” do rio.

A origem e a trajetória da minha família foram marcadas pela ocupação dos espaços da ilha pelos Europeus e Africanos. Meu pai nasceu na cidade de Muaná, filho de Alexandre Negrão Ferrão, sendo que o pai de meu pai era filho do Major Jacinto da Costa Ferrão, este

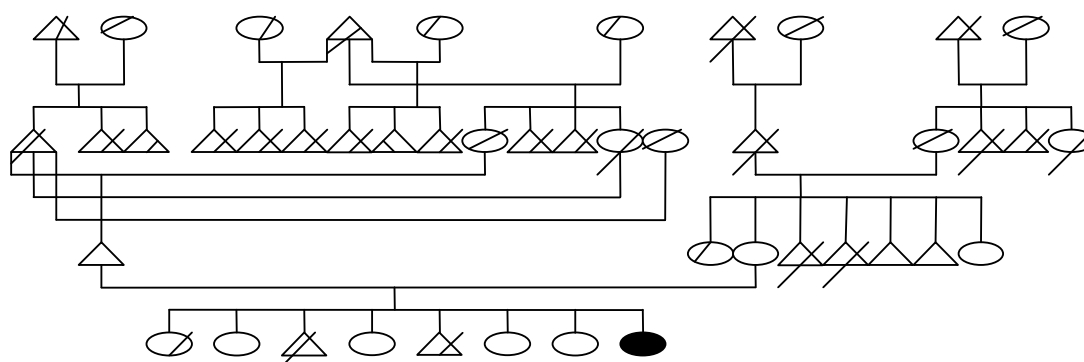
³³ Este é o nome de solteira de minha avó. Quando ela casa passou a se chamar Clara Azevedo Ferrão, levando o sobrenome de seu esposo. Da mesma forma que em relação a minha avó utilizarei o nome de solteiras para as demais mulheres de famílias.

³⁴ As categorias “do campo” e “da beira” são nativas e se designam para identificar, classificar pessoas e lugares. Essas categorias têm um significado importante para a compreensão do espaço social do “universo do rio Atuí”.

casado com Ana Negrão, irmã do proprietário do engenho de cana-de-açúcar e cachaça, Cajuúba.

Logo aos sete anos de idade o meu pai ficou órfão de mãe, sendo criado até os dez por sua avó paterna que morreu quando ele atingiu essa idade. Sua avó materna já havia morrido também. Logo que sua mãe morreu, seu pai se casou com a irmã da esposa, Josefa Calandrini de Azevedo, mas esta morreu no parto juntamente com a criança.

Diagrama de parentesco de minha família



Explicação do diagrama

- △ = sexo masculino
- = sexo feminino
- ◐ ou ◑ falecida (o)
- ego (eu)

Meu pai, após a morte da avó, veio morar com meu avô em Belém. Como este viajava muito, meu pai vivia em um hotel, onde morou até os dezessete anos de idade, quando seu pai morreu em Guaramiranda no Ceará. A essas alturas, seu pai já havia casado pela terceira vez com uma senhora cearense.

A vida no hotel era preenchida pelas leituras diárias das notícias de jornais e de revistas. Corria a metade da década de 1930 e Belém ainda vivia das lembranças do tempo de ouro da borracha. Meu pai era freqüentador assíduo dos cinemas e seu pai sempre que podia assistia aos espetáculos das companhias francesas que ainda existiam. Cito isso, porque esse seu pendor pela leitura e as notícias, a que deu continuidade no Marajó, fez com que muitos

vizinhos - vaqueiros das fazendas e moradores da beira - acessem ao sítio do Retiro onde meu pai sempre costumava ler ou contar as notícias ouvidas no rádio.

Com a morte de meu avô, meu pai viu-se diante da necessidade de assumir as fazendas de gado *vacum* e de eqüinos deixadas pelo seu pai, além da herança deixada pela sua mãe, e, ainda, aquela do casamento de meu avô com Josefa Calandrini de Azevedo, a fazenda Santa Tereza. Quando retornou ao Marajó para assumir as fazendas, meu pai recebeu um comunicado de um turco, que dizia que seu pai lhe havia vendido em vida todas as terras que lhe pertenciam.

Papai entregou as fazendas Santa Eulália e Santa Tereza, ficando apenas com o Retiro. Da herança por parte dos avós paternos não herdou nada; tudo ficou com seus tios Antonio e Raimundo Negrão Ferrão.

Meu pai só recebeu as terras do Retiro com algum gado. Quando chamado pelo juiz, para dizer se desejaria algum tutor até que alcançasse a maioridade, meu pai recusou. No Retiro vivia uma senhora chamada Maria, que com seus filhos, cuidavam da fazenda e do abastecimento. Aos vinte e seis anos, meu pai casou como minha mãe, Vitória Amaral da Silva, de dezessete anos. Meu pai nasceu em 1922 e minha mãe em 1930.

Minha mãe nasceu no rio Atua, nas terras que sua mãe, Maria Raimunda Cravo do Amaral, herdou dos pais, no local denominado de Campinina, “na beira” do rio Atua. Sua mãe era originária do município de Chaves, no Marajó, trabalhava com a lavoura e seus pais tinham terras, mas logo venderam e ficaram apenas com a área “da beira” do rio. Seu pai, Francisco Gama da Silva, era muanense e morou, por muitos anos, com seu pai na fazenda dos Teixeira, proprietários de fazendas do rio Anabijú, no município de Muaná, depois se mudou para o rio Atua. Era vaqueiro, havia trabalhado sempre como vaqueiro e era filho de vaqueiro descendente de escravos.

Minha mãe, aos 16 anos, veio para a cidade estudar na casa “do turco” Zezinho, que disse ter comprado as fazendas de meu avô paterno. Nessa época, seu pai era feitor da fazenda Santa Eulália, cuja propriedade havia passado para o turco. Dentro de um ano, como ela não foi matriculada para estudar, voltou imediatamente para casa de seus pais. Nesse ano aprendeu as artes da cozinha, inclusive a fazer doces caseiros com frutas.

Essa saga de família marajoara é confirmada pela memória de meus pais: a de meu pai se perde no passado dos coronéis dos quais descende, sublinhando a descendência feminina dos Calandrini, poderosa família local de origem italiana, chegada na ilha no tempo

dos contemplados³⁵, no século XVIII. Isso mostra que escolhemos quem lembrar em nossa genealogia. Note-se também como a herança serve de fio de interconexão entre gerações. Há que se observar igualmente à assimetria da memória da família de meu pai em relação à de minha mãe, filha de lavradores de pequenas posses e neta de descendente de escravos, o que mostra como os processos de legitimação social são instituintes da memória.

A história de meu pai, que, de uma hora para outra, se encontra quase sem recursos, faz também parte de uma história coletiva que conta a decadência de algumas famílias de coronéis do Marajó – enquanto outras mantêm seu estatuto ou se reconvertem – e a transferência de terras para migrantes – como “o turco”, que fizeram pequenas fortunas com o comércio, muitas vezes de porta em porta e viajando pelo interior, e se reconverteram em proprietários de terra, formando uma nova elite na ilha. O relato aqui feito tem a função de mostrar como a rede de interlocutores da pesquisa se constitui a partir da história de minha família e de minha própria história, em virtude da posição particular de minha família atual, que mantém parte de seu antigo capital social, embora tendo perdido a maioria de seus bens, e aproximando-se, por outro lado, mantendo a diferença, com as famílias mais pobres. Esta posição intermediária, que implicou circulação de comunicação e obrigações mútuas, produziu uma ampla rede de relações.

Meus pais, meus irmãos e eu: a vida no Retiro

Sou a caçula de uma família de oito irmãos, sendo que minha irmã mais velha, Sebastiana, morreu aos seis meses de idade, meu quarto irmão nasceu morto, - nem recebeu nome, e meu terceiro irmão, Armando, morreu aos vinte e quatro anos de idade. Considero que minha família é composta de oito pessoas, àquelas com quem convivi: meu pai, minha mãe, minhas quatro irmãs, Francisca, Ruth, Jacira e Clara, meu irmão Armando e eu.

Quando nasci, por ser a última filha, quase não via minhas irmãs Francisca e Ruth que estudavam fora e só vinham nas férias. Víamos Ruth com mais frequência, porque morava na

³⁵ No início do século XVIII, a ilha de Marajó' era uma capitania hereditária sob o domínio de Luís Gonçalo de Souza Macedo, Barão de Joanes que divide a terra em sesmarias. Um de seus descendentes, o quarto Barão de Joanes troca a capitania por um título de visconde e uma quantia em dinheiro, retornando a capitania para a coroa portuguesa. Esta a reparte, distribuindo terras às famílias. Mediante essas subdivisões, foram agraciadas as famílias Gavinhas, Gonçalves, Chermont, Calandrini, Miranda, Frade e Avelar entre outras. Esses novos ocupantes ficarão conhecidos pela denominação de contemplados e entrarão em choque com os sesmeiros que já ocupavam as terras. (NUNES PEREIRA, 1956).

cidade de Muaná, e para lá eu ia com meus pais quando havia festas de santo. Convivi mais tempo com o Armando, a Jacira e a Clara, elas, por terem idades mais próximas da minha.

Tudo começava muito cedo em casa, às cinco da manhã um vaqueiro, ou meu irmão, ou algum dos meus tios que sempre estavam lá por casa ou algum dos senhores que sempre moravam em casa, ia buscar as búfalas para tirar o leite. Além de um vaqueiro, que era empregado de meu pai, havia sempre alguns senhores mais velhos que vinham para a minha casa para morar e prestar alguns serviços. Gostava muito deles, porque me contavam as histórias das fazendas onde haviam morado. No Marajó, naquela época, pessoas solteiras de idade avançada moravam na casa de outras pessoas, para fazer serviços como roçar ilhas, caçar, pescar e cuidar de porcos. Passavam uma temporada em uma casa, depois iam para outra e assim passavam a vida inteira, de fazenda em fazenda ou de casa em casa.

Meu pai sempre rezou terço de manhã, ao meio dia e à noite. Na reza da noite nós, os filhos, tínhamos que participar. Com os castiçais acesos, ficávamos mexendo nas velas. Meu pai não suportava isso, pois queria que todos estivessem compenetrados na reza. Rezávamos o terço e mais a ladainha, de joelhos. Em minha casa havia um altar com oratório e santos, sendo que meu pai festejava São Sebastião e minha mãe Santo Antônio. No altar, os santos que eram enfeitados com fitas de cetim coloridas, sendo algumas pessoas amarravam dinheiro nas fitas ou então colocavam moedas aos pés dos santos.

Na Semana Santa, nós rezávamos todos os dias: de manhã, de tarde e à noite, sendo que desde a quinta-feira às quatorze horas acompanhávamos as horas da agonia e não podíamos fazer barulho. Quem fizesse barulho apanhava aleluia (éramos ripados com o caule de uma palmeira, açazeiro de preferência). Isso para mim era uma diversão, porque minha irmã Clara não suportava apanhar. Ela fazia de tudo para não fazer barulho, só para não apanhar aleluia.

Para o sítio do Retiro convergiam vaqueiros das fazendas e pessoas “da beira”, além de parentes de todos os graus. Com efeito, nós havíamos perdido bens ao longo das gerações, mas ainda detínhamos capitais simbólico e cultural diferenciados. Minha mãe era a costureira da redondeza. Costurava para muita gente. E assim havia sempre muita gente lá em casa. Nós (Jacira, Clara e eu), quando crianças, recolhíamos os retalhos de roupa das costuras de minha mãe, para a Jacira fazer as roupas de nossas bonecas, copiando os modelos que minha mãe fazia para sua freguesia.

Meu pai sempre viajava para Belém antes em canoas a vela, depois em canoas motorizadas da vila Mariahy³⁶. Nessas viagens ele fazia o rancho que era constituído por: açúcar; café em grão; querosene para aceder às lamparinas; velas para os santos - meu pai acendia dois castiçais com três velas cada, todos os dias em homenagem aos santos; munição para espingarda de caça; cachaça para agradar os senhores que moravam em casa e os vizinhos que vinham conversar com ele ou escutá-lo ler as revistas ou jornais velhos que havia comprado na sua passagem por Belém; temperos como cebola, alho, cominho, sal, pimenta-do-reino e outros; arroz; tabaco de corda – para ele quando ainda fumava e depois para presentear os vizinhos; tecido para mamãe costurar para nós todos; remédios para os animais; brinquedos para nós, como as bonecas. Dispor desse rancho variado fazia diferença da nossa casa, se comparada com a casa dos vizinhos. Estes eram empregados das fazendas, morando em ranchos de criação de porcos, ou então moradores “da beira”. Diferente deles que não eram proprietários, nós tínhamos o sítio³⁷.

Excetuando-se as casas grandes das fazendas, a maioria das casas dos vizinhos, não dispunha de mesa, os pratos eram de alumínio ou esmaltados. Isso tudo era estranho para mim. Nessas casas, sentava-se no chão para comer, e em casa, meu pai e todos sentávamos à mesa. Meu pai ficava em uma das cabeceiras e minha mãe na outra ou ao lado. Sentávamos a mesa, juntos, pelo menos três vezes ao dia, pela manhã, na hora do almoço que variava de hora e logo no início da noite.

Meu pai nos alfabetizou a todos. Na época que meus irmãos mais velhos (Francisca, Armando, Ruth e Jacira) estavam sendo alfabetizados, algumas crianças vieram morar lá em casa para que meu pai as alfabetizasse também. Além disso, sempre que alguém pediam, ele escrevia e lia cartas. Depois, meu irmão passou a fazer isso, mas com seus amigos jovens.

Minha mãe sempre acolhia um menino, filho de alguém que pedia para o ficar em casa ou então simplesmente um dia aparecia e ficava por um, dois, três, quatro anos e quando ficava adulto ia embora. Minha mãe até hoje faz isso.

Minha casa era um lugar em que sempre a gente estava lendo para alguém. Meu irmão lia os contos de cordel, para os vaqueiros que os traziam, e sabiam ler e outros que gostavam

³⁶ Vila Mariahy, entre 1960 e 1980 foi uma indústria de beneficiamento de madeira. Havia cerca de 200 casas ocupadas, gratuitamente, por operários da fábrica que possuía embarcações que transportavam passageiros de todo o percurso do rio Atua até Belém e era importante centro comercial da região. Estava localizada a cerca de 200 metros da foz do rio Tauá.

³⁷ Um dos vizinhos de nossa família era o seu Sebastião Calandrini de Azevedo, feitor da fazenda Santa Tereza, pai do Mauricio Barbosa de Azevedo que me hospedou na pesquisa de campo no Recreio.

de escutar. Na minha casa sempre houve rádio. Meu pai, em jogos do Brasil escutava o rádio e quando o Brasil fazia gol dava tiros ou soltava foguete para comunicar o feito aos vizinhos.

A Ruth sempre gostou de levar suas colegas para passar férias em casa. Chegavam carregadas de livros e eu achava isso surpreendente.

Nas férias de minhas irmãs nós íamos ficar na casa de meu tio Clemente, irmão de minha mãe, segundo na fratria após uma irmã mais velha. Sua casa ficava “na beira” distante da nossa. Lá há um lindo pomar, que nas férias de janeiro e de julho se enchia de frutas. Tia Cassiana, sua esposa muito religiosa, estava sempre envolvida com as rezas e com as ladainhas que recitava em latim. Em sua casa, também, sempre organizava mucuras³⁸. Esse era um dos motivos que nos atraía para sua casa. O improviso era sua principal proeza. Com a chegada das comunidades de base da Igreja Católica, passou a participar ativamente delas e, até hoje, com oitenta anos, ainda acompanha os movimentos.

Meu pai como pequeno pecuarista sempre abateu os animais em casa para vender “na beira” por dois motivos. Primeiro porque nas redondezas todos eram trabalhadores e criadores de animais, mesmo as terras sendo dos fazendeiros, os vaqueiros tinham o direito de criar gado de pequeno porte como: porco, carneiro e bode, além de galinha, pato, peru, picote (galinha d’angola), então os compradores eram os “da beira”. Segundo porque os “da beira” eram os que possuíam parte dos produtos que abasteciam as nossas casas, como as frutas, banana, laranja, abacate e outras, e ainda, farinha de mandioca e milho para os animais.

Meu pai subia e descia o rio vendendo. Para cima, ia passando o Recreio e para baixo ia até a vila Mariahy. Tanto para um lado como para outro havia comércio como o localizado na Lisboa que é próximo ao Recreio (em frente) e o da vila.

Meu pai, quando eu nasci, já tinha idade para ser meu avô. Então, era o meu irmão que me acompanhava nas brincadeiras, nas festas e outras diversões fora de casa. Quando eu estava com quatorze anos, quando morava em Muaná, meu irmão Armando morreu afogado.

A minha família entrou em total declínio financeiro, principalmente, porque era meu irmão que havia assumido o sítio, uma vez que minha mãe e meu pai estavam sempre acompanhando minha irmã Francisca que havia adoecido muito e com isso tínhamos muitos gastos na família. Meu irmão era quem controlava tudo. A partir daí entramos em total falência. Perdemos quase todo o gado por causa de furtos³⁹ e desaparecimento.

³⁸ Categoria nativa de denominação de uma pequena festa, na qual a juventude se reúne para dançar.

³⁹ O furto de gado no Marajó é fato freqüente desde muitos anos.

Saídas para estudar

Logo aos dez anos de idade a minha irmã Francisca saiu de casa para estudar em Belém, morando na casa de uma prima de meu avô paterno. Aos oito anos minha irmã Ruth saiu para estudar em uma escola rural, no rio Atuí, próximo à cidade, depois passou a estudar na cidade de Muaná, morando na casa de seus padrinhos. A dona da casa era prima de meu pai, chamava-se Tereza Ferreira Calandrini, seu nome de nascimento, mas havia casado por duas vezes, ficou viúva do primeiro marido e estava no segundo casamento com seu primo Reinaldo Guimarães Ferreira, o dono do sítio Barracão, e pai da Francisca Calandrini⁴⁰ (ou seja, uma prima do meu pai casara-se com uma pessoa da família do Recreio).

Minha irmã Jacira, aos dez anos, também saiu de casa para estudar em Belém, morando na casa de sua madrinha Dudu Calandrini, também prima de meu pai e irmã de Tereza Calandrini. Ambas eram filhas de um irmão de minha avó paterna, chamado Diógenes Calandrini de Azevedo e de uma senhora da família Guimarães Ferreira irmã do pai de Reinaldo Guimarães Ferreira. Essas duas senhoras possuíam terras em uma fazenda que fazia fronteira com a fazenda Santa Tereza, que pertenceu a Josefa, tia de meu pai. Toda a faixa de terra do rio Tauá até o rio Atuí pertencia à família Calandrini de Azevedo. A maioria das pessoas excluiu o Azevedo para passar usar apenas o sobrenome Calandrini⁴¹.

Meu irmão, também, saiu de casa quando tinha oito anos, morava na vila Mariahy na casa de um funcionário conhecido de meu pai. Ficava hospedado lá, de segunda a sexta-feira, e nos finais de semana ia para casa. Mas assim que terminou o quarto ano primário voltou para o Retiro e passou a tomar conta do gado.

Quanto a mim, morei no rio Atuí até os 11 anos de idade. Aos doze mudei para a cidade. Meus pais compraram uma casa na cidade, onde passamos a morar eu, a Clara e a Jacira, que antes morava em Belém e voltou para o Marajó.

Em 1976, iniciei meus estudos na escola Paula Frassinetti, colégio de ensino religioso, em convênio com o Estado, e a partir do qual me integrei aos movimentos da Igreja Progressista. Era administrado pelas irmãs Dorotéias, congregação religiosa fundada na Itália. A província dessa congregação ficava, naquela época, no Nordeste, sendo então, a maioria das freiras nordestina. Como essa província incluía o estado de Minas Gerais, havia também algumas freiras mineiras, além de nordestinas (cearenses, maranhense, piauiense,

⁴⁰ Esta é uma das pessoas que entrevistei sobre a história da comunidade Recreio.

⁴¹ O sobrenome Calandrini desfrutava de mais status do que o Azevedo.

pernambucanas, paraibanas etc.) e mineiras. Havia também algumas irmãs paraenses e amazonenses.

O colégio tentava manter o padrão de ensino das capitais como: Belém (Santo Antônio), Manaus (Santa Dorotéia), São Luís (Santa Terezinha), Recife (São José) e tantas outras. Nele, além das disciplinas obrigatórias, participávamos de teatro, música, excursões, jogos diversos, de pingue-pongue a futebol de campo. Tínhamos um ritual rigoroso: todos os dias entrávamos às 7:15h, ficávamos na fila, rezávamos, cantávamos o hino nacional, o do Pará, o da bandeira e a canção muanense. Durante os hinos içávamos as bandeiras.

O colégio tinha uma biblioteca, que para os padrões locais, era considerada bem completa. Além do material da biblioteca, alguns alunos que apreciavam a leitura, conseguiam empréstimos da biblioteca particular das freiras, como era o meu caso.

Logo que cheguei à cidade entrei para o grupo-mirim de preparação para a entrada no movimento de jovens da Igreja Católica. Passei nesse grupo dos doze aos quatorze anos. Fiz a crisma e já passei então para o grupo de jovens, onde a maioria tinha mais de dezoito anos. Logo comecei a viajar para participar dos movimentos. Como a congregação possuía mais dois colégios no Marajó, um em Ponta de Pedras e outro em São Sebastião da Boa Vista, viajávamos sempre para esses lugares. Deslocávamo-nos com frequência para a capital, onde nos reuníamos no Instituto Padre Guido Del Toro, local onde a Prelazia de Ponta de Pedras organizava reuniões com o movimento de todas as paróquias marajoaras de sua jurisdição.

Em 1976, quando fui morar na cidade de Muaná, havia chegado lá, para pároco, o padre Luís Rossini, italiano. O religioso ia sempre ao colégio Paula Frassinetti, para rezar com os alunos ou para conversar, levando revistas e livros.

A escola só atendia alunos da alfabetização à 4ª série do chamado ensino primário, hoje ensino fundamental. Então, no quinto ano, passei a estudar no Ginásio Ângelo Nascimento⁴², mas continuava a freqüentar a extensão do ensino, no colégio das freiras.

Quando chegou o padre Manoel Lima Pinho, baiano, a Paróquia mudou muito. Ele era mais animado e a juventude toda passou a acompanhar o movimento. Tínhamos reuniões que juntavam os jovens e todos os párocos nos finais de semana, mas também podíamos nos reunir durante toda a semana e fazíamos encontros, onde apresentávamos peças de teatros e tantas outras criações para animar o evento.

Logo em seguida, terminei a 8ª série. Naquele momento, o ensino de segundo grau tinha chegado a Muaná, mas orientava-se para o magistério e nem eu, nem minha irmã Clara

⁴² No Ginásio, a maioria da juventude havia passado pelo colégio das freiras.

queríamos ser professoras primárias. Conversamos com o padre Manoel Lima Pinho a respeito de nosso interesse em ir para Belém, e ele sugeriu que fossemos morar na casa das freiras do Centro Social Vicenta Maria, das irmãs Imaculada de Maria, que também tinha uma casa no Marajó, em Cachoeira do Arari.

Morando em Belém desde 1984

Eu não quis ir para a casa das freiras, e fui morar no bairro da Pedreira na casa de uma prima de meu avô paterno. Chamada Ninpha Campbell da Costa, descendente de escocês e sobrinha de meu tetravô Jacinto da Costa Ferrão, por parte de mãe. Lá morei um ano, enquanto estudava no colégio Justo Chermont. A minha irmã foi logo para a casa das freiras. Nesse período passei a freqüentar a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, uma das paróquias mais engajadas na Teologia da Libertação em Belém e ligada a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em 1985 resolvi morar com as freiras, passando seis meses no internato. Fui de férias para o Marajó e quando voltei, consegui, através delas, um trabalho de recepcionista no colégio Santo Antonio, das irmãs Dorotéias. Conhecia o colégio porque já havia me hospedado lá algumas vezes, quando vinha para encontros em Belém e as irmãs das casas do Marajó tinham no terceiro andar dormitórios reservados apenas para as freiras, mas estas sempre abriram uma exceção para mim, para que pudesse me hospedar.

No segundo ano de trabalho passei a estudar no colégio Santo Antonio, no período noturno para fazer o convênio⁴³. Prestei o vestibular para biologia, pois não tive coragem de me candidatar para medicina veterinária que era meu sonho de infância, mas não passei. Para mim foi uma grande decepção, pois meu objetivo era terminar meu curso e voltar logo para o Marajó. Sentia muitas saudades de lá, principalmente, porque a educação, em Belém, era diferente. Mas, por outro lado, havia me encantado com a cidade.

Nos cinco anos que passei no Vicenta Maria conheci pessoas que tinham vidas muito diferentes da minha e ao mesmo tempo semelhantes. Meus pais sempre me protegeram, e quando estive fora, fiquei com minhas irmãs. Lá havia muitas pensionistas com pais separados e que viviam em meio a conflitos familiares. Mas também havia jovens que

⁴³ Terceiro ano do ensino médio com preparação para o vestibular.

aprenderam muitas coisas, - ligadas ao movimento focolares⁴⁴; principalmente, vindas da região Bragantina; dos movimentos de pastorais e sindicatos de Santarém e do Baixo Amazonas; do Amapá e do Maranhão.

A vida Acadêmica e a Polícia Civil

Eu e minha irmã fomos aprovadas no vestibular em 1991. Passei também no concurso da Polícia Civil, mas não fui chamada logo. No primeiro ano do curso estava desempregada, sendo sustentada pela minha família. Quando estava no segundo ano na universidade, fui chamada para fazer o curso da Academia de Polícia. Achava tudo muito estranho, mas pensava que seria algo passageiro, afinal eu estava cursando Ciências Sociais e ia poder ser pesquisadora.

Fui lotada em Muaná. Ninguém queria ir para lá, por ser local de pouco conflito. Eu adorei, porque estava indo para um lugar que conhecia. Resolvi não trancar a faculdade e negociar as ausências com os professores e a Polícia.

Em 1993, fui convocada para ficar à disposição do gabinete do Secretário de Segurança Pública em Belém integrado o Planejamento. No mesmo período, irmã Margarida, de São Domingos do Capim, e aluna de Ciências Sociais do Campus de Bragança da Universidade Federal do Pará (UFPA), que coordenava a Pastoral da Criança da Igreja Católica no Pará, convidou alguns alunos para trabalhar na pastoral, onde, além de executar as tarefas voluntárias passamos a discutir a respeito da conjuntura nacional. Essa foi a minha primeira inserção no trabalho de extensão, como voluntária.

⁴⁴ Movimento que foi baseado nos ideais de Chiara Lubich, fundadora e presidente [...], nasceu em 1920, em Trento, Itália. Com a idade de 23 anos, durante a II Guerra Mundial, ela, juntamente com algumas companheiras, começou a sua experiência - uma redescoberta dos valores evangélicos - e decidiu escolher Deus Amor como único ideal de sua vida. Esta foi a origem de um vasto movimento de renovação espiritual e social, de dimensão mundial. Nascido e aprovado na Igreja Católica, atualmente está presente em 182 países (mais de 120.000 membros internos e mais de 2 milhões de aderentes e simpatizantes). Aberto a todos, reúne - pelo seu ideal de unidade, de fraternidade universal, além dos católicos, cristãos de várias denominações, fiéis das grandes religiões e pessoas que não professam uma fé religiosa. Todos participam, segundo a própria consciência e fé religiosa, de modos diferentes do movimento e da sua espiritualidade. Cf. Movimento focolares. Apresentação Chiara Lubich <http://www.focolares.org.br/Pagech.htm> em 11/02/2006.

Em 1994, em meio a muitas greves, consegui concluir o bacharelado em dezembro, com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre “Relações de trabalho na pecuária em Muaná”, minha primeira pesquisa de campo. Fiz a pesquisa em fazendas vizinhas à casa de meus pais, e produzi uma etnografia a respeito do trabalho nos campos”⁴⁵.

Muitos de meus colegas participavam de movimentos de esquerda, de igreja, sindicatos etc., fazendo leituras de clássicos como Karl Marx e os marxistas como Rosa de Luxemburgo, Leon Trotski, Gramsci e tantos outros. Era um movimento estudantil muito ativo: havia arrastões quase diariamente nas salas para alguma passeata, da meia passagem nos ônibus, pelo restaurante universitário e tantas outras. Após concluir o curso, passei a trabalhar como pesquisadora voluntária, com M^a. Fátima Carneiro da Conceição, Socióloga da UFPA. Mais tarde fui cedida pela Polícia Civil à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITC PES da UFPA, participando de atividades de pesquisa.

As informações a respeito de minha família e de minha trajetória têm o objetivo de mostrar as minhas condições iniciais de pesquisa: a existência prévia de importante rede de interlocutores, tanto no município de Muaná, quanto de pessoas ligadas aos movimentos da Igreja Católica. No primeiro caso - e possivelmente também no segundo – poder-se-ia dizer que a rede de ajuda mútua, ou melhor, de obrigações mútuas, continua funcionando no que concerne a pesquisa. Também, o relato oferece um quadro das diferentes posições ocupadas por mim e que determinavam a princípio a minha posição. No Atuí, onde muitos trocavam favores com meus pais, em Muaná onde estudei e estabeleci meus primeiros contatos com a Igreja e onde conheci as pessoas que organizaram as CEBs no Marajó, mas para onde, também, voltei como Investigadora da Polícia e com a qual muitos passaram a assim me identificar e a guardar reserva em suas respostas. Tentei, por outro lado, empreender um exercício de objetivação a partir de minha memória, a fim de produzir um quadro vivo do Marajó em que vivi, bem como das mudanças e continuidades dos processos de dominação e das estratégias de reprodução elaboradas por minha própria família. A seguir procurarei mostrar o processo de chegada à comunidade do Recreio e discutir alguns percalços com que me deparei no trabalho de campo.

⁴⁵ Era o primeiro semestre de ano de 1994 que se encerrara em dezembro.

A realização da pesquisa

Os primeiros dados recolhidos para a pesquisa de campo foram coletados na cidade de Muaná, ocasião em que levantei algumas informações a respeito da comunidade de Recreio, a produção econômica e a relação de trabalho na região do rio Atuí, principalmente, na “cabeceira”, área onde está a comunidade Recreio, junto ao STR de Muaná. Quando sai de Belém com destino à comunidade Recreio já havia colhido alguns dados com a ajuda de trabalhadores moradores do Recreio. Já dispunha de um desenho do lugar, que revelava o número de casas, as instalações da comunidade cristã e da associação dos trabalhadores e prédios públicos (escola e posto de saúde). Além disso, o esboço e a disposição desse conjunto de construções nos dois lados considerados a partir da foz para a nascente, forma de acesso ao lugar. Após o retorno do Recreio realizei novas entrevistas em Muaná, parte das quais na companhia de minha orientadora, e outras em Belém.

]

A caminho da pesquisa de campo

A viagem de Belém até o rio Atuí – apesar de ter feito inúmeras viagens, mas não como estudante de antropologia decidida a fazer uma pesquisa de campo – foi um “rito de passagem”. Sentindo-me no limiar das coisas, tendo que estranhar o que me parecia familiar e tornar familiar o que me era estranho.

A viagem teve início no dia 23 de outubro de 2004, sábado, com saída às 12:00h e chegada às 18:00h⁴⁶. Sai da cidade de Belém, do porto São Benedito, na Avenida Bernardo Sayão, no bairro do Jurunas, no barco motor Bom Jesus, de propriedade do senhor Cláudio, com destino à comunidade Recreio, no Alto Rio Atuí, no município de Muaná, Ilha de Marajó. O barco faz viagem de Belém até o rio Inamarú, mas desembarca passageiros na cidade de Muaná, aonde chegamos por volta das 18:00h do mesmo dia. Desembarquei na cidade, onde, deveria tomar outro barco que me levasse até a comunidade Recreio. Pernoitei lá, e no outro dia fui em busca do barco para chegar até meu destino.

Os barcos que saem de Belém com destino ao município de Muaná conduzem passageiros e mercadorias. As pessoas vão para a cidade ou para as localidades vizinhas e as

⁴⁶ Nesse dia devido a maré contra, o barco atracou as 18:00h o que, geralmente, ocorre mais cedo quando a maré está a favor.

mercadorias, que são destinadas a abastecer os comércios da cidade e os pequenos comércios espalhados ao longo dos rios e ilhas distribuídas no município, percorrem o mesmo trajeto.

As viagens são realizadas, por cada barco, duas vezes por semana em dias alternados e o tempo gasto é em media de quatro horas. Esse tempo depende muito da potência do motor do barco, da maré (se é a favor ou contra), e do clima. No período das chuvas, as tempestades freqüentes dificultam a viagem e os barcos precisam ficar ancorados até que a tempestade passe.

Nessas viagens encontramos pessoas que estão indo de mudança ou que vieram a Belém fazer compras. Quando a viagem é nos finais de semana, a maior parte dos passageiros é de estudantes que passam o sábado e o domingo com a família. Essas viagens são oportunidades de encontros constantes entre as pessoas do município. Fora os estudantes, não há um fluxo fixo de passageiros que vão e vêm, por motivo de trabalho ou de outra atividade. Assim, em cada viagem há um público diferente e, talvez por esse motivo, assistir à saída e à chegada dos barcos, tanto de Belém quanto da cidade de Muaná, faz parte do lazer das pessoas do município. Essa é uma atividade típica das cidades marajoaras: ir ao porto apenas para ver os barcos saírem, mesmo que não haja ninguém em especial para se despedir.

Como nas demais viagens, essa rotina se repetiu: pessoas foram ao porto para se despedir ou ver o barco sair: pessoas que estavam indo de mudança, pessoas que vieram a Belém fazer compras, embarque de mercadorias, entrega de bilhetes para o dono do barco levar à família. Como não havia muita maresia e nem tempestade, com a maré contra chegamos às dezoito horas. A viagem foi tranqüila, com poucos passageiros – o que não ocorre com freqüência. Meus pais e minha irmã Francisca viajaram também. Encontrei várias pessoas conhecidas que estavam indo passar o final de semana na cidade.

A viagem realizada durante o dia, como essa de sábado às 12:00h, é interessante porque é possível olhar a paisagem entre Belém e a cidade de Muaná. Vêem-se pássaros, botos que vêm até a superfície respirar, barcos de todos os tamanhos, navios, rebocadores com suas balsas gigantescas, inúmeras ilhas, enfim a natureza com sua flora e fauna. Enquanto que as viagens realizadas à noite não permitem que se veja quase nada: apenas os pontos luminosos das luzes das cidades, de faróis, luzes dos barcos, navios, balsas e algumas casas isoladas em alguma ilha.

O desembarque das mercadorias e das bagagens dos passageiros constitui um caso à parte. Na cidade não há muitos veículos motorizados para transportar as mercadorias e as bagagens dos passageiros até o ponto para onde se dirigem, mas existe um grupo de trabalhadores que faz esse transporte em uma espécie de carroça puxada ou empurrada pelos próprios trabalhadores, que são denominados carreteiros. A cada ano que passa, o número de pessoas que fazem esse trabalho tem aumentado. Quando trabalhei na cidade, há algum tempo, o número de pessoas que realizavam esse serviço era bem reduzido. Hoje se percebe que há uma certa concorrência entre eles e ao mesmo tempo os fregueses têm preferência por alguns trabalhadores. Era uma questão de preço: uns cobravam mais caro do que os outros para o mesmo percurso. Quando o barco encosta, esses carreteiros são os primeiros a entrarem nos barcos, para oferecerem o serviço.

O porto estava lotado de pessoas que aguardavam o barco chegar. Naquela hora,- início da noite -, muitas pessoas estavam todas arrumadas: pessoas com crianças e alguns brinquedos que estavam no porto como forma de lazer. Outros tinham ido receber encomendas, cartas, bilhetes, compras e outros objetos enviados por familiares de Belém. E há, também, aqueles que vão apenas perguntar se não viram as pessoas de sua família.

Uma pausa no trajeto: a cidade de Muaná

O burburinho no desembarcar já revela uma das identidades da cidade de Muaná. Cidade pequena, com a frente voltada para o rio, local onde chega a maior parte das mercadorias e das pessoas que circulam no dia-a-dia.

No dia em que cheguei, era véspera do Círio de Nazaré, data comemorada na cidade. As pessoas ligadas à Igreja Católica, que parecem ser a maioria, estavam todas voltadas para os acontecimentos em torno da festa. O assunto dos jovens, das senhoras e dos senhores girava em torno dos acontecimentos: os leilões e as missas. O assunto central, porém era a grande quantidade de poeira levantada nas procissões e durante a movimentação das pessoas causada pela falta de pavimentação das ruas. Mesmo acontecendo a festa do círio local, a cidade continuava tranqüila, com exceção dos aparelhos de som das casas de dança. O hábito das pessoas, ainda é o de deixar a porta da casa aberta, sentar na cadeira à tardinha para conversar, ir à casa do vizinho para pedir alguma coisa emprestada ou

oferecer ao vizinho alguma iguaria feita em casa. As pessoas ainda andam com remos, instrumentos de pesca e ferramentas pelas ruas naturalmente. Mas esse sossego parece, segundo os moradores, já está abalado. Dias antes de minha chegada na cidade, alguns rapazes haviam espancado um senhor idoso para roubarem seus pertences. Para os moradores, esses são indícios de que a violência está se aproximando e, em função disso, as pessoas começam a fechar as portas mais cedo.

Da cidade ao Recreio, ocupando o lugar das mercadorias

A viagem até a comunidade Recreio é feita em pequenos barcos e também nos pô-pô-pô⁴⁷. Fui procurar um desses meios de transporte logo pela manhã de domingo do dia 24, mas fui informada de que só haveria viagem pela noite ou, no mais tardar, pela madrugada da segunda-feira, 25. Tendo o dia livre, procurei aproveitá-lo para conversar com velhos amigos que estudaram junto comigo na infância e foi por eles que fiquei sabendo dos últimos acontecimentos na cidade.

No final da tarde de domingo 24, fui à casa de minha irmã Jacira, que mora na cidade, em uma área portuária, onde os barcos ancoram. E juntamente com ela, fui procurar um dos proprietários de barcos, senhor José Porfírio, que me informou de que a viagem seria na madrugada da segunda-feira 25. No domingo 24, à noite, fui dormir na casa dela para não perder a viagem, porque o barco deveria sair por volta das 3:00 ou 4:00 horas, e dormindo mais perto, seria mais fácil chegar na hora certa.

Quando cheguei à casa de minha irmã, fui olhar o barco para saber como era. E, naquele momento, verifiquei que já havia algumas pessoas dormindo em seu toldo, aguardando a hora da saída. Um conhecido meu, o Francisco⁴⁸, que estava lá, desde aquela hora, esperando o momento da saída.

Depois de verificar tudo, voltei para a casa de minha irmã e, na hora marcada, acordei e fui ver se estava na hora do embarque. Percebi que não havia quase ninguém, então retornei para casa e fiquei escutando o barulho do andar das pessoas na ponte. Quando percebi que já havia um certo movimento de pessoas andando em direção ao porto, peguei minhas

⁴⁷ Pequenos barquinhos sem ou com cobertura que recebem esta denominação no Marajó.

⁴⁸ Esse senhor é irmão do Quincas presidente do STR de Muaná.

bagagens e fui para lá. Encontrei lá algumas pessoas conhecidas e outras não. A cidade, naquele momento estava totalmente escura.

O senhor José Porfírio estava conversando e disse que aguardava uma pessoa que iria viajar conosco. Para chegar ao barco que nos levaria à comunidade Recreio era necessário atravessar outras embarcações que estavam no mesmo porto. Esta é uma característica típica das áreas portuárias, mas nesses portos da cidade de Muaná o desconforto é grande, porque os portos e os barcos não possuem equipamentos adequados para facilitar a entrada e a saída das pessoas nas embarcações. Uma embarcação como essa em que viajei, faz transporte de pessoas, das quais, muitas são idosas, apesar de não se tratar de embarcação própria para o transporte de passageiro. Mas como não existem outros barcos exclusivos para o transporte de passageiros, são aqueles que acabam fazendo esse transporte. Quando desci, verifiquei que estava lotado com pessoas e mercadorias, mal dando para atar uma rede.

Ao entrar no barco me deparei com uma cena muito típica que é o barco completamente lotado de mercadorias, as pessoas mal acomodadas por entre as bagagens e as embalagens. Algumas pessoas tinham conseguido atar (amarrar) uma rede para colocar as crianças. Percebi que a vez de atar as redes é das mulheres, para elas ou para as crianças, e isso, dependendo da idade e da sua condição (status) social na comunidade. Como não há, aparentemente, uma hierarquia ou uma reserva por serem na verdade todos parentes. Aqueles que conseguem colocar a rede se estabelecem, e os outros escolhem um lugar para se acomodar de qualquer maneira, no chão do barco, no toldo, na proa, ou do jeito que puderem. O valor da passagem em um barco desses é R\$5, 00 (cinco reais).

O senhor José Porfírio é uma pessoa que faz transporte de mercadorias, como gêneros alimentícios, através de fretes para os comerciantes locais, e retorna com a produção, principalmente, palmito de açaí. As mercadorias levadas pelo barco, neste dia, eram farinha de mandioca, biscoito, açúcar, café, óleo e outros.

Quando perguntei para um dos atravessadores (comerciantes) por que comprava a farinha na cidade de Muaná, quando no alto Atuí a região produz também farinha de mandioca, ele respondeu que a farinha de mandioca comprada na cidade é mais barata e que os produtores locais não conseguem fabricá-la em quantidade suficiente para abastecer os trabalhadores das frentes de palmito. A farinha comprada na cidade custa cinquenta centavos por quilo menos do que a comprada do produtor local.

Durante a viagem, fiquei sabendo que na comunidade Recreio há duas associações, sendo que uma já existe desde 1998 e foi criada para receber recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através da Prefeitura. Com esses recursos foi construído um aviário que funcionou por cerca de uns seis anos, mas que hoje não funciona mais. Um dos sócios, que viajou junto comigo, é o presidente da associação, com quem combinei de fazer uma entrevista em outra ocasião.

A viagem teve oito horas de duração até o porto de meu desembarque. Neste percurso, os passageiros, as mercadorias e as encomendas mandadas pelas famílias da cidade para seus parentes que moram às margens do rio Atuí iam desembarcando. À medida que nos aproximávamos da nascente do rio, comecei a observar pequenas serrarias. No rio, havia várias jangadas carregadas de toras de madeira amarradas às margens para serem conduzidas às serrarias.

Da cidade de Muaná até o alto rio Atuí, o único transporte utilizado é o barco. Estes transportam pessoas, mercadorias e a produção dos trabalhadores⁴⁹. Esse fluxo de subida e descida dos rios é constante. O centro de concentração de chegada destes barcos é a região mais central do rio. No entanto, eles vão parando durante todo o percurso da viagem para deixar passageiros, mercadoria e para que as pessoas fechem negócios e peguem os produtos na volta. Alguns barcos possuem toldos e outros não. Nos portos que mais concentram produção, vários barcos ficam ancorados à espera da produção que chega através de outros pequenos barcos. Lá também tem um pequeno comércio, com uma casa de venda de produtos para abastecimento dos que vendem ali o seu produto.

Na medida em que o barco vai se aproximando da comunidade Recreio, o rio vai estreitando e, nesse período menos chuvoso, o terminal para navegação é a comunidade Recreio, no porto Serraria⁵⁰ e nesse porto desembarquei. Quando lá cheguei, verifiquei haver alguns animais para o abate como porco e alguns búfalos de montaria. Então me informaram que lá era o local de carregamento das embarcações e que aqueles búfalos serviam de transportes para carregamento de palmito. Com fluxo de comercialização, vários produtos saem daquele porto para abastecer os trabalhadores que estão na floresta cortando o palmito. E por isso chega carne de animais como porco, boi, búfalo, peixe e outros lá no porto para ser vendida aos trabalhadores.

⁴⁹ Estou me referindo aqui aos trabalhadores ensejados em atividades extrativistas

⁵⁰ Esse nome serraria é devido a serraria que lá existiu nas décadas de setenta e oitenta passadas.

A chegada no lugar da pesquisa

A chegada na comunidade ocorreu por volta do meio dia, do dia 25 de outubro. O barco ancorou no trapiche da casa comercial, cuja família proprietária é evangélica, e, por isso, não frequenta a comunidade Recreio, referida à Igreja Católica. O ambiente estava calmo e as pessoas estavam almoçando. Fui convidada para ir até a cozinha da casa tomar café. Esse é um hábito das pessoas do local, servir café para as visitas. Penso que como sou mulher e as pessoas dessa casa conhecem a minha família, fui convidada a entrar na cozinha. Não consegui descobrir se isso é usual. Ao entrar na cozinha, encontrei a filha do casal almoçando açaí. A Rita, mulher do casal que iria me hospedar, estava se aproximando, por isso, despedi-me para e foi ao encontro dela.

Durante a viagem encontrei no rio abaixo, em uma casa da família, o Maurício, meu amigo da casa onde ia ficar. Por isso, fiquei esperando sua esposa, a Rita, que estava dando aula, conforme me dissera, e só sairia às doze horas e trinta minutos. Quando apareceu com as crianças, uma pessoa chamou-a e disse que eu estava indo para sua casa. Eu não a conhecia, mas percebi imediatamente que ela sabia quem eu era. Como sua canoa era pequena, ela mandou depois o filho mais velho vir me buscar. O casal Mauricio e Rita, que me hospedou, tem sete filhos, sendo que a Rita tem uma filha de outro casamento, e que não está morando com eles porque estuda na cidade.

A chegada na casa foi exatamente na hora do almoço. As crianças, em número de sete, estavam curiosas com a minha presença. Neste dia, o almoço era peixe frito e açaí azedo. Esse é um hábito comum. Segundo a Rita, como ela fica, na maioria das vezes, sozinha com as crianças, porque o Maurício precisa sair para desenvolver sua atividade de conselheiro do desenvolvimento rural, a família toma, no almoço o açaí que sobrou do jantar e no jantar o açaí é novo. Em todas as refeições é servido açaí.

As pessoas vieram logo perguntar o que eu estava fazendo ali. A avó de Rita foi lá e viu que havia uma pessoa deitada. Logo tratou de saber porque eu estava ali. E as crianças ficaram logo curiosas com o meu material de pesquisa. E a cada passo que uma das crianças menores dava em direção às minhas coisas, outras diziam “não mexa nas coisas da mulher”, “não faça barulho que a mulher está dormindo”. A palavra mulher era a minha identidade. E essa palavra era que me sinalizava quando eu me tornava mais ou menos familiar. Verifiquei de início, que na casa, somente o Mauricio me chamava Elza, denominação da minha infância e reconhecida por toda minha família e amigos.

No final da tarde, todas as crianças tomam banho no rio para se prepararem para o jantar. Os menores são os primeiros a tomar seus banhos e somente depois as crianças mais velhas tomam os seus. Logo depois, preparam-se para o jantar que começa por volta das 18:30h ou 19:00h. As crianças que já estão muito cansadas por ter passado o dia inteiro acordadas, primeiramente por causa da escola e depois por fazer uma coisa e outra para ajudar os pais, começam a cochilar e já vão se preparando para dormir.

Percebi que havia a intenção de servir a alimentação primeiramente para mim juntamente com o chefe da família, depois, para as crianças e somente depois que todos jantassem, a mulher da casa jantaria. Não sei se esta é a ordem habitual, isto é, de servir primeiro o chefe de família e depois as crianças e no final a mulher.

A família escolheu a sala para eu dormir. A casa é composta de quatro compartimentos: a sala que é um lugar quase não utilizado, totalmente fechado, não recebe nem as visitas porque estas são, geralmente, recebidas na cozinha; o quarto que serve de dormitório para o casal com algumas crianças, sendo que parece não haver um lugar determinado para cada pessoa dormir, até mesmo o próprio casal; uma área antes do quarto como se fosse uma espécie de varanda, onde dorme parte da família: crianças e até mesmo um dos pais e, finalmente, a cozinha, local onde fica o fogão a gás de duas bocas, uma mesa, algumas poucas vasilhas de uso no preparo dos alimentos. Todos os espaços são fechados com exceção da cozinha que é totalmente aberta. Como é aberta e as galinhas estão sempre circulando no espaço para pegar alimentos, acaba ficando suja com facilidade. Junto à cozinha há uma área conjugada que serve para lavar as roupas, colocar os vasilhames de armazenagem da água, o jirau para colocar roupas de molho, o fogão a lenha.

A casa é toda feita de madeira e coberta de telhas. Esse é o padrão, também, das demais casas. Todas as casas como a que me encontrava tem como cômodos, a sala, o quarto e outro compartimento fechado e a cozinha toda aberta, isto é, sem as paredes.

Uma das meninas dormia sempre na sala comigo. Durante os dias em que estive lá, as crianças se revezaram para dormir no cômodo. Colocaram um penico na sala para que eu o utilizasse, caso necessitasse.

Na primeira noite, como eu estava muito cansada, dormi logo e acordei com o canto dos pássaros que estavam por toda parte nas árvores da floresta que envolve as casas e, logo em seguida, ouvi a “zoada” das crianças se preparando para ir à escola. Elas começam a se preparar por volta das cinco e meia. Logo pela manhã, Rita mandou deixar o filho menor, Mateus, de seis meses de idade, na casa de sua mãe e em seguida, saiu com as crianças maiores para a escola. Ela cumpre essa rotina todos os dias.

Eu senti a diferença entre acordar na cidade e acordar no meio da floresta. O primeiro impacto é o som. O amanhecer numa casa construída por entre as árvores, cercada de pássaros cantando e sapos coaxando é totalmente diferente da cidade. Acordar em uma casa cheia de crianças foi também estranho, e eu já havia tentado estabelecer uma forma para enfrentar as situações diferentes das que vivo. Interpretava-as como sendo um processo pedagógico no qual eu pudesse transformar os fatos em parte do meu conhecimento e aprendizagem sobre o local de pesquisa e assim conhecer e aprender os motivos que faziam com que aquelas pessoas agissem daquela maneira.

Assim, pensei ser melhor tentar reagir com mais naturalidade quando fosse circular na comunidade e nas casas das pessoas, tentando quebrar o impacto de ser uma pessoa de fora para eles, embora tivessem referências a meu respeito. Com isso, procurei comer, tomar banho, dormir, ajudar nos afazeres domésticos, enfim, tentei me inserir na vida deles, integrando-me à sua forma de viver.

Entrando na intimidade doméstica

Iniciei o trabalho de pesquisa, com visita e entrevista às famílias nas casas dos trabalhadores e nos espaços de ação comunitária, como barracão, capela, salão, casa comunitária, escola, posto de saúde e outros, na terça-feira 26 de outubro, sendo que Maurício já havia falado com algumas pessoas sobre a minha ida à comunidade.

Na manhã desse dia, fui informada por ele que deveria ir conversar com a presidente da Associação, senhora Benedita Conceição. A ida da casa do Maurício com a Rita até a casa da Benedita⁵¹ pode ser feita por terra ou por canoa. Nesse dia, preferi ir por terra com o Maurício e seus filhos, o Mauricinho e a Albanise. Durante o trajeto até a casa da Benedita passa-se por várias casas e o caminho traça uma linha estreita no meio da floresta ou nas clareiras, ligando todas as casas do percurso.

Como eu ainda precisava organizar o material de campo, sai por volta das 9:00horas e quando cheguei, ela já havia saído para trabalhar. Estava roçando o terreno em volta da capela comunitária para limpar a área para a festa de Nossa Senhora de Nazaré, que iria acontecer no domingo. Lá ela estava trabalhando com mais alguns homens, sendo a única mulher que estava fazendo aquele serviço. Foi logo ao meu encontro e me apresentou os

⁵¹ A Benedita é a Bena apelido chamado por todos do lugar da comunidade.

espaços que pertenciam à comunidade e o terreno da Associação. Lá fiz algumas fotos. Ela falou dos consertos que estavam sendo feitos na casa dos porcos e disse que este reparo estava acontecendo porque da forma que tinha sido realizado anteriormente os animais haviam adoecido. Agora estava sendo cimentado, dividido em partes menores, e, na parte maior, estavam pensando em fazer criação de galinha.

Essa mudança no local de criação dos porcos foi orientada por um técnico da Empresa de Assistência Técnica e de Extensão Rural (EMATER), mas o acompanhamento com relação aos cuidados com os animais ainda não estava sendo feito. A Benedita precisava entrar em contato com o órgão para fazer uma solicitação formal. Depois dessa visita fomos à casa de farinha que fica próxima à casa de acolhida das visitas na comunidade. Nessa casa mora o senhor Zacarias. Na casa de farinha existe um forno grande de cobre e os objetos de preparo da mandioca para a produção da farinha.

Depois da visita à casa de farinha, fomos a casa de Benedita, e ela me convidou para almoçar. Na refeição foram servidos carne de veado com açaí e peixe-frito. O açaí é a base da alimentação. Todos os dias, o fruto do açaí é coletado e batido na hora em uma máquina ligada na energia do motor de luz da associação, que funciona somente durante o dia para fazer o preparo do açaí. Quando a energia não funciona, as pessoas giram manualmente a máquina.

Nesse dia, após o almoço, fui tentar fazer a primeira entrevista, mas na hora de gravar o meu aparelho travou, não conseguindo gravar. Com isso, me senti completamente atada, achava que estava com parte da minha viagem prejudicada. Mesmo achando tudo isso, eu tentei anotar alguma parte da história que ela me contou a respeito do surgimento da comunidade Recreio. A Benedita é membro fundador da comunidade. Por isso, sua entrevista foi direcionada para o surgimento da comunidade.

Na casa da Benedita percebi que ela me chamava pelo meu nome de forma diferente das pessoas da casa em que eu estava hospedada. Ela sempre contava coisas voltadas ao conhecimento que eu tinha da região, considerando-me uma pessoa do local. Achei que ela me estranhava menos do que a família do Mauricio. Para ela, parecia ser uma satisfação eu estar entre eles. Isso não quer dizer que na casa em que estava hospedada isso não ocorresse, mas a satisfação misturava-se com a sensação de que eu era uma pessoa estranha. Eu sentia que algo provocava um certo mal estar no casal.

Com o impacto causado pelo não funcionamento do gravador, eu resolvi conversar com a Benedita sobre a fundação da comunidade e demais assuntos que pudessem surgir na conversa. Após a conversa, a Benedita colocou uma rede na sala para eu dormir. Esse é um

ato corriqueiro sempre que chega uma visita, mesmo que não se tenha intimidade se amarra uma rede para a pessoa fazer a sesta⁵². Comigo fazendo a sesta, a Benedita, foi terminar de fazer suas atividades.

A Benedita é uma mulher que realiza todas as atividades, inclusive aquelas que localmente são consideradas masculinas. Ela corta palmito, apanha açaí, corta madeira para fazer lenha, corta árvores para preparar o terreno para a roça, faz farinha, enfim ela trabalha, como as pessoas do Recreio costumam dizer, como um homem. Ela é casada tem um filho e três filhas. Sua rotina de dona de casa é como das outras mulheres e tem ajuda das filhas que fazem a maior parte das atividades da casa. O filho a acompanha nos trabalhos externos.

Na comunidade havia alguns pontos determinantes que eu precisava compreender. Diante disso, dividi a pesquisa nos seguintes blocos: 1) entrevistar o maior número de sócios da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Alto Rio Atua do Recreio (APROAGRO) e nessa entrevista conhecer a história de vida de cada um, enquanto trabalhador e morador do Recreio hoje; 2) compreender sobre a fundação da comunidade da igreja Católica, seus fundadores, quando e quem trouxe a comunidade para a região; quais as mudanças percebidas pelo grupo; 3) como funcionava a APROAGRO e quais as principais atividades dos sócios; como estava constituída sua estrutura de gestão, quem havia influenciado para sua existência; 4) compreender a história do lugar e das famílias do lugar, como chegaram lá, o que faziam no início e quem era quem nos grupos; 5) e por último, fazer uma etnografia da estrutura e das famílias; como a estrutura social da comunidade é formada dentro de cada família o que é realmente particular do lugar dentro do cenário do rio, do município, e a ação dos agentes vindos de fora. O que é ser um “Trabalhador Rural” enquanto categoria construída, hoje, na comunidade Recreio.

O fato de eu conhecer quase todas as pessoas do lugar ou de meus pais serem amigos de todos no lugar facilitou as entrevistas. No início, a entrevistada era eu, eles perguntavam o motivo de minha visita no lugar, falavam sobre minha família, perguntavam sobre minhas irmãs como elas estavam, serviam um café, convidavam-me para almoçar ou comer alguma coisa.

Diante disso, sentia-me a vontade para perguntar também sobre a vida deles. Realizei todas as entrevistas que havia previsto, só não fiz mais porque alguns estavam viajando. No início senti certa curiosidade em torno de minha presença, mas no final foi aos poucos se tornando rotina. Convidavam-me para ir às áreas em que estavam trabalhando. Sempre

⁵² Hora de descanso após o almoço.

estavam com vontade de me ajudar na pesquisa, mas como o espaço em uma comunidade muitas vezes não é dominado por um único grupo, comecei a perceber que para o grupo do meu interesse para pesquisa a minha presença não incomodava, no entanto estava incomodando outro grupo.

Para o grupo da CEB Recreio, enquanto comunidade da Igreja Católica, minha presença não incomodava porque me identificavam de duas formas: como filha de meus pais, também do rio Atuí e membro da Igreja Católica que participou junto com eles dos movimentos da Igreja. Para alguns eu era da família, pois o lugar antigamente pertencia à prima de meu pai e no fundo era também familiar. Além do conselheiro que era meu amigo de infância.

Para o outro grupo que não me conhecia nestas circunstâncias, eu tinha outra identidade, a de policial. Como era funcionária da polícia civil e havia trabalhado em Muaná, associaram-me à ação do IBAMA, que vinha fazendo fiscalização de extração de madeira e palmito ilegal. Assim, fui tomada por uma agente que emprendia uma investigação no local. Meu amigo foi logo abordado para que revelasse o que estava fazendo.

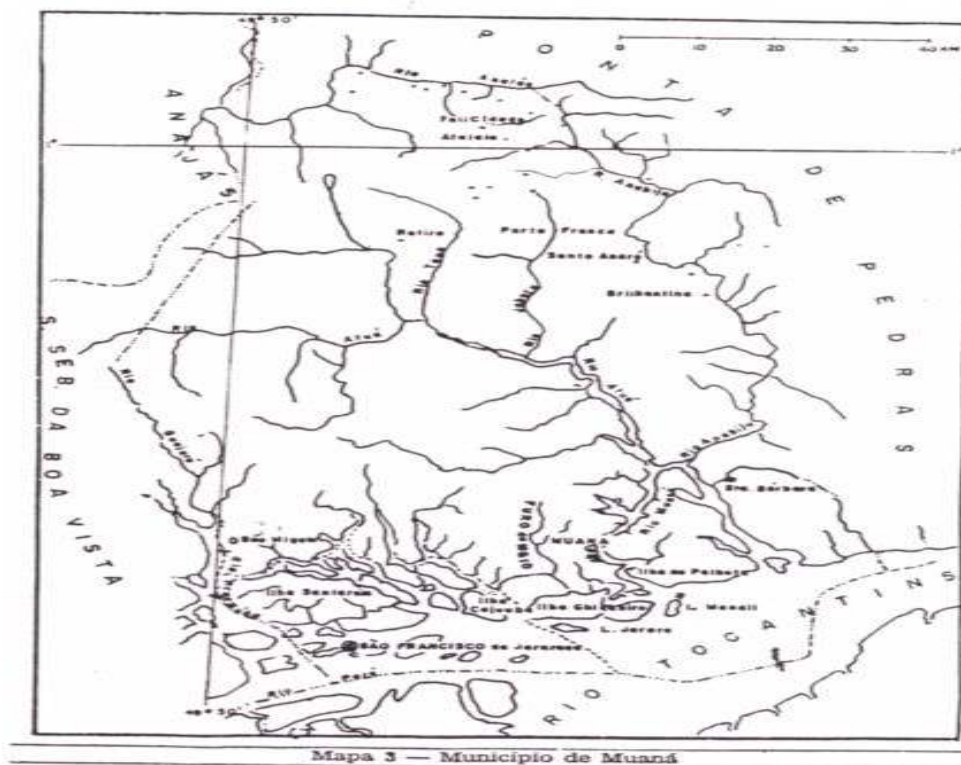
No próximo capítulo apresento o universo do rio Atuí, valendo-me do material coletado conforme aqui descrito, e onde as diferenças internas serão mostradas de forma mais nítida.

Capítulo 2

O município de Muaná e o universo do rio Atué

Na parte inicial deste capítulo, apresentarei alguns aspectos das dimensões geográficas e sócio-econômicas do município de Muaná, de sua sede e, em particular, do Rio Atué, onde se insere a comunidade do Recreio, de modo a mostrar as relações entre esta, o universo do rio e a cidade de Muaná. Na segunda parte, tratarei das transformações de ordem econômica por que passou o município e de suas repercussões sobre outros aspectos, como a organização social como um todo, de forma a contextualizar a criação da comunidade do Recreio, pela Igreja Católica, e a recente investida de órgãos de governo e organizações não governamentais na região.

Muaná município do Marajó



Mapa 01 – Hidrografia do município de Muaná
 Fonte: Adaptação do trabalho de Maria José C. Brabo (1979)

O município de Muaná⁵³, com 25.536 habitantes (IBGE, 2000), possui uma área de 3.330km² sendo recortado por vários rios, furos e igarapés. Faz limite ao norte e a leste com Ponta de Pedras, ao sul com o Rio Arari, e a oeste com os municípios de São Sebastião da Boa Vista e Anajás.

Apresenta uma cobertura vegetal dividida em áreas de campos naturais e mata (IBGE, 2001). Dispõe de uma malha hidrográfica que penetra as áreas centrais da ilha, facilitando a presença humana em toda a sua extensão. A área dos campos naturais tem uma produção voltada para a pecuária e com pouca variedade de produção, isto é, há poucos produtos, fora da pecuária, produzidos nessa extensão. Na área de mata a produção é extrativista, e se pode dizer que está concentrada em produção do período chuvoso e produção do período seco. No chuvoso há uma quantidade significativa de frutas que são comercializadas, como: açaí, bacaba, cupuaçu, bacuri e outras. As frutas são principalmente silvestres. A coleta atrai inclusive trabalhadores de outras regiões.

Os campos naturais se subdividem em: altos, poucos alagados, baixos e mondongos. Os primeiros estão localizados à margem do rio Atuaá. Têm solo arenoso ou de barro consistente, onde se desenvolvem plantas forrageiras (leguminosas e gramíneas) e árvores espessas ou de pequeno porte. Nos campos naturais é desenvolvida a atividade da pecuária (BRABO, 1979a).

⁵³ Município de Muaná fica situado, na Ilha de Marajó. Esta Ilha se localiza na foz do rio Amazonas, no Estado do Pará. O Marajó é um arquipélago que possui aproximadamente 50.000km². É formado por três ilhas: Caviana, Ilha Grande de Gurupá e Mexiana. Contem 13 municípios que são Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Ponta de Pedras, Melgaço, Muaná, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista, Santa Cruz do Arari e Soure. (IBGE, 2001).



Foto nº 01 Pastoreio a pé nos campos naturais
Fonte: Euzalina Ferrão, julho de 2000



Foto nº 02 Pastoreio a búfalo
Fonte: Euzalina Ferrão, julho de 1996



Foto nº 03 Pastoreio a cavalo
Fonte: Euzalina Ferrão, julho de 1996

Nestas fotos vê-se criação de gado bufalino, nos campos naturais, onde o pastoreio se faz a pé, a cavalo ou a búfalo. A cobertura vegetal é formada por gramas, palmeira de buriti e árvores de pequeno porte.



Foto nº 04 Casa da área dos campos naturais
Fonte: Euzalina Ferrão, julho de 2000

A cobertura vegetal da mata é floresta de várzea e de terra firme. A várzea pode ser alta ou baixa, sendo que na baixa ocorrem inundações periódicas.

O município de Muaná é cortado por uma variedade de rios, furos e igarapés, entre estes, os rios: Atuí, Pracuúba, Atatá, Inamarú, Cajuuba, sendo que o rio Atuí é o maior do município e o segundo maior da ilha de Marajó. A sede do Município é banhada pelo rio Muaná.

As famílias e os grupos familiares constituem a base da organização social do município. Deve-se considerar algumas adaptações e arranjos familiares ocorridos em virtude das diferentes fases de incursão econômica, com entrada periódica de homens de outras regiões. Na economia vigora tanto a troca de bens, quanto uma circulação reduzida de dinheiro. A malha hidrográfica serve como grande canal de escoamento dos produtos florestais e da pecuária.

A cidade de Muaná

Muaná é uma cidade de umas poucas ruas, às margens do rio Muaná, e embora sendo a sede do município, é referida ao interior. Com poucos empregos disponíveis, a maioria das pessoas que nela mora, ocupa-se em emprego na administração pública, na função de: professor, agente administrativo, motorista, gari, secretário, enfermeiro, agente de saúde, entre outros. Há também alguns órgãos estaduais com quadro de pessoal, tanto local, quanto de fora do município: as polícias civil e militar e a receita estadual.

As fábricas de beneficiamento de palmito, as olarias, as serrarias são outras áreas de absorção de trabalhadores da cidade, mas a maioria dos muanenses vive principalmente do trabalho nas áreas extrativistas. Parte das famílias da cidade tem dois locais de moradia: um na cidade, na maioria das vezes para garantir o estudo dos filhos e outro em sítio, em um dos rios e ilhas que circundam a cidade, ou subindo os rios. Nesta divisão da moradia, a mulher vem sempre para a cidade, enquanto o homem fica no sítio, ou então, os filhos vêm sozinhos enquanto os pais continuam no interior. E quando a família não tem seu próprio sítio, todos vêm para a cidade, enquanto o pai volta ao local de origem para trabalhar, hospedando-se na casa dos amigos ou parentes.

Os prédios públicos, na cidade, são: uma unidade mista de saúde, a prefeitura, cinco escolas, sendo apenas uma de ensino médio; a delegacia de polícia civil, o fórum de

justiça, uma creche, um mercado municipal, uma feira de camarão, e a coletoria. Há quatro praças, onde os jovens passam seu tempo de lazer, principalmente à noite. Além disso, há três igrejas católicas, uma Igreja da Assembléia de Deus e uma da Deus é Amor⁵⁴. Quanto ao lazer, o que mais atrai as pessoas são as festas dançantes com músicas de estilo brega. As casas de dança estão espalhadas por toda a cidade. Os aparelhos de som ficam ligados o dia todo em volume máximo, principalmente nos finais de semana, até mesmo quando não existe ninguém para dançar ou escutar as músicas. As casas de dança estão localizadas em pontos estratégicos, como nas áreas portuárias e nas ruas de entrada e saída da cidade.

Um bairro constituído às margens do rio, onde residem principalmente famílias de trabalhadores da antiga Vila Mariahy. Esta vila foi centro de atração de trabalhadores entre 1960 e 80, em virtude da existência de uma serraria que empregava cerca de 200 pessoas, oferecia moradia às famílias dos trabalhadores, transformando-se em centro comercial, em virtude do dinheiro que circulava, além de movimentado porto fluvial.

Quando a serraria fechou um dos sócios entrou para a política nos anos 80, levando seus trabalhadores da vila para o bairro acima mencionado, e reproduzindo, de certa forma, a relação de dependência vila operária-fábrica na sede do Município.

Propriedade da terra. Relações de dominação

Durante as primeiras incursões que realizei na área, para realizar a pesquisa de minha monografia, que se voltava para o estudo das relações de trabalho na pecuária, observei que a área das fazendas funcionava naquela época como se fossem pequenos municípios autônomos dentro do município. O proprietário determinava como o empregado deveria votar, lançando mão da rede de relações de compadrio e de favores, que envolviam a obrigação de retribuir⁵⁵.

Nas pesquisas para essa dissertação, através de uma entrevista sobre a atuação da Igreja na região do rio Atuí, sendo informada de que uma das atividades da Igreja não é realizada em algumas fazendas, porque os proprietários não permitem a entrada dos comunitários.

⁵⁴ Esta descrição foi feita a partir de minhas observações durante o trabalho de campo.

⁵⁵ A minha monografia apresenta esta relação com mais detalhe e foi realizada no curso de Ciências Sociais da UFPA. FERRÃO, 1994.

Os terrenos da beira têm extensões menores. Neles vivem pequenos proprietários, que se dedicam à agricultura e ao extrativismo.

A relação entre os trabalhadores dessas duas áreas é muito próxima. Durante as festas, nas práticas religiosas, por casamentos, por troca de trabalhos, favores e principalmente na compra e venda dos produtos. Os trabalhadores das fazendas possuem pequenas criações de animais que vendem nos arredores, geralmente, para os trabalhadores das margens do rio. Esses, por sua vez, vendem sua produção agrícola aos trabalhadores das fazendas, e isso, embora com menor intensidade, acaba relacionando-os aos donos das fazendas, que dão emprego a um membro de uma família “da beira”, por exemplo, criando-se aí, também uma relação de dependência. As terras pertenciam geralmente a um grande fazendeiro, que as adquiria por herança. A partir da década de 1970, começou a aquisição de propriedades, financiadas pela extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM a pecuaristas do Pará e de outros estados. Nessa época, é introduzida a criação bufalina no município. As fazendas têm, de modo geral, extensão superior a 500 hectares. O município de Muaná apresenta a terceira maior concentração de terras do Marajó. No entanto, alguns trabalhadores foram aos poucos adquirindo ou ocupando pequenas áreas de terra e lá praticando suas atividades, sejam agrícola, extrativa, pecuarista, artesanal ou ceramista. Muitos são descendentes dos nativos, outros chegaram no período da colonização e não conseguiram ganhar grandes fortunas, outros vieram no período da extração de borracha, e foram se estabelecendo na região. Os que lá permaneceram apóiam-se nas relações de parentesco, o que possibilita a sobrevivência em áreas rurais afastadas dos meios urbanos, em condições que se caracterizam pela pouca diversificação da produção e o baixo poder aquisitivo. Desta forma, os moradores “da beira” constituem uma intrincada rede de parentesco.

Cabe frisar que essas situações diferenciadas são expressas em categorias nativas: moradores “da beira” e moradores “dos campos”. Chamo a atenção que a categoria “moradores” é englobante, incluindo tanto posseiros, quanto pequenos proprietários. Coloca-se em oposição à categoria “fazendeiro”, que, de modo geral, não reside na fazenda. Outras categorias de nomeação marcam as atividades de trabalho. Os moradores dos campos são os vaqueiros, subordinados ao dono das fazendas, enquanto que os moradores “da beira” são extrativistas e lavradores, trabalhando para si mesmos e negociando sua produção, ou ainda, vendendo a produção por antecipação a intermediários. A categoria “trabalhadores rurais” é mais recente e decorrente da ação do sindicato.

As festas religiosas, antigamente, eram realizadas por esses fazendeiros ou por grandes comerciantes, mas com o desaparecimento da estrutura oligárquica, foram desaparecendo as grandes festas comandadas pelos coronéis, e que reproduziam as relações de dominação. Até a década de 1970, antes da chegada de fazendeiros do sul, ainda era possível encontrar tais eventos.

O domínio das atividades religiosas passou para as CEBS da Igreja Católica. Os grandes fazendeiros não permitem a entrada de representantes da Igreja Católica em suas terras. Deste modo, as CEBS vão se concentrar nas áreas onde vivem os posseiros e os pequenos proprietários.

Por outro lado, os fazendeiros pertencentes às oligarquias locais se transferiram para as cidades de Muaná e Belém onde fortaleceram sua influência política. Soares (2004)⁵⁶:

Foram e são os grandes proprietários de terra, os donos de engenhos e os bem aquinhoados comerciantes e fazendeiros que se tornaram “Senhores do Lugar”⁵⁷, ocupando na maioria das vezes os postos executivos e legislativos, com o objetivo de distribuir e controlar os cargos das instituições públicas entre parentes e correligionários.

Nos últimos trinta anos, no entanto, verifica-se a entrada de novos agentes, principalmente aqueles ligados à igreja católica, bem como de outros formados a partir desta ação, como os militantes de sindicatos, associações e partidos políticos de esquerda.

O atual prefeito, Raimundo Martins Cunha do PMDB administra o município com um secretariado formado por filhos, esposa e irmãos, além de um pastor evangélico. Na câmara municipal a maioria dos representantes pertence ao PMDB e ao PSDB, sendo que três das cadeiras são ocupadas por vereadoras do PT, inclusive a presidente da câmara.

O rio Atuí

O rio Atuí, com aproximadamente 50km de comprimento, nasce na fronteira entre os municípios de Muaná e de Anajás. A bacia deste rio é constituída de pequenos rios, igarapés e

⁵⁶ Soares (2004) apóia-se em Pereira (2000).

⁵⁷ Barbosa, 2001 esclarece que o termo foi criado pelo coronel e fazendeiro Rodrigues Lopes de Azevedo, sendo criado e disseminado em 1932 pelos próprios fazendeiros de Muaná, a fim de reafirmar sua posição de proprietários da jurisdição política e pública do Município.

furos, que facilitam o acesso à floresta para retirada de produtos. Deságua na Baía de Marajó, próximo ao Município de Ponta de Pedras. O rio Atuí é habitado da nascente à foz e as casas são, na maioria, construídas em madeira e outros materiais retirados da floresta e das reservas minerais locais como a argila e a areia. Algumas são construídas sobre palafitas.

Esse rio, todo navegável, é o principal – e no momento, o único – meio de circulação de pessoas e de escoamento da produção entre a área de mata e os campos naturais do município com a sede municipal. Subindo o rio em direção a nascente, do lado direito, após uma faixa estreita de mata, estão os campos naturais, enquanto que do lado esquerdo há uma maior densidade de mata, havendo ainda uma pequena área de campos já distante do rio. Nos campos está concentrada a maior parte das fazendas de gado do Município. Pode-se dizer que o município de Muaná tem uma produção pecuária do lado direito do rio Atuí e uma produção extrativista vegetal do lado esquerdo, considerando-se a direção foz-nascente. Nesse sentido, o rio Atuí é o divisor da produção muanense: pecuária de um lado e extrativista vegetal, do outro. As atividades econômicas desenvolvidas são a pesca e uma pequena produção cerâmica de tijolos e telhas.

A região de mata que corre junto ao rio tem no agro-extrativismo sua principal atividade, abastecendo a sede municipal e demais municípios vizinhos, como Abaetetuba, na região do Baixo Tocantins, com frutas como açaí, cupuaçu, bacaba e bacuri, e importando desse município parte dos produtos manufaturados como roupas, calçados, bebidas e gêneros alimentícios.

Alguns barcos vêm da cidade de Abaetetuba para comprar os produtos locais e vender mercadorias. O rio Atuí fica fora da rota da cidade de Muaná. Para se chegar até a cidade existe um furo que dá acesso até o rio Muaná onde está localizada a sede do município. Assim, as embarcações que vêm de Abaetetuba não necessitam passar pela cidade para chegar até o rio Atuí, que deságua na Baía do Marajó, deixando a cidade fora de sua rota. O fato da entrada do rio não estar vinculado à cidade, tem favorecido a penetração de mercadorias originárias de outros municípios, como Abaetetuba, para o abastecimento das famílias que moram no rio Atuí e, com isso, foi sendo construída uma relação entre os lavradores desta região e as pessoas daquela cidade, principalmente os comerciantes deste município.

Na pecuária trabalham os vaqueiros marajoaras, a serviço dos donos das fazendas, que ficaram consagrados na literatura como os homens típicos da região, sempre montados a cavalo ou em lombo de búfalo. Moram em sítios denominados “retiros”, dos quais, no verão, saem caminhos em todas as direções, mas, no inverno ficam por longo tempo isolados, com

sua família, no campo. No inverno, muitas áreas só podem ser alcançadas no lombo dos animais ou por meio de embarcação: de casco, canoa, ou batelão⁵⁸.

A comunidade⁵⁹ do Recreio

Saindo da cidade de Belém, de Muaná ou Abaetetuba⁶⁰, alcança-se o Recreio por via fluvial, por meio de barco, lancha, pô-pô-pô, rabetá⁶¹ e canoa. Para percorrer pequenas distâncias utiliza-se casco, canoa a remo e montaria⁶². Do lado direito do rio chega-se a pé, montado a cavalo, boi ou búfalo e, principalmente por transporte fluvial. Mas há uma intensa comunicação por terra entre os habitantes do lugar e seus vizinhos de outros lugares mais próximos. É necessário dizer que há uma circulação constante entre os campos naturais e essa área mais central do rio – área de mata.

Acima do Recreio há outras comunidades, o cemitério do Jaratuba e escolas municipais. Há mata de um lado e outro do rio. Nessa área, o rio é muito estreito. No período mais seco, a navegação só é possível em barcos pequenos. As embarcações maiores geralmente só vão até o porto comercial da comunidade Recreio. No período chuvoso os barcos vão até a comunidade da Vicência.

No croqui abaixo está assinalada a disposição das casas, onde residem as famílias abaixo identificadas pelo seu chefe, além de outros estabelecimentos.

Moradores das casas, conforme croqui.

1. Osmar Pinto e Mariza Costa
2. Bernardina Nascimento (mora sozinha ao lado da casa do Filho Sebastião)
3. Sebastião Ferreira do Nascimento e Maria Pinheiro do Nascimento
4. Maurício Batista de Azevedo e Rita Pinheiro Nascimento
5. Laércio Pinheiro Nascimento e Roselita
6. Evanildo Ferreira Machado e Rosângela Pureza Menezes

⁵⁸ Embarcação de fundo chato, para desembarque ou transbordo de carga.

⁵⁹ Comunidade é uma categoria de auto-denominação de um grupo constituído por militantes da igreja católica. No próximo capítulo farei uma discussão a respeito de seus diferentes usos.

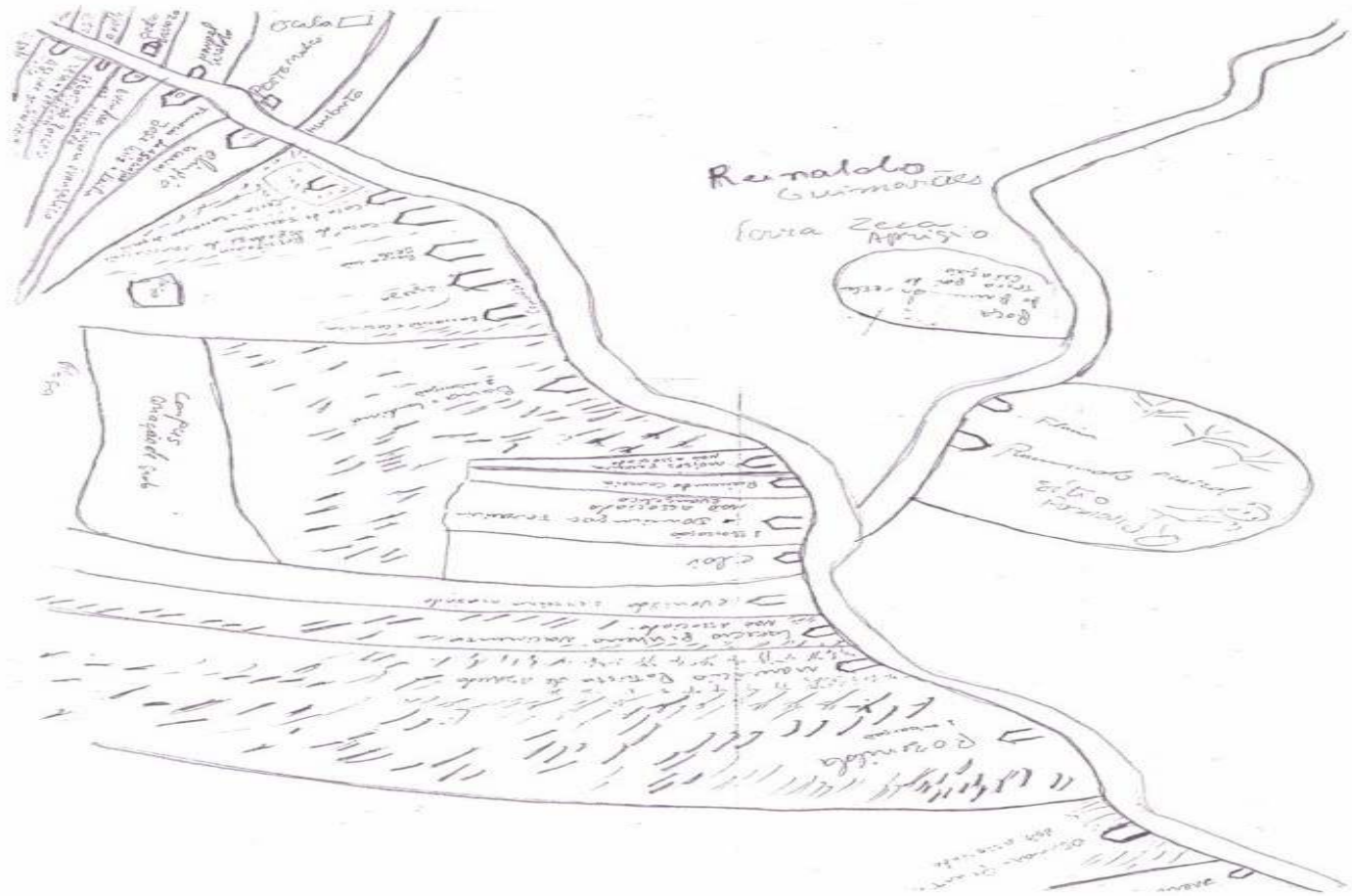
⁶⁰ São as cidades que têm viagens diretas para o Alto rio Atuí.

⁶¹ Pequena embarcação motorizada e veloz.

⁶² Categoria nativa de canoa feita com tábuas de madeira resistentes.

7. Raimundo de Freitas (mora sozinho)
8. Moisés Pereira e Márcia Correia
9. Laudimar Pontes Reis e Benedita Conceição Pinheiro
10. Zacarias (mora sozinho)
11. José Luís Barbosa Ferreira e Leila Pontes Reis
12. Humberto Magalhães e Cleide Batista
13. Sebastião Barbosa Ferreira e mulher
14. Pedro Barroso e Maria
15. Manoel Geraldo Guimarães Nascimento e Marilda Batista
16. Evandro Barbosa Ferreira e mulher
17. Domingos Ferreira Contente e Antônia
18. Joelson Ferreira Contente e Márcia
19. João Barroso e mulher
20. José dos Santos Maia e mulher
21. Olímpio e mulher
22. Agenor dos Santos e mulher

A comunidade Recreio vai da casa de Osmar até a de José Luís, pelo lado esquerdo do rio.
Pelo lado direito, vai da casa do Raimundo até a do Manoel.



Croqui da Comunidade Recreio
Fonte: Mauricio Azevedo

Explicação do Croqui: 1) No desenho só estão discriminadas as terras que pertencem aos membros da comunidade Recreio; 2) Os traços paralelos demarcam os rios. O mais longo é o rio Atua e o menor é o São Miguel afluente do Atua.

Embora os comunitários considerem como “moradores da comunidade” do Recreio apenas os católicos, no espaço interior do Recreio há duas famílias evangélicas da Assembléia de Deus. Uma mora junto ao porto comercial, onde é feito o embarque e o desembarque de mercadorias e pessoas, a outra, próximo à casa do José Luís.

O sentido de comunidade e de comunitário é bastante flexível, dependendo do contexto. Quando se referem às atividades da CEB ou da associação, utilizam os termos comunitários ou comunidade, ou ainda trabalhador⁶³. Quando conversam sobre suas vidas, sem tratar de temas relacionados à Igreja, usam seu próprio nome ou apelido.

A presença das comunidades cristãs é muito concreta em seu cotidiano. Assim acabam falando sobre as pessoas de acordo com a delimitação dessas comunidades que pode ou não incluir católicos ou evangélicos.

Há uma intensa presença das Igrejas Evangélicas na área. Isso não causa grandes conflitos, mas existe um sentimento negativo da parte de comunitários católicos com relação a isso, principalmente quando um membro de sua família se converte. Muitos dos evangélicos de hoje no Atuí já pertenceram à Comunidade Católica. Mesmo assim, o companheirismo e a ajuda mútua continuam sendo praticados, independentemente do credo. Como todos pertencem a uma grande família, os conflitos eventuais são neutralizados por meio do sentimento de pertencimento à família.

Com relação aos limites de propriedade, estes são pouco visíveis porque todos são pais, filhos, irmãos, primos, cunhados, sobrinhos e netos, a terra tem seus limites demarcados por elementos da natureza: um rio, um igarapé, uma grande árvore, ou também por uma cerca. No entanto, esta tem mais a função de evitar que animais como bois, búfalos e porcos penetrem nos terrenos do vizinho, do que de demarcar a propriedade. O terreno de cada um tem seus limites conhecidos até pelas crianças, mas na verdade, o todo é um “território de parentesco” (COMERFORD, 2003), onde convivem relações de solidariedade e conflito.

As casas são construídas às margens do rio, geralmente, com a sala de entrada voltada para o curso d'água e a cozinha para floresta. A maioria apresenta no máximo quatro cômodos: sala, quarto, uma sala de jantar e a cozinha. Essa cozinha é cheia de pequenas divisões: uma área para lavar roupa, e outra para guardar instrumentos do trabalho. A maioria possui o sanitário fora da casa.

⁶³ Esta categoria nasce com o Sindicato.

Todas as casas são construídas em madeira (emparedadas e assoalhadas com tábuas) e a maioria coberta com telha de barro ou de palha buçu (palmeira muito presente no rio Atua). São apoiadas sobre palafitas, mas são construídas na terra firme.



Foto: n° 05 casa coberta com telha
Fonte: Euzalina Ferrão, outubro de 2005



Foto n° 06 casa coberta com palha
Fonte: Euzalina Ferrão, outubro de 2005

As fotos acima mostram as casas típicas do Recreio. Internamente, há pelo menos três cômodos que são separados por parede: a sala, o quarto e a “sala de jantar”. Esses cômodos também servem de dormitórios. Geralmente as casas só possuem um quarto, onde não cabem todos os membros da família. As mulheres dormem no quarto e os homens na sala ou na cozinha. Quando os filhos são ainda crianças, o casal dorme no quarto com as crianças, mas isso é muito relativo, porque às vezes há necessidade dos pais acompanharem as crianças que estão fora do quarto e assim terminam por dormir junto com estas.

Não há chuveiros nas casas e as pessoas tomam banho nos rio. O sanitário é construído separado do corpo da casa. Doze casas não possuem fossa séptica; cinco possuem sanitário com fossa em alvenaria na casa e, três possuem fossa séptica e dois sanitários com a fossa em alvenaria, mas fora da casa.

Do rio, retiram a água para a lavagem de roupa, limpeza da casa e lavagem dos pés. Lavar os pés antes de subir na casa é um hábito na comunidade. As casas são lavadas todas as semanas ou quase diariamente, tendo como característica a limpeza. Nas salas, geralmente, se encontram: um banco “corrido”, imagem de santos e objetos de pouca utilidade. Em treze casas havia uma cama, um guarda-roupa e uma cômoda. Apesar dessas famílias possuírem cama, as pessoas preferem dormir na rede. Na sala de jantar estão: as panelas, o rádio, o fogão a gás (isso depende da casa), a mesa de madeira e suas cadeiras, o guarda-louça e em três casas possuem televisão. Todas as casas possuem panelas em quantidade, expostas nas paredes, todas muito brilhantes. Todos possuem rádios de pilha. Cinco famílias já possuem máquina de costura, sete casas têm freezer.

A água para o consumo, para beber e para cozinhar é retirada de poços, que só existem em cinco das casas. Por isso, alguns moradores vão por terra ou canoa buscar água no poço da casa que o tenha. Quem faz esse serviço, na maioria das vezes, são as crianças acompanhadas de uma pessoa adulta, no horário da tarde.

No Recreio há também as construções de alvenaria: o posto de saúde, a escola; a capela; o aviário e a casa dos porcos da associação.

Cinco casas, do lado esquerdo do rio, possuem luz elétrica sendo três com energia própria e duas com energia gerada pelo motor da Associação. Na casa da Bena a energia é utilizada apenas para assistir a televisão no horário da novela ou quando batem o açaí à tarde para sua própria casa e também para a de um vizinho e da casa da associação, sendo que o combustível é financiado pelos moradores, que utilizam a energia. Nas casas comerciais, os proprietários possuem seus próprios motores. Nas casas, a energia é, geralmente, usada para

bater o açaí e à noite para assistir a novela. Do lado esquerdo, onde há o aviário, há energia solar, antena parabólica e telefonia rural.

O abastecimento local é feito por meio de produtos que vem de outras áreas: da região das fazendas, onde há pequenos lagos com pescado e caça ou aquelas trazidas pelos marreteiros que vendem de porto em porto. Carnes (de búfalo, de boi e de porco) são vendidas nos comércios mais próximos, vindas da região dos campos naturais ou da cidade. São também vendidos frangos e peixes trazidos das cidades de Muaná e de Abaetetuba. Esse fluxo de produtos é maior no período chuvoso por causa da venda dos frutos de açaí.

Os produtos como arroz, café, açúcar, macarrão são todos importados. Quanto à farinha, seis moradores disseram produzi-la para seu consumo, e os demais importam-na da cidade ou de Abaetetuba principalmente. A farinha, sendo um dos principais produtos da dieta alimentar do lugar, já foi um das principais produções do Alto Atua, mas agora é importada. A justificativa fornecida a esse respeito é que apenas poucos a produzem e que esta produção não é suficiente para abastecer toda a comunidade.

O açaí é tomado diariamente. As pessoas almoçam e jantam açaí. No final do dia, todas as famílias procuram adquirir este fruto, ou recolhê-lo de seus quintais e se dirigem para uma das casas que possui batedeira com energia elétrica, chamada de máquina de açaí. É na ordem de chegada que vai sendo amassado o fruto. Aquela família que não o tem recebe-o das que tem um pouco, contanto que chegue pelo menos para as crianças.

As famílias costumam perguntar umas às outras se há açaí em suas casas. Como as crianças são sempre solicitadas para ir colher os frutos, em troca, recebem um pouco para levar para a sua casa, mas se sua família já possui alguma quantidade e a coleta foi pequena os pais da criança o dispensam por já ter o suficiente em casa.

Como todos são parentes – pais, mães, irmãos, irmãs, tios, sobrinhos, netos avôs e avôs – o abastecimento das famílias é uma preocupação de todos. Um ajuda o outro com um pouco de alimento, principalmente, quando “pega”⁶⁴ peixe. As poucas interdições de alimento se referem à caça fresca, cujo consumo deve ser evitado por mulheres grávidas, para que o caçador não fique com “panema”⁶⁵.

⁶⁴ Nessa região pouco se fala de pescaria e sim pegar o peixe. Os peixes são pegos geralmente nos lagos, nos igarapés com tarrafa, outros fecham um curso d'água e praticam a gapuia (é a retirada da água para pegar o peixe).

⁶⁵ Panema ou Panemice é uma força mágica, não materializada, que, à maneira dos polinésios é capaz de infectar criaturas humanas, animais e objetos. Porém panema é um mana negativo, incapacitante. O conceito de panema passou ao linguajar popular da Amazônia com o significado de incapacidade de “má sorte”, “desgraça”, “infelicidade”. GALVÃO, 1976, p. 8. Conferir também em Maués, 1990.

Recreio, território de parentesco

Onde está hoje a comunidade do Recreio, funcionava, até o final dos anos cinquenta, um barracão de seringa de propriedade de Reinaldo Guimarães Ferreira, irmão do ex-prefeito, Raimundo Guimarães Ferreira. Enquanto alguns dos nordestinos que haviam trabalhado na borracha permaneceram no Recreio, enquanto que outros foram levados para colônias agrícolas próximas da cidade de Muaná por Raimundo, durante a sua gestão como prefeito. Em os “Roceiros de Muaná”⁶⁶, Maria José Brabo (1979a), ao apresentar seu estudo a respeito dos três povoamentos agrícolas, no município de Muaná, - que são Atuí, Guajará e Mocajutuba, sendo que este último está localizado nas proximidades da sede municipal -, comenta que o povoado do Mocajutuba foi formado por incentivo de um prefeito, daquela época, que remanejou, seus antigos trabalhadores dos povoamentos agrícolas do Atuí e Guajará, para a formação desse núcleo agrícola, com fins de abastecimento da cidade.

Ao investigar a origem desses trabalhadores constatei que quase todos eram descendentes dos migrantes nordestinos que haviam trabalhado no seringal da família do prefeito, durante o auge da borracha e com a decadência passaram a atuar como trabalhadores agrícolas⁶⁷.

⁶⁶ Chamo a atenção sobre o uso da categoria roceiros, que remete a roça, plantação.

⁶⁷ Segundo levantamento feito junto a conhecidos, o Prefeito Raimundo Guimarães Ferreira (irmão do antigo dono do barracão) levou do Guajará e do Atuí os seguintes trabalhadores descendentes de seringueiros nordestinos, para a formação do aglomerado de Mocajutuba: Francisco Parangaba e Edite (esta família e mais o seu Barbosa e esposa foram as duas primeiras famílias a chegar no Mocajutuba através do projeto do prefeito. Fizeram as primeiras roças e depois os outros chegaram), Aristide, Pedro e Maria Barbosa, Severino Ramos e esposa, Natalino e Raimunda (irmã do Francisco Parangaba, nordestina) Evangelista (vindo do Guajará e descendente de nordestinos) Luis Reis (vindo do Atuí), Raimundo Chermont (migrou do Atuí e filho de pessoas oriundas de Soure), Francisco Alto e, João Pau-D'Arc, Raimundo (Raimundão) e Gina Amaral, Antônio (Dondão) e Helena, Raimundo “Pizaleve” e Francisca Pacheco (migrante do Atuí), Raimundo “Zolho” e Francisca. As informações foram fornecidas por familiares do grupo de trabalhadores que vieram do Guajará para a cidade através do prefeito Raimundo Guimarães Ferreira apelidado Ginuca. Outras pessoas fazem parte da memória de minha família. O Seu Francisco Parangaba, mais conhecido por Chico Parangaba, é tio da Nazaré Monteiro e também irmão da senhora Maria (já é falecida) da Comunidade Bom Jardim, filha de nordestino.

Na área do antigo barracão ainda permaneceram três famílias. A família Guimarães Ferreira, proprietária de um sítio do Barracão migrou para a cidade de Muaná na década de 1960, no entanto manteve roça no lugar até a década de 70, quando a mulher e os filhos migraram para Belém para que estes pudessem estudar. O marido continuou na cidade de Muaná trabalhando como promotor *ad hoc* (promotor leigo) da comarca de Muaná.

A família Batista migrou para a cidade de Muaná na década de 1970. Após alguns anos, uma das filhas que trabalhava com uma pessoa de fora do Município de Muaná foi transferida para Macapá no Amapá, para onde foram também a irmã Rosa e mais dois irmãos. Hoje, um dos filhos da família Batista, o Manoel Batista, está trabalhando no projeto da Associação dos Miniprodutores Rurais de Muaná – AGROMA na estrada Pedro Ferreira.

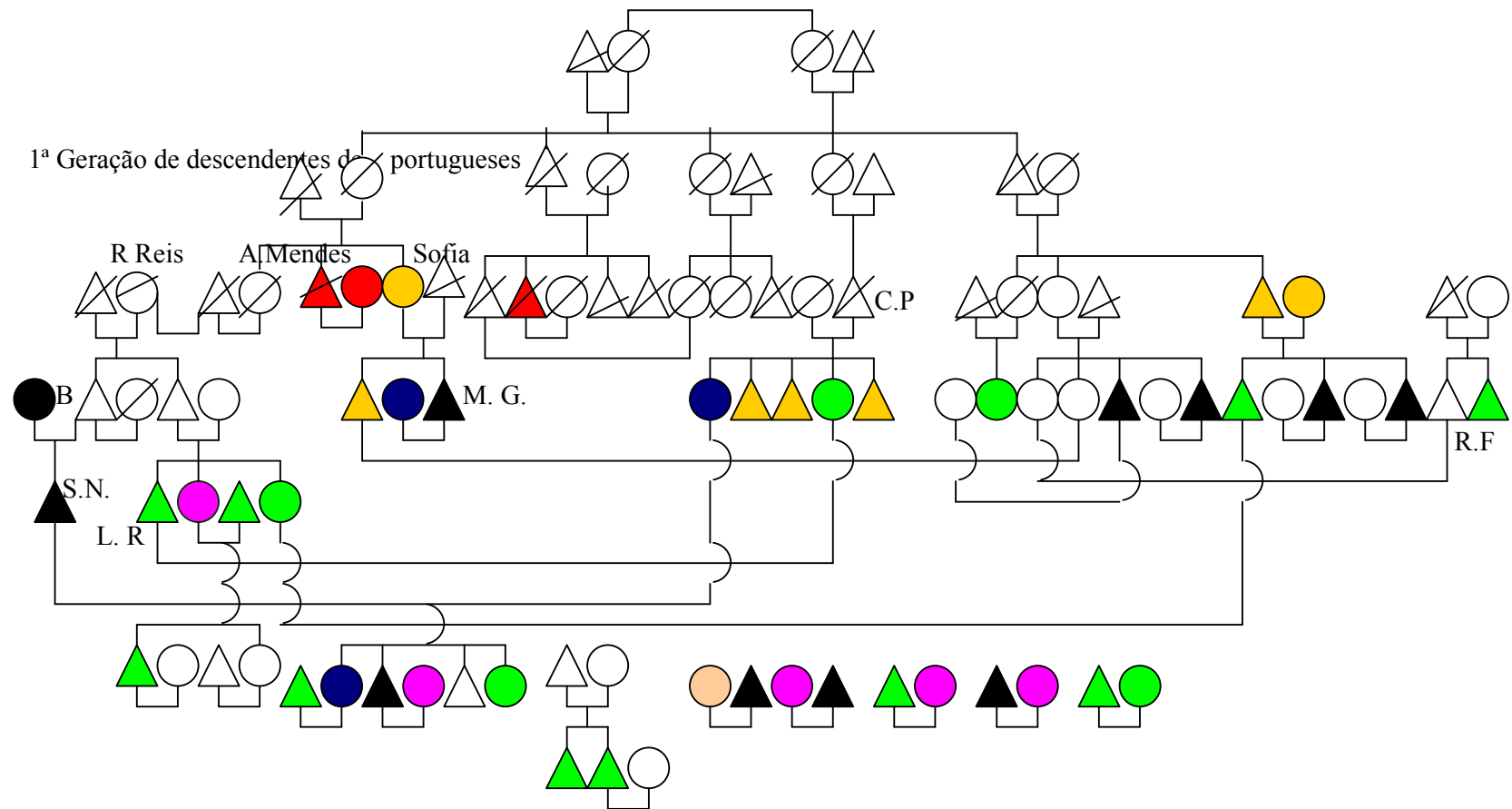
Somente a família Pinheiro permaneceu no lugar. Os filhos Basílio e Roque migraram com as famílias para a cidade na década de 1980, sendo que Basílio passou a trabalhar como açougueiro no mercado municipal e Roque com barcos de transporte de produtos do Atua. Ambos casaram lá no Atua. O terceiro filho, Benedito (o Bena), de Carlos Pinheiro, casou com uma mulher da cidade que havia ido para alto Atua trabalhar como professora primaria. Quando a prefeita Hortênsia assumiu a prefeitura, o casal migrou para a cidade de Muaná, sua esposa é filha do primo da prefeita. As duas filhas da família Pinheiro permaneceram até hoje morando na área. São elas Maria esposa do Sebastião e Benedita casada com Laudimar. Os descendentes de portugueses que lá ficaram foram se casando com descendentes de nordestinos. Foi desta forma que se constituiu o coletivo que hoje constitui o grupo familiar do Recreio.

Observa-se que o grupo familiar forneceu três prefeitos ao Município de Muaná, havendo nesse mesmo coletivo, um pequeno subgrupo que faz parte das oligarquias que governam o Município, enquanto que os outros são apenas lavradores. Atualmente há facções no interior deste grupo: uma se organiza em torno dos poderosos da família, enquanto que outros se filiam às organizações da igreja. Os primeiros, quando no Recreio, também se identificam como comunitários, e preservam os laços de solidariedade com todos os demais moradores, mas ao mesmo tempo, eles se mantêm fiéis ao grupo político de sua família. Assim, os primeiros, se mudam para a cidade e ocupam cargos na administração municipal, ou formam associações sob a influência da prefeitura, enquanto que os segundos se organizam

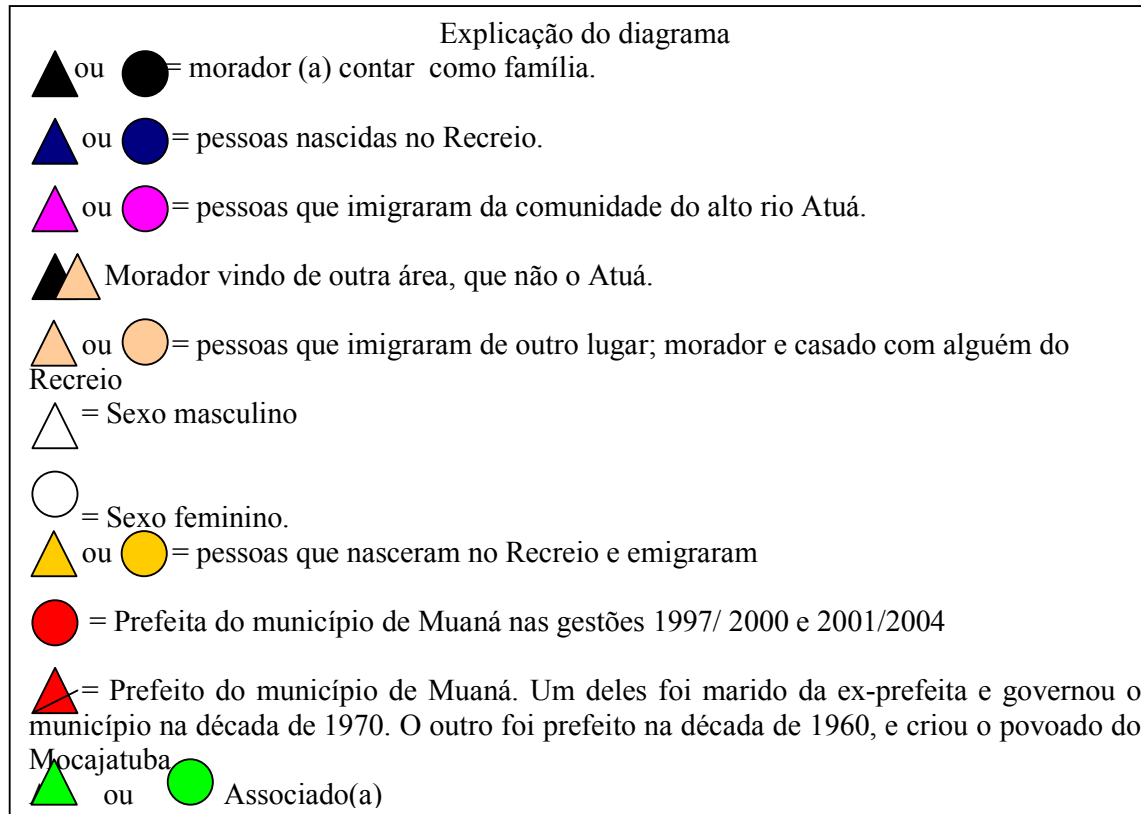
em torno da Igreja, em pastorais, ou em torno de entidades associativas sob a influência destas, como o Sindicato de trabalhadores rurais e a APROAGRO, da qual tratarei no capítulo 4.

Merece atenção o fato de eu haver podido reconstituir a genealogia com precisão, a partir da memória dos membros do grupo familiar. Isso, entre outros eventos relatados nessa dissertação, como, por exemplo, a forma como fui recebida no Recreio, mostram que as referências dos parentes são fundamentais no sentido de emprestarem significados a todos os aspectos da vida. Comerford (2003) faz uma análise fina daquilo que denomina “território de parentesco” e mostra como as categorias *família, parentes, parentesco, família, gente, raça e troncos* estão associados, no caso por ele estudado, tanto a relações entre pessoas quanto a um território. O mesmo ocorre no caso do Recreio, em que a *família*, ou mais frequentemente a *comunidade*, expressa uma superposição entre parentesco e território. No caso, tanto a família quanto o território podem exceder os limites do Recreio, estendendo-se por todo o Atuaá, Muaná e até mesmo Belém, território sobre o qual o grupo familiar mantém formas de controle de graus distintos. Tanto as CEBs, quanto a APROAGRO mantêm uma relação com os significados de família, e os papéis que desempenham são a elas referidos. Por outro lado, comunidade e comunitários tem o papel de agregar, de fazer pertencer à família aqueles que não pertencem e de manter o equilíbrio no interior do grupo nos momentos de grandes deslocamentos (migrações e imigrações).

Diagrama de parentesco da comunidade Recreio⁶⁸



⁶⁸ Do diagrama constam somente: 1) o casal chefe da família; 2) quem mora sozinho; 3) parentes dos moradores que tiveram significado para formação do “território de parentesco”, 4) alguém da família que serviu para compor a relação; 5) Políticos que estão envolvidos com a história do lugar.



As formas de produção subgrupo familiar que permanece no Recreio passa por transformações econômicas sucessivas a partir do fim da exploração da seringa no regime de Barracão. Parte destas já foi indicada, como a formação de povoamentos agrícolas. Mas, desde o final dos anos sessenta, as explorações da madeira e, depois em 1970, do palmito passam a ser feitas de forma intensiva, inclusive com a entrada periódica de trabalhadores de fora. Esses eventos, que atingem todo o Rio Atuí, provocam transformações na organização da produção e nas relações familiares no interior de grupo doméstico. A seguir, procurarei mostrar como se deram esse processo e analisar como as famílias do Recreio procuraram encontrar formas de se adaptarem àquilo que aparecia como novidade.

Surtos de ocupação e processos localizados

A forma como as transformações da produção são entendidas pelos moradores da comunidade Recreio, assim como, a inserção em novas organizações e sua lógica só podem ser entendidas a partir da longa duração, ou seja, interpretando a ação atual dos moradores, a partir das práticas e valores simbólicos do passado. Neste estudo, analisei os acontecimentos ocorridos nas décadas estudadas - época em que ocorrem transformações relevantes na produção – procurando desentranhar as conexões lógicas que possam explicar as traduções e práticas atuais. O estudo que realizei, através de entrevistas com as lideranças locais, sobre a história e dinâmica dos modos de vida e relações de produção dos trabalhadores da comunidade Recreio ocorrida durante as décadas de 1970-1990, apontaram que houve mudanças importantes, mesmo tendo esses trabalhadores, continuado a se dedicar a atividades agro-extrativistas (plantação de mandioca e o extrativismo, não mais da borracha, mas do palmito do açai). Esse histórico foi relevante, porque apontou para uma variedade de possibilidades de periodização na Amazônia, contrapondo-se à simplificação e generalização, expressas, no eixo temporal, através do

auge/decadência da borracha. A realidade local pode ser bem mais complexa em sua dimensão temporal.

Conceição e Maneschy (2002) explicam, apoiadas em literatura dos séculos XVIII e XIX, além de análises sociológicas recentes, que uma das teorias a respeito da formação das sociedades amazônicas remete aos surtos de ocupação (ou ciclos), que se davam em decorrência da demanda externa por determinados produtos, em virtude da aplicação de políticas governamentais, ou, ainda, à emergência local de algum negócio promissor. Esses surtos ou ciclos, dentre os quais, o auge e decadência da borracha e os grandes projetos dos anos 70 do século passado são os de maior apelo, marcariam etapas fundamentais de transformação da sociedade na Amazônia.

No entanto, a partir do material coletado em Muaná, e particularmente no Alto Rio Atuí, é possível verificar que esses “surtos”, no nível local, podem variar espacial e temporalmente e em intensidade. Mais do que isso, no nível local, pode haver outras imbricações e desdobramentos, conforme será mostrado nesta seção do capítulo, com base na história das famílias que constituíram a Comunidade do Recreio. Como se vê, a concepção da transformação daqueles que produziram a intervenção – e de muitos que a estudaram - é justamente centrada na produção, e há sempre uma expectativa de “efeitos esperados e previsíveis”. Almeida (1993) mostrou que essas sociedades, de nativos e migrantes que refizeram sua vida na Amazônia, ao mesmo tempo em que procuram meios de inserção na nova situação, procuram manter o acesso a recursos que compõem a base da sobrevivência. Bourdieu se refere também aos efeitos que sempre ultrapassam as intenções daqueles que produzem “transformações radicais dos instrumentos de produção”.

As transformações radicais das condições dos instrumentos de produção dão à história incorporada a possibilidade de introduzir insensivelmente as estruturas objetivas (econômicas e sociais) de que são produtos; pelo contrário é sabido, o que acontece às políticas que esperam de uma simples conversão⁴³ das atividades: uma transformação da estruturas (BOURDIEU, 2002, p.102/103).

As minhas primeiras indagações surgiram quando comecei a realizar a pesquisa no rio Atuí, na década de 1990, e durante esse período, não conseguia ver sentido no fato de as pessoas comprarem farinha e outros

⁴³ Grifo do autor

gêneros alimentícios nas cidades de Muaná, Abaetetuba e Belém, o que de certa forma parecia ser natural, haja vista, serem esses lugares de maior movimento comercial. No entanto, o que me intrigava era o Atuí ter sido, até meados da década de 1980⁴⁴, um local de exportação de farinha para abastecimento da capital paraense e, além disso, essa área também ser considerada propícia à criação de gado⁴⁵, além de pequenos animais domésticos (galinha, pato, porco, peru, galinha d'angola etc.). Foi, então, a partir desse estranhamento que me propus a compreender as transformações ocorridas.

Decadência da borracha e desenvolvimento da agricultura

A decadência da borracha no rio Atuí, ocorrida após as primeiras décadas do século XX, trouxe uma mudança significativa para o modo de produção local, ocasionando a reorganização da produção, que passa a se voltar para a agricultura.

Os seringueiros, em particular os migrantes nordestinos, nunca deixaram de ter suas roças, que plantavam com a ajuda da família, seja em horários em que não estivessem ocupados com a coleta do látex, ou nos meses em que as chuvas tornavam a coleta inviável (WEINSTEIN, 1993, p. 46), quando então se dedicavam exclusivamente à agricultura. Com a decadência da borracha, as famílias acabaram ocupando as áreas dos antigos seringais e passaram a viver exclusivamente da agricultura, que no Atuí, em particular, passara a ganhar importância social e econômica.

Constatedei em primeiro lugar, em minhas entrevistas, que a borracha continuou sendo produzida e vendida, embora em menor escala do que anteriormente. No entanto, a agricultura apareceu como via natural, ou

⁴⁴Dados encontrados nos estudos de Brabo (1979a), a respeito da produção agrícola.

⁴⁵ Apesar dos lavradores nunca terem se dedicado à pecuária, mas todas as fazendas são voltadas para essa produção.

seja, como resultado de um “*esquema significativo*” baseado na cultura dos homens e mulheres, onde essa cultura constituiu utilidade⁴⁶.

Agricultura e formação dos núcleos

Nas primeiras entrevistas realizadas em julho de 2004, procurei compreender como ocorreu a transformação da produção para os moradores “da beira”, entre 1970 e 2000. Em uma das entrevistas com o Quincas, atual presidente do STR/Muaná, ele me dizia que: “*na década de 1970, o carro chefe de produção do nosso rio era a banana, o cultivo da banana na década de 70 foi espetacular, foi muito majestoso, cresceu muito*”.

Com o declínio da produção de látex, os trabalhadores voltam-se para a produção agrícola. Nesse período os trabalhadores tinham se organizado em um pequenos “*povoamentos agrícolas*”⁴⁷, que se estendiam ao longo do rio e seus afluentes. A maior produção de bananas estava concentrada na “*cabeceira*” do rio Atué, e nos rios Jaratuba e Comacá, também afluentes do Atué.

Segundo Maria José Brabo (1979a), na década de 1970, esses trabalhadores obedeciam ao seguinte calendário de atividades agrícolas no Atué:

Quadro nº01 Calendário das atividades agrícolas de Atué na década de 1970.

CALENDARIO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS

MESES	PREPARO DA TERRA				CULTIVOS PRINCIPAIS		CULTIVOS SECUNDÁRIOS	
	ROÇAGEM	DERRUBA	QUEIMA	COIVARA	PLANTIO	COLHEITA	PLANTIO	COLHEITA
JANEIRO							Abacaxi Maxixe Abóbora Melancia	Abacaxi
MARÇO								Maxixe
ABRIL								Abóbora Milho

⁴⁶ Conferir Sahlins (2003b, p.8) “A qualidade distintiva do homem é o fato de fazê-lo de acordo com um esquema significativo criado por si próprio [e] é a cultura que constitui utilidade”.

⁴⁷ Denominação dada por Maria José Brabo, em “Roceiros de Muaná”, 1979a.

JULHO		X						Melancia
AGOSTO	X	X						
SETEMBRO			X	X		Mandioca		
OUTUBRO					Banana	Banana		
DEZEMBRO					Mandioca		Milho	

Fonte: Adaptação do Calendário das atividades agrícolas de Atuí realizado por Maria José Brabo (1979: 44).

Por outro lado, esse não isolamento das famílias da região permite que combinem essas práticas produtivas que poderiam ser denominadas, de forma simplificada, “familiares” ou “tradicionais”, com formas de comercialização e introdução de elementos em sua produção, incorporados desde o exterior. Assim, embora a agricultura de base familiar tenha predominado nas décadas de 60/70, não posso deixar de citar a existência, naquela época, da grande serraria Mariahy, que contratava trabalhadores assalariados, abrigando-os em uma vila operária. O assalariamento, na região, não é prática recente, embora convivesse com outras formas de relação de trabalho, como a predominante nas fazendas de gado, nas quais os vaqueiros eram remunerados com o “rancho”⁴⁸.

Observa-se que, conforme já ocorrera com a seringa, o roçado e o extrativismo de base familiar⁴⁹ as atividades variam de acordo com o tipo de produção e número de pessoas envolvidas, em função dos diferentes contextos econômicos impostos por agentes externos. No entanto, constata-se que tanto nos momentos de crise, e mais recentemente, quando os projetos de “desenvolvimento sustentável” entram em cena, os conhecimentos necessários à organização da produção com base na família ou na comunidade encontram-se disponíveis e são mobilizados.

A produção agrícola é combinada à extração de madeira, uma vez que a retirada da madeira antecedia o trabalho na agricultura. Dependendo da distância do local de cultivo em relação aos cursos de água, a venda de madeira só era realizada no inverno (período chuvoso), quando a chuva

⁴⁸ Pagamento em alimentos e materiais de primeira necessidade.

⁴⁹ Processo de produção organizado em torno da autoridade do chefe de família.

caia com mais intensidade facilitando a retirada das toras de árvores através do curso d'água. Enquanto isso não ocorria, os lavradores ficavam preparando a terra para a terceira e quarta etapas (queima e coivara)⁵⁰. Como essas quatro etapas, na produção agrícola local, ocorriam de julho a setembro, as árvores derrubadas em julho, muitas vezes, eram logo retiradas e vendidas e o que contribuía para que os lavradores comprassem um rancho para manter a família no período de plantio que ocorria em outubro, dezembro e janeiro.

Na agricultura local eram plantadas, principalmente, as seguintes culturas: 1) secundárias: abacaxi, maxixe, abóbora, milho melância; 2) principais: mandioca e banana. Sendo que essas culturas têm ciclos diferenciados, conforme abaixo:

Quadro nº02 do ciclo agrícola do rio Atuaá na década de 1970

Meses Culturas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Abacaxi	Plantio e colheita (01 ano entre											

⁵⁰ Roçagem derruba, queima e coivara, são, dentro da técnica usada na região, as etapas denominadas de preparo da terra.

	uma atividade e outra)											
Abóbora	Plantio			colheita								
Banana										Plantio e colheita (01 ano entre uma atividade e outra)		
Mandioca								colheita				Plantio
Maxixe	Plantio		colheita									
Melância	Plantio					colheita						
Milho				Colheita								Plantio

Percebe-se em relação a esses trabalhadores que até o final da década de 1970, a extração da madeira não era uma atividade central, era um subproduto das atividades agrícolas. A produção da banana estava no auge e era mais rentável porque os trabalhadores detinham o controle da produção. Eram os próprios trabalhadores que vendiam a produção diretamente no Ver-o-peso ou na Central de Abastecimento S/A (CEASA), em Belém, uma vez que havia poucos atravessadores atuando. Toda a família se envolvia na produção. Assim, após a roçagem, a derruba, a queima e a coivara, os homens dedicavam-se ao preparo da madeira para venda, enquanto as mulheres cuidavam da manutenção das roças e roçados⁵¹.

O chefe da família tomava todas as decisões referentes ao trabalho e ao grupo familiar e responsabilizava-se por seu sustento. Benedita, liderança do Recreio, relata como costumava trabalhar em família:

Dentro da casa do meu pai a organização era diferente da organização das famílias de hoje. Pelo menos nós trabalhávamos juntos. Quem fazia o custo do nosso trabalho era ele. Tudo passava pela mão dele. Podia ter 15, 18, 20, 30 anos, quantos tivessem, a gente trabalhava na família. A nossa produção, na época, era farinha, banana, milho e arroz. E a diária, quando

⁵¹ Na região a roça refere-se ao cultivo de mandioca, enquanto o roçado é mais voltado para o plantio de milho, banana e outros produtos.

chegava no final de semana, ele ajustava as diárias dos meninos. Chegava em casa... ia fazer a compra do rancho para dentro de casa. Hoje a diferença é muito grande. Se for uma família de quatro ou cinco filhos, eles querem pegar o dinheiro deles e o pai e a mãe tem que dar a manutenção. Aqui em casa, eu tenho quatro filhos. Meus filhos não são assim. Trabalham juntos. Eles não são donos do dinheiro deles. É a gente que vai manejar junto com quem a gente colhe para manter a despesa.

De acordo com a história de vida local, era visível esta divisão de trabalho por sexo. Os homens eram responsáveis pelos trabalhos mais pesados como a roçagem, derruba, queima e coivara que requeria mais força física enquanto que, atividades como, plantio e a colheita eram realizados pelos dois sexos, mas a capina e o preparo da farinha e outras atividades que requeressem menor força física cabiam à mulher, e muitas vezes às crianças⁵².

Além da madeira, nos anos 70, inicia-se uma comercialização significativa de açaí, principalmente, para o mercado de Abaetetuba. Como o açaí, no Alto rio Atuí, tem sua safra no inverno, essa produção, também, não prejudicava o trabalhador na produção agrícola, porque, nesse período, o trabalho masculino diminui seu ritmo.

A safra de açaí ocorre de janeiro até final de maio, mais ou menos. As mulheres passam a trabalhar sem as crianças que são requisitadas para a coleta do açaí. Como o açazeiro tem caule fino, muitas vezes não suporta o peso de um homem adulto, os meninos passam então a serem considerados ideais para a realização desta tarefa.

Essa era a estrutura de trabalho, que a Igreja encontrou, quando iniciaram, em 1975, os trabalhos pastorais nas comunidades evangelizadoras. Porém, essa realidade produtiva começou a ser fortemente atingida na década seguinte. As empresas madeireiras, que atuavam na

⁵² “A organização do trabalho baseada na divisão por sexo está condicionada à execução das atividades próprias a esse tipo de agricultura extensiva e itinerante. Na realidade, porém, essa divisão é bastante flexível, podendo o homem realizar uma atividade considerada feminina ou vice-versa. Há, contudo, tarefa exclusivamente masculina como a roçagem, derruba, queima e coivaramento. O plantio é feito por ambos os sexos, mas a colheita define-se de acordo com o tipo de cultivo, como atividade masculina e/ou feminina”.(BRABO, 1979b, p.44)

área, sofreram concorrência por empresas de extração de palmito. Esses trabalhadores, que de alguma forma sustentavam a produção de madeira com seu trabalho de extração associado às atividades agrícolas, são aos poucos atraídos para a retirada de palmitos. As madeireiras, sem matéria prima para a produção, vão desaparecendo e em seu lugar, surgem fábricas de palmito. Aos poucos o capital das madeireiras é reconvertido para os novos empreendimentos.

O esvaziamento gradual da agricultura

O aparecimento dos marreteiros de açaí possibilita um novo ramo de atividade para a região, mas subtrai uma parte dos membros da família das tarefas mais pesadas da agricultura, podendo ocorrer uma diminuição da produção agrícola. Por outro lado, a igreja incentiva os jovens ao estudo, e muitos saem para estudar na cidade, ficando a família dividida em dois espaços, um na cidade, outro no meio rural. Na cidade, muitos desses jovens são absorvidos pelas fábricas de palmitos, como mão-de-obra operária.

No início da década 1980, aos poucos, a produção agrícola vai decaindo. Uma praga atinge as plantações de banana - o “mal do Panamá” – fazendo desaparecer a produção. Os agricultores não receberam qualquer auxílio para combater a doença. No mesmo momento, as fábricas de beneficiamento de palmito de açaí instaladas na cidade de Muaná, passam a explorar os açais do Alto rio Atuí como mais intensidade, pois, os açais das regiões mais próximas da cidade já estavam se esgotando e a nova área de açaí que poderia garantir o abastecimento das fábricas era a do rio Atuí, principalmente, a região mais central próxima à nascente do rio.

Com os homens na floresta extraindo palmito o ano inteiro fica difícil manter a produção agrícola. O fluxo imigratório aumenta, agora, para as cidades de Muaná e Abaetetuba. Depois, alguns saem de Abaetetuba para Barcarena, com instalação da Alumínio Brasileiro S/A (ALBRÁS). A saída de trabalhadores é significativa.

As fazendas trocam de proprietários e de criação também nos anos 70. A criação de bois é substituída por búfalos. O feitor desaparece, dando lugar ao administrador. As relações entre os trabalhadores das margens e os das fazendas são alteradas, principalmente, com relação aos gerentes. Filhos de antigos vaqueiros dessas fazendas passam a trabalhar em outras fazendas em outros lugares do Estado do Pará ou em outros Estados.

Permanências e deslocamentos

Apesar do auge da agricultura estar se dar nas décadas de 1970 e 1980, ainda havia trabalhadores que continuaram produzindo na agricultura até o final dos anos 1990, como é o caso da família abaixo.



Foto nº 07 Família de agricultor descendente de nordestino na Comunidade Bom Jardim, no rio Atuí
Fonte: Euzalina Ferrão em 1996

Essa é a família de seu Isidoro, hoje já falecido, tinha um pequeno terreno às margens do rio Atuí era grande produtor de farinha de mandioca, banana e milho. Descendente de nordestinos se instalou no local no final da década de 1970. Desde este período até mais ou menos meados dos anos 1980, ele era responsável pela maior parte da produção de farinha que abastecia os trabalhadores que moravam nas fazendas próximas, como as fazendas Saci, Santa Eulália e Tauari. Essa fotografia tirada por mim em 1996, mostra a sua família produzindo farinha. Na foto, está com o filho, a nora e o neto cuidando da mandioca para o preparo da farinha⁵³.

As condições da produção eram bem rudimentares como se observa na foto. Em alguns casos os agricultores, além dos mutirões, frequentes em áreas rurais de todo o país, tinham o hábito de se organizar coletivamente para a produção de farinha, utilizando os mesmos fornos, os mesmos barracões para armazenamento da produção.

⁵³ Quando o visitei, falou-me que havia sido entrevistado, na década de 1970, por uma pesquisadora sobre a produção agrícola. Penso que tenha sido a Maria José Brabo, pois no período em que fez seu estudo ele se encontrava no cabeceira do rio, local de sua pesquisa.

A família da foto reside na comunidade Bom Jardim, local onde surgiu a primeira CEB da Igreja Católica. Nessa área viviam descendentes de nordestinos que se instalaram, mais ou menos em 1970, e se tornaram grandes produtores de banana, milho e mandioca. Eles migraram, parte do Guajará e se instalaram, de início, na cabeceira do Atué, e outros do Comacaí, depois desceram o rio e se estabeleceram nesse local. Esses descendentes de nordestinos, além de serem produtores agrícolas, criavam muitas galinhas, uma vez que podiam alimentar as aves com o milho que produziam. Foram, por muitos anos, grandes vendedores de galinha para a população próxima. A senhora Maria, filha de nordestinos - com o falar bastante carregado no sotaque do nordeste o que servia como identificação de sua origem - possuía as melhores matrizes nessa área: galinhas caipiras alimentadas com os produtos de seu roçado.

O fato desses trabalhadores da agricultura abastecerem os trabalhadores das fazendas, através de transações comerciais, implica em troca constante não só de mercadorias, mas também em casamento, serviços e “regalos”. É comum, ver-se trabalhadores das fazendas trazendo leite, queijo, carne de boi, porco, búfalo e outros alimentos, que eles têm na fazenda, para dar ou vender aos trabalhadores da agricultura. Pode-se dizer que funcionava um sistema de trocas e obrigações muito bem organizado, que permitia a mútua complementação de necessidades, sem precisar recorrer a agentes externos.

Na procura de boa terra e um local para ficar ou onde possam encontrar apoio, muito desses trabalhadores deslocara-se de povoamento em povoamento. O Zacarias, 40 anos de idade, um dos associados da APROAGRO⁵⁴, ao me falar sobre sua chegada no Recreio fez o seguinte depoimento:

⁵⁴ APROAGRO é a associação que vou analisar no capítulo três como uma das experiências de Associação que surgiu a partir dos anos de 2000 como modelo de associativismo voltado para a organização da produção local.

Olha, meu pai era do Anajás, Cícero Cordeiro, e minha mãe era Maria Eliza, é do Anajás, na, o minto, do Guajará. Ai eles casaram lá no Anajás, não? E vieram embora para cá, para morar no município de Muaná, no Guajará. Ai teve um acidente que meu pai se matou. Ai nós ficamos todos “gitito”, o meu irmão mais velho, José Cordeiro... Ai ele veio, ai para casa do seu Genésio, para cá para o Atua. E nós ficamos lá, nós tínhamos muita roça nesse tempo né? e então com a mamãe, nós tudo gitito [o Zacarias nasceu em 1964], nós começamos a trabalhar lá [no Guajará]. Ai nós viemos, quando estava com uns quinze anos, para cá para o Atua. A mamãe também veio. Depois de um ano ela se casou de novo e foi morar no Atatá⁵⁵ e nós ficamos morando com o Zé Cordeiro, meu irmão, no terreno do senhor Genésio Monteiro, no Jaratuba. Ai de lá passei a trabalhar com o Barros de empregado. Trabalhei por uns 10 anos com ele. Ai, depois eu trabalhei com o filho dele, aqui pra serraria com o Miguel Barros, filho do seu Domingos Barros. Daí, já comecei a trabalhar na cidade, passei seis meses lá fazendo trabalho lá e voltei para cá para trabalhar e fiquei morando aqui na casa que era do Cabo. Vim tomar conta do terreno dele, né (ZACARIAS, Recreio, 27/10/2004)⁵⁶.

Esse depoimento é fundamental para se compreender como ocorria o deslocamento dos trabalhadores no ambiente produtivo da agricultura no município de Muaná e nos municípios de fronteira, como o Município de Anajás. Os trabalhadores dos “povoamentos agrícolas” tinham uma dinâmica interna e se movendo entre municípios, de um povoamento para outro. Essa dinâmica apontou, também, que dos três “povoamentos agrícolas” estudados por Maria José Brabo, o Atua, o Guajará e o Mocajatuba (próximo à cidade) havia, naquele momento, um deslocamento de trabalhadores e isso indica que havia um processo migratório de um “povoamento” para outro. Nesse caso particular vê-se que a mulher do Guajará vem morar no rio Atua, justamente numa área que está localizada a maior concentração da produção agrícola do Atua, naquela época, que é o Jaratuba.

Estudando as vias fluviais dos municípios de Muaná e Anajás, percebi que esses rios Guajará, Atatá e Atua têm a nascente próxima à fronteira

⁵⁵ Os lugares que mencionados por Zacarias, Guajará e Atatá se referem a dois rios localizados no Município de Muaná.

⁵⁶ O grifo é meu coloquei para mostrar a circulação e processo migratório dos grupos que não possuem terras.

com Anajás, onde estavam localizadas as áreas de maior concentração de extração de borracha, existindo caminho por terra através da “cabeceira” desses rios até o Município de Anajás. Além disso, são exatamente essas áreas que serão de maior produção agrícola após a decadência da borracha.

Jaratuba era um local de grande concentração de pessoas, na “cabeceira” do Atuí, uma vez que lá existia o único cemitério antigo do período da borracha. A existência de uma concentração significativa de população nessa região.

Em meu material há vários casos como este. Raimundo Freitas, carpinteiro, hoje com 66 anos, veio da vila de São Miguel de Pracuúba, Município de Muaná, pela primeira vez em 1959, para trabalhar como carpinteiro, trazido pelo senhor Davi de Melo, e era contratado pelo senhor Oziel Carneiro, fazendeiro, para fazer os barracões de gado na fazenda São Miguel, localizada no rio São Miguel, afluente do rio Atuí, o qual tem a foz em frente ao terreno onde está a maior concentração de trabalhadores do Recreio. É importante esse destaque sobre a localização da fazenda, porque é nos comércios localizados no Recreio que os trabalhadores se abastecem. Logo, são constantes os contatos dos moradores do Recreio com os da fazenda. Raimundo Freitas voltou para o Pracuúba e em 1972 retornou para o Atuí e está até hoje no Recreio.

Outra entrevista que fala um pouco sobre a década de 1970 é a do Arlindo que em 1972 veio para o Atuí comprar açaí.

(...) há 33 anos atrás mais ou menos foi descoberta essa safra de açaí no alto Atuí, era uma riqueza em açaí de inverno, é a época em que parte nenhuma tem açaí (...) Naquela época a gente já andava viajando no rio Atuí, comprando e vendendo; eu era bem novinho, com o meu irmão (...) e a gente foi (...) até que lá em cima no Atuí a gente ouviu a notícia do açaí de lá. Naquela época ainda era uma população pequena, quando nós fizemos a 1ª viagem com o açaí de lá para Abaetetuba, com um barco-a-vela, passamos três mares de subida, da boca até a cabeceira do rio (...) [Comprador de açaí] tinha um só, o 1º que foi lá (...) nós fomos os 2º. [O trajeto durava] oito dias (...) A próxima viagem (...) já foi com um barco a motor. Essa prática se tornou comum a todo inverno, toda safra. Então, a gente se agradou com uma menina de lá e se casou. Passei uma

temporada lá depois voltei para minha terra, quando foi em 1990 eu atravessei de vez pro Atuí, quando eu comprei a propriedade. Na época eu trabalhei também como professor leigo (...) de 1ª à 4ª séries, durante quatro anos, no Cumarú (ARLINDO, Muaná, 19/052005).

Essa fase também dá início à exportação de açaí. Segundo Arlindo, ele e seu irmão foram os segundos comerciantes a entrar na compra de açaí da região. Ele, num segundo momento, me disse como ocorria a comercialização:

(...) de início essa produção era vendida toda pra atravessador, nem se falava em motor ainda; nós éramos atravessadores também (...) Esse açaí Atuí é muito lucrativo porque ele dá na entressafa (...) Infelizmente houve uma coisa terrível aqui no Atuí que foi o comercio do palmito (...) isso foi o fim da safra do açaí em Atuí. Nessa época [no início] baixa 8/10 barcos por dia cheios de açaí; chegou uma época que toda a produção do Atuí não dava num barquinho.

A agricultura se expandiu até mais ou menos 1985, quando as plantações foram atacadas pelo mal do Panamá⁵⁷, que praticamente extinguiu os bananais da região. Juntamente com o desaparecimento dos bananais, o que ainda restava do extrativismo da seringa também entrou em decadência. Nos anos 80, coincidindo com o declínio da agricultura, são instaladas as fábricas de palmito no rio Atuí⁵⁸, demandando trabalhadores tanto nas atividades extrativistas em todo o município, quanto na produção fabril.

Extrativismo do palmito do açaí

A história do extrativismo do palmito do açaí, no Estado do Pará, reporta-se, basicamente, ao início da década de 1970. Em Muaná, segundo Maria José Brabo (1979), a extração para fins industriais começa no final de 1972. A autora afirma que a exploração torna-se predominante a partir de 1973, quando ocorre a instalação de duas fábricas de beneficiamento de palmito nas proximidades da cidade de Muaná, sendo a primeira, a empresa Guajará, no rio Pataueteua e a segunda a Teddy's no próprio rio Muaná. Uma série

⁵⁷ O mal do Panamá é causado pelo fungo *Fusarium oxysporum*. As plantas infectadas exibem amarelecimentos progressivos. Pode provocar perdas de até 100%, dependendo do tipo de banana atacada.

⁵⁸ Na época de extração do palmito, algumas fábricas de beneficiamento vão se instalar no Município, como a Rodomar, Ted e a Empasa (Cf. BRABO, 1979b). Todas tiveram seu apogeu, mas faliram rapidamente e hoje só resta, na região, a ITA - uma das últimas a se instalar - e cuja atual designação é Muaná Alimentos.

de fábricas vai se instalando, chegando a sete no auge da produção. Nesse período, o palmito do açaí torna-se o principal produto da economia muanense.

A exploração era extremamente predatória. No início cortava-se o broto do açaizeiro com árvore ainda em pé. Esta técnica foi modificada a partir do momento que a incidência de acidentes foi aumentando. Os trabalhadores anteriormente voltados para a agricultura, extração de madeira e de outros produtos extrativistas passaram a trabalhar na extração de palmito.

Em função da intensa concentração de trabalhadores voltados para a extração do palmito com a exploração predatória, gradativamente os açaizeiros naturais foram diminuindo. A partir de 1975, foram sendo instaladas novas fábricas. Constitui-se um grupo de operários na cidade. E no interior, devido à nova atividade extrativista, passa a circular mais dinheiro.

No rio Atuí, os trabalhadores que coletavam açaí e trabalhavam na agricultura, com o ataque das pragas em seus bananais, vão aos poucos sendo inseridos nessa atividade produtiva. De início os roceiros, os pescadores e os pequenos comerciantes vêem seus ganhos aumentarem, uma vez que passa a circular mais dinheiro.

No entanto, esse apogeu que foi sustentado por uma forte concorrência entre as fábricas de 1975 a 1977, com uma exploração intensa e predatória, esgota, rapidamente, os açaizais, e as fábricas, sem matéria-prima para produzir, começam a fechar em 1977, segundo Brabo (íbid). Isso se dá nas áreas próximas à cidade. Na cabeceira do Atuí a exploração se dá mais intensamente a partir de 1980, indo até 1990.

Conversando com os trabalhadores do rio Atuí, verifiquei que a exploração do palmito, para fins industriais modificou muito a estrutura produtiva local. O comércio do palmito levou os açaizais à quase extinção, o que não ocorria com a coleta de açaí. Para se ter uma idéia do fluxo comercial deste produto, do Atuí desciam, por dia, de 8 a 10 barcos lotados de rasa de açaí. O dano causado pela exploração do palmito foi muito grande em relação à comercialização do fruto. Num certo momento toda a produção da “cabeceira” do rio Atuí não chegava a encher num barquinho.

No auge da extração do palmito, no Recreio, foi instalada uma pequena fábrica de beneficiamento do produto e, aliás, isso ocorreu em toda a região do Atuí. Tratava-se, por vezes de uma produção familiar com a contratação de uma ou duas pessoas. Em 1996 quando estive fazendo pesquisa no Atuí, cheguei a visitar uma dessas “fábricas de fundo de quintal”. As condições de produção eram extremamente insalubres. Essas pequenas fábricas funcionavam à base da cooperação familiar, no entanto, as atividades de extração e transporte

eram realizadas apenas por homens. Esse fato me parece bastante significativo, uma vez que interfere na coesão da família e na organização da produção com base familiar, refletindo-se nas relações internas da família.

Na atividade agrícola que antecede a exploração do palmito, o trabalho era realizado em família. Com o palmito ocorre uma individualização do trabalho. Os trabalhadores saem de suas terras e vão para as frentes de trabalho no meio da floresta. Lá, muitas vezes, constroem um pequeno “tapiri”⁵⁹, onde ficavam cerca de 20 a 30 pessoas contratadas para extrair toda a produção de uma área que havia sido comprada do proprietário “no mato”. Essa compra significava que o dono não mandava extrair, mas sim a fábrica ou um comerciante da região que comprava tantos milheiros e levava um grupo de “palmiteiros”⁶⁰ para fazer a extração.

Por vezes, os trabalhadores chegavam a ficar um mês fora de casa, o que dificultava a realização de atividades na terra onde moravam. A mulher e as crianças pequenas não davam conta de realizarem a maior parte das atividades agrícolas como a roçagem e derrubada, que culturalmente sempre foram praticadas pelos homens, com algumas exceções de mulheres que as praticam. Esse fator foi um dos motivos que levou uma grande parte de produtores agrícolas do rio Atuí a abandonarem a agricultura.

A presença do assalariamento⁶¹ e a formação de frentes de trabalho na floresta não são novidades na região, mas, no final dos anos 70 e início dos anos 80 são introduzidos de forma extensiva, provocando efeitos, principalmente, sobre as formas de produção anteriores e, alterando, inclusive, a composição das famílias⁶². Para a extração do palmito organizam-se grupos de trabalhadores locais e migrantes. Com isso, ocorre uma separação significativa na produção por sexo, sendo que os homens passam a trabalhar nas frentes de trabalho do palmito e as mulheres e as crianças ficam em casa desenvolvendo, principalmente, atividades na agricultura. A intensificação do extrativismo do palmito repercute na produção familiar, que, na maioria dos casos, fica bastante reduzida, ao ponto que as famílias acabam sendo

⁵⁹ É uma pequena cabana armada em madeira da floresta e coberta com folhas de palmeiras nativas (buçu, buriti, bacabeira etc.).

⁶⁰ Denominação local dada ao trabalhador que extrai o palmito.

⁶¹ Na cidade de Muaná e ao longo do rio Atuí existiam, desde a década de 60, diversas serrarias, dentre as quais a de Mariahy, rodeada por uma vila operária, pode-se dizer, que nesta época, núcleos populacionais ao longo do rio se constituíam em torno de serrarias. Na década de 80 foram implantadas as fábricas de palmito. No caso particular da região onde se encontra a comunidade Recreio, existiu uma pequena serraria e posteriormente um filial de uma das fábricas de Palmito.

⁶² As moças passam a se casar com frequência com aqueles que vêm de fora, atraídos pelo trabalho nas frentes de palmito.

obrigadas a comprar farinha. Com efeito, com as frentes de trabalho do palmito do açaí muitos trabalhadores deixaram de ser produtores familiares.

De modo geral, podemos dizer que a chegada das fábricas tem como conseqüência, para os moradores da região, uma despatrimonialização, observável tanto na perda de produção já citada, quanto em outros casos que passarei a relatar. De um lado, os produtores com seus sítios passam a vender o palmito do açaí de seus terrenos sem replantá-lo, levando-o rapidamente à extinção. Em conseqüência, o fruto que era um dos principais produtos de consumo local começa a escassear. Alguns poucos produtores, no entanto, conseguiram preservar seus açazais e passaram a usar a coleta do fruto como meio de sobrevivência no período chuvoso. Por outro, as famílias locais que possuíam mais recursos, geralmente comerciantes, começaram a sofrer a concorrência dos chefes de turma dos palmiteiros, enviados pelas próprias fábricas, para comprar a produção e financiar gêneros alimentícios e outros de primeira necessidade, entrando rapidamente em decadência. Verificou-se uma ascensão momentânea e pontual daqueles que dominam grandes extensões de terra e vendem seus açazais.

As transformações sociais não são produzidas apenas por sucessivas mudanças das relações de produção, elas também ocorreram pela ação dos representantes da Igreja Católica e dos agentes pastorais, produzindo efeitos importantes sobre as populações locais.

Com a chegada da Igreja Católica e o reinício da exploração de outro produto florestal para exportação, o açaí, tanto o fruto, como a extração do palmito, ocorre uma sensível mudança nas relações familiares até então dominadas pelo chefe da família. A Igreja Católica implementa novos valores na região, incentivando a organização em “comunidades”. Com isso, os jovens criam um espaço de autoridade na administração dessas novas organizações.

Outro acontecimento que contribuiu para essa mudança é a nova forma de atividade produtiva. Enquanto até 1970 os trabalhos eram realizados no grupo familiar, com a coleta de açaí e extração de palmito para exportação o responsável pela frente de trabalho não é mais o pai, e sim o chefe de turma de trabalho seja de pecunheiros ou de palmiteiros. O controle e a administração das finanças dos filhos deixa de ser regida pelo poder paterno, e passa a ser tratada diretamente por aqueles. Essas duas práticas inseridas pela igreja e pelos comerciantes vão romper com a estrutura estabelecida anteriormente. Constata-se, ao mesmo tempo, a presença de um conjunto de agentes que transformam os modos de dominação tradicionais.

Com essa nova fase de exploração dos recursos florestais, após o período das coletas de sementes, frutos e a extração da borracha, os trabalhadores deixaram de desenvolver atividades tradicionais como a plantação e criação de produtos subsidiários. Segundo

Banerjee (2003), este é o resultado do desenvolvimento econômico. Em função desse desenvolvimento, a população substituiu a sua produção tradicional. Passando a ocupar todo o tempo na produção extrativa. Havendo o que o autor chama de enfraquecimento das condições de sobrevivência. Será mostrado, no entanto, no capítulo 4 em particular, que os trabalhadores sabem lançar mão de toda a sua experiência e conhecimento para enfrentar o que aparece como novo.

A vida no Atuí

A introdução de novas formas produtivas (as fazendas de búfalos, extração e beneficiamento de palmitos) desorganizara uma forma de viver baseada em um complexo sistema de relações, baseado em trocas e obrigações mútuas e que é essencial à sobrevivência. As relações entre os homens dos campos e os homens da beira ensejaram a complementaridade na alimentação, possibilidades de emprego, alianças matrimoniais. Os proprietários dominaram, mas ao mesmo tempo tem obrigações em relação aos outros: fornecer o retiro e o rancho aos vaqueiros, e exercendo um papel de comando, gerou, ao mesmo tempo, obrigações para além dos limites de sua fazenda. E as festas de santo eram um momento de reafirmação e atualização de seu poder.

Os festejos mais famosos da região eram realizados nas duas áreas, tanto nas fazendas quanto nas áreas ribeirinhas. Havia na década de 1970 uma grande festa de São Sebastião festejada na fazenda “Pau D’arc”. Nestas festas todos os trabalhadores, tanto dos campos quanto da beira estavam presentes. Trata-se de uma relação intensamente personalizada, que com a implantação das fazendas de búfalos desapareceu. O dono pouco aparece nas fazendas, e o gerente, contratado fora do Marajó não tem qualquer elo com os trabalhadores. O fato relatado por Arlindo mostra bem o que significa a despersonalização da relação até então existente.

Os agricultores eram muitos prejudicados pelos fazendeiros de gado, que [os animais] derrubavam os cachos de bananas dos agricultores quando ainda estavam verdes... Na sua ingenuidade, de achar que o fazendeiro sempre tinha

razão, por ser grande proprietário, não faziam reclamação. Teve trabalhador que perdeu até 4.000 árvores de bananeiras cacheadas. Eles ignoravam os direitos deles. Então quando eu fundei essa associação eu disse pra eles que a partir daquela data tudo que acontecesse na lavoura, eles me procurassem, porque agora eles tinham um representante legal (ARLINDO, cidade de Muaná, 19/05/05).

Percebe-se que a partir daquele momento, passa a ser necessário criar uma organização para dirimir as disputas com os gerentes das fazendas que eram anteriormente reguladas diretamente com o proprietário ou feitor da fazenda.

As festas de santo foram muito citadas pelos meus entrevistados - como algo que não acontece mais. Com efeito, conforme podemos verificar, são momentos de concentração das relações:

(...) a imagem de São Benedito vinha, pernoitava lá em casa, na capela que era enorme; a gente rezava a ladainha, rezava a folia (...) o papai matava porco... tinha comida a noite toda. O pessoal se alimentava a noite toda, no pernoite.(....) [Durante] a folia ficava uma pessoa com um objeto que ficavam recolhendo os donativos para os santos (...) e as pessoas também enrolavam lá na fita dinheiro [e havia] muitas fitas, broches ... Quando aconteciam esses eventos; quando a imagem do santo ia pernoitar em casa, a mamãe chamava para casinha, a dona Nazaré Batista, a dona Raimunda [Pinheiro], pra virem ajudá-la, além das meninas, que sempre a mamãe ajudavam. Ai matava o porco faziam firifi⁶³, porco assado e de panela, faziam feijoada ... Depois da ladainha quem morasse perto ia pra suas casas e quem morasse longe ficava hospedado no nosso quarto, que era enorme, onde dormiam as mulheres e as crianças. Os homens pernoitavam no barracão, onde armavam suas redes e na sala, também (CALANDRINI, cidade de Muaná 19/05/2005).

Os representantes da Igreja contribuíram também para o desmoronamento desse mundo e promoveram a formação de novas lideranças e de novas organizações. No capítulo 3 tratarei da atuação da igreja, no Marajó, no Município de Muaná e no Atua, mostrando como surgiu a comunidade do Recreio.

⁶³ Na região é um prato feito com o fígado do porco cortado em pedaços pequenos, quase quadrados, e temperado com urucum, pimenta-do-reino, cominho, alho e parte de gordura do próprio animal.

Capítulo 3

A Igreja Católica enquanto agente transformador da realidade social no município de Muaná e no alto Atuí

A reconversão dos agentes da Igreja Católica na Amazônia

A Igreja Católica na Amazônia começou a se organizar espacialmente, de forma extensiva com a criação de dioceses, e a partir de 1925, com a criação de uma rede de prelazias, sendo a primeira a do rio Purus. Estas prelazias foram confiadas a ordens diferenciadas: agostinianos, salesianos, dominicanos, frades capuchinhos, lazaristas, xaverianos, sendo que a Prelazia de Ponta de Pedras, que abrange o Município de Muaná, foi criada em 1963, assumida pela Companhia de Jesus e elevada a Diocese em 1979 (MATA, 1992 p.365). Esta ampla rede não apenas atingia com suas paróquias as áreas mais afastadas, como também se desdobrava em uma série de outras instituições, como colégios, hospitais, orfanatos, escolas de arte, oficinas, oratórios, missões indígenas, além de organismos assistenciais e de catequese, preenchendo papéis, normalmente atribuíveis ao Estado. Até os anos 80-90 os representantes da Igreja eram todos estrangeiros, situação que foi sendo gradualmente alterada nas últimas décadas, com a consagração dos padres brasileiros e a nomeação de prelados nacionais. Os bispos da Amazônia, após a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1954, reuniam-se periodicamente, buscando orientações comuns e atuações coordenadas. “O Concílio Vaticano II (1962-65) e as encíclicas sociais provocaram um impulso renovador nos bispos da região” (MATA, 1992 p.363) e em 1966, os bispos reunidos expressaram a sua comoção profunda “ante a situação de insalubridade em que vivem muitas das nossas populações do interior e dos subúrbios” e conclamavam todos os representantes da igreja a uma atitude de “responsabilidade e participação”. Pediam, além disso, a colaboração dos “juristas católicos para impedir que pobres posseiros sejam esbulhados das terras que vêm cultivando e que poderosas companhias provenientes de outras regiões, pela pressão econômica ou pelo prestígio, não respeitem os direitos adquiridos pelos primitivos moradores” (idem, ibidem, p.363). Mata pondera que a essa altura os bispos representantes da Igreja ainda mantinham uma postura colaboracionista ao aceitarem uma “mediação junto às empresas, prefeituras, governos estaduais, etc. no sentido de se obter uma solução negociada para os conflitos de terra”. Observa-se que a partir desse momento estes passam a ocupar o centro de suas preocupações.

A participação de alguns bispos na Assembléia de Medellín começou a transformar esta postura de temporização em um envolvimento e defesa mais efetivos dos nativos e migrantes. No Encontro Inter-regional de Santarém em 1972 e posteriormente no Encontro de Manaus em 1974, os bispos orientaram suas ações a partir de duas diretrizes: o enfrentamento da realidade e a evangelização libertadora. Essas diretrizes se desdobram nas seguintes propostas de ação voltadas para formação de: a) agentes de pastoral; b) comunidades cristãs de base; c) pastorais indígenas; d) pastoral da juventude. Para a consecução de tais ações são instituídos dois importantes centros de formação o IPAR em Belém e o CENESC em Manaus. Hébette (2002), sublinha que a Igreja colaborou para a construção de um espaço semipúblico de resistência e de elaboração de projetos coletivos em pequena escala, alternativo ao espaço da organização de classe, no contexto de um regime autoritário, propiciando a criação das CEBs. O autor chama atenção para o fato de que a igreja, através de seus projetos, conseguiu angariar recursos financeiros significativos. Comenta ainda que foi nesse espaço semipúblico das igrejas que os lavradores construíram suas organizações, como STRs, associações e cooperativas. Esse espaço de atuação foi marcado por disputas com o Estado, por um lado, e com a militância de esquerda, freqüentemente atuava como aliada da Igreja.

Almeida (1993) empreende uma análise a respeito da ação da Igreja Católica, no Brasil, a partir da década de 1960, mostrando que as comunidades de evangelização instalam-se em toda a malha social do país, principalmente, no meio rural. De acordo com o autor a partir de 1966 os conflitos agrários no Brasil foram “temas relevantes das relações entre as instituições religiosas e os aparelhos de poder”. A Igreja Católica tem a CNBB como organismo deliberativo, através do qual são estabelecidas as relações diplomáticas entre a Igreja Católica e o Estado. Assim, é garantida à CNBB, no seu estatuto, a administração de assuntos públicos e por intermédio desta “as autoridades eclesiais se organizam e sintetizam suas proposições”.(ALMEIDA, 1993 p. 31).

A CNBB em 1962 começa a reunir esforços para a fundação de entidades sindicais de trabalhadores rurais, disputando o prestígio com os movimentos camponeses como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas.

Como os conflitos agrários se tornam um tema relevante, então, o problema da terra passa, conforme mostrado anteriormente, a ser tema para o qual a Igreja, por meio da CNBB, se institui enquanto intermediária entre o campesinato e o Estado.

No caso brasileiro, Almeida (ibid), aponta as “Semanas Ruralistas entre 1950 e 1960”, promovidas pelas dioceses, como projeto que atingia tanto organizações dos “fazendeiros” quanto dos “lavradores”. Esse projeto se baseava num discurso de harmonia, com objetivo de

justificar “a propriedade privada” como baseada “no direito natural”, indo de encontro às idéias da ULTAB, do PCB e das Ligas Camponesas.

A encíclica *Rerum Novarum*, de João XXIII, em 1962, oferecia maior poder aos bispos, incentivando-os a se voltarem para “as circunstâncias concretas” dentro de suas pastorais.

Na busca de conciliar as determinações papais e o incentivo de maior liberdade em suas pastorais ficando mais próximo delas, a Igreja passou a definir a “miséria do mundo” como desafio para sua ação. Assim, os clérigos se aproximam das “situações locais” e a Igreja “deixou de ser uma simples delegação ao laicato através da Ação Católica⁶⁴ (...) para atingir uma posição mais abrangente de todo o povo” (ATAYDE, 1980, apud ALMEIDA, 1993, p.36).

Nesse contexto, verifica-se maior aproximação da hierarquia eclesiástica com as camadas populares, estendendo-se em todo as áreas e alcançando principalmente o meio rural em áreas onde o Estado se encontrava ausente e o domínio concentrava-se nas mãos dos grandes proprietários, que só estavam interessados em ampliar o seu capital em terras. Almeida (ibid) sublinha que após o golpe de 64, a perseguição aos militantes do partido comunista, das organizações camponesas ligadas ao PCB e das ligas camponesas destróçou as organizações, enquanto que a Igreja Católica, apesar de algumas perdas, manteve quase intacta sua estrutura de atuação no campo, passando a dominar o espaço de organização camponesa. Nesse contexto pós-64, na Amazônia, a Igreja deixa paulatinamente de se contrapor à dominação das oligarquias locais, para enfrentar os proprietários, gerentes dos empreendimentos bufalinos, que vão ampliando abusivamente suas propriedades e espremendo posseiros e pequenos proprietários, na estreita faixa de terra da beira.

A Igreja Católica da Prelazia de Ponta de Pedras

⁶⁴ A Ação Católica também era praticada no município de Muaná era realizada pela Legião de Maria como é informado nessa entrevista: “Aqui (...) era Legião de Maria (...). Depois que elas saíram dessa Legião de Maria que era a antiga Ação Católica; dessa Ação Católica elas entraram já para o Apostolado (...). O Apostolado da Oração não está como era aqui antigamente, pois depois que surgiram as comunidades... não é que acabou, mas os antigos membros entraram nas comunidades. Não parou, mas não é como era antigamente que todo mundo tinha a sua roupa branca, a bandeira – essa eu ainda tenho, a fita e toda 1ª sexta-feira do mês tinha que se confessar ... isso não acontece mais” . A Ação Católica foi fundada por um músico muanaense, Genésio, que contou com o apoio de famílias abastadas do município. (Fátima Cobel, cidade de Muaná, 19/05/05).

A expansão da Igreja Católica no Marajó começou a se dar no ano de 1965, quando o padre jesuíta Ângelo Rivatto, italiano, foi nomeado bispo da Prelazia de Ponta de Pedras que abrangem os municípios de Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras, Muaná, São Sebastião da Boa Vista e Currealinho. Já naquela época iniciava-se uma ação política e social da Igreja, que fazia repercutir em suas paróquias o lema: “No Marajó, tem gente! Reforma agrária urgente!”⁶⁵. A chegada das irmãs Dorotéias do Brasil que fundaram três colégios na ilha, sendo um em Muaná, também contribuiu para a transformação da Igreja, através do trabalho com educação nas escolas e nos núcleos populacionais espalhados por rios, igarapés e furos. Com efeito, uma ação mais social mais efetiva da Igreja estava em andamento desde o final dos anos 60⁶⁶.

No município de Muaná, em 1970, o padre Benjamin assumiu a paróquia implantando o movimento pastoral, mas foi afastado um ano depois por motivo de saúde. O padre Luís Rossini então pároco de São Sebastião da Boa Vista, assumiu interinamente a paróquia e depois definitivamente em 1974. Um ano depois fundou a primeira comunidade evangelizadora, em São Miguel do Pracuúba. A esta, sucederam as de: Tijucuaquara, Alto-Tartaruginho, Bom Jardim (primeira comunidade fundada no alto rio Atua) e Recreio, também no Alto Atua. Permaneceu na paróquia até 1980, período durante o qual disseminou as comunidades evangelizadoras em boa parte do Município.

Para o trabalho de pastoral, em 1975, chegaram as irmãs Dorotéias (Antonieta, Nascimento, Rodrigues), religiosas que se estabeleceram no colégio Paula Frassinetti, escola de educação religiosa, em convênio com o governo do Estado.

⁶⁵ Jornal “Voz de Nazaré”, caderno 2, p.3. 23 de junho de 2004.

⁶⁶ Em toda a Amazônia essa mudança de ação da igreja ocorreu, especialmente na década de 1970, tendo como pontos de partida o Encontro Inter-regional de Santarém, em 1972, e de Manaus, em 1974. Nessas reuniões, a Igreja começou a traçar uma estratégia voltada para a “formação de agentes de pastoral, comunidades cristãs de base, pastorais indígenas, pastorais da juventude, cursos na área da bíblia, da política, das questões sociais, educação de base, educação política, e, sobretudo análise da sociedade” (HOORNAERT, 1992, p.397), tendo como resultado a organização de trabalhadores, que se fortaleceram basicamente através das Comissões Eclesiais de Base.

Os Bispos brasileiros do Regional Norte 2 da CNBB realizaram a visita “ad Limina”, entre 24 a 28 de outubro, que consistiu de audiências particulares com o papa, além de vários contatos de trabalho e visitas aos diversos Dicasterios da Cúria Romana. O Regional Norte 2, correspondente aos Estados do Pará e do Amapá, abrange uma só Província Eclesiástica constituída por: a Arquidiocese de Belém do Pará, 7 Dioceses sufragâneas: Ponta de Pedras, Abaetetuba, Bragança do Pará, Santarém, Macapá, Marabá e Conceição do Araguaia, e 5 Prelazias territoriais sufragâneas: Óbidos, Cametá, Xingu, Marajó, Itaituba.

Em 1982 assumiu a paróquia o padre Manoel Lima Pinho, baiano, jesuíta, vindo da Bahia⁶⁷, formado dentro de uma ação da Igreja que disputava o espaço com as Ligas Camponesas, o PCB e ULTAB. Tratou imediatamente da implantação das comunidades Eclesiais de Base – CEB's, nos mesmos lugares onde já havia as comunidades de evangelização e expandindo-as para outros locais. Foi também nesse período que se fundou a pastoral da juventude (TLC – Treinamento de Líderes Comunitários) principalmente por ação das irmãs Dorotéias, cuja Casa Provincial ficava no Nordeste.

Com as irmãs surgiu, também, o grupo de mães. Nesse grupo tiveram destaque algumas senhoras (Nedi como presidente; Izabel Caldas; Terezinha Brabo Guimarães; e a missionária leiga Beatriz). Essas senhoras eram professoras, donas de casas comerciais, responsáveis pelos postos de saúde, mulheres de políticos. O padre Manoel Lima Pinho esteve igualmente à frente da fundação, na cidade, das comunidades de bairros. Deixou a Paróquia em 1983.

Com a saída do pároco, a Paróquia passou um longo período sem padre, o Apostolado da Oração, que ainda resistia ao surgimento das comunidades, e mais outros leigos, fizeram uma carta ao Arcebispo de Belém, Dom Alberto Gaudêncio Ramos, solicitando um padre, pois o bispo da Prelazia, Dom Ângelo Rivatto, estava em viagem e não havia destinado nenhum padre para a Paróquia. Em comum acordo com o Bispo da Prelazia de Ponta de Pedras, o Arcebispo de Belém, atende ao pedido dos fiéis católicos de Muaná e convida o Padre Mário, italiano de Lodi⁶⁸, a assumir a Paróquia de Muaná, em 1985, o que foi aceito imediatamente.

Com o Padre Mário dá-se início uma nova ação junto às comunidades. O Padre através de um grupo de amigos, encorajados pela senhora Elena, inicia um trabalho de “ajuda às famílias mais pobres”, começando com a distribuição de cestas básicas. Essa ajuda passou a ser nomeada de *adoção* e o grupo que a realiza é chamado de “Amigos de Lodi”. Após iniciar o trabalho de cesta básica, iniciou a formação de uma associação de moradores que recebem assistência financeira para desenvolver atividades produtivas.

A primeira associação fundada em Muaná, na sede municipal de Muaná chama-se Associação dos Miniprodutores Rurais de Muaná – AGROMA, funcionando na estrada Pedro Ferreira, que liga a cidade ao porto do Mocajatuba, sendo solicitada, pelo STR ao grupo “Amigos de Lodi” por intermédio do pároco, uma ajuda financeira para realizarem um

⁶⁷ Os Jesuítas no Pará eram coordenados pela província da Bahia.

⁶⁸ O padre mantém contato com seu lugar de origem o que propiciará a ação no Recreio do grupo “Amigos de Lodi” que vem financiando projeto e é coordenado pela senhora Elena, conforme será visto no capítulo 4.

trabalho de produção⁶⁹. A maioria dos trabalhadores localizados na área dessa Associação foi constituída por imigrantes do rio Atuí, que já tinham alguma inserção no STR de Muaná.

Verifica-se, a partir da chegada do Padre Mário, uma inflexão na atuação da Igreja em Muaná, que deixa de ter uma ação mais política de enfrentamento, para assumir uma postura mais evangelizadora e assistencial. Esse assistencialismo, passou tanto pela doação de cestas básicas, quanto pelo provimento de meios para que os trabalhadores pudessem alcançar melhores condições de vida. Algumas outras paróquias, como a do Xingu, continuaram mantendo uma postura de defesa dos trabalhadores rurais diante dos interesses de fazendeiros e capitalistas nos grandes projetos.

Em 1991 o Padre Camilo, gaúcho, assumiu a Paróquia de Muaná. Com o surgimento dessa instância houve uma ampliação das pastorais: Infância Missionária, da Criança, do Dízimo, Vocacional, da Saúde e outras. A ação ficou mais voltada para a formação do indivíduo e de sua participação nas indulgências como cristão.

Com a Diocese passaram a organizar assembléias diocesanas, nas quais são debatidos temas relevantes e que dão origem à criação das pastorais. No Município de Muaná algumas práticas, que com o surgimento das comunidades na década de 1970 deixaram de existir, foram revigoradas. Os santos voltaram a visitar os fiéis de casa em casa ou de povoado em povoado⁷⁰ e nas fazendas, onde o acesso dos comunitários havia sido impedido nos anos 70. As pessoas vêm de vários lugares, inclusive das fazendas vizinhas que se organizam com antecedência para estarem presentes no momento da visita do Padre.

⁶⁹ Na década de 1970, a Maria José Brabo estuda os trabalhadores da agricultura que ocupavam essa área. Era imigrante que vieram de outras áreas agrícolas, como Guajará e Rio Atuí. A história da década de 1970 parece repetir agora através da Igreja e do Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR de Muaná. Segundo a Nazaré Monteiro, secretária da AGROMA e do grupo aqui no Brasil, “Como eles não tinham condições financeiras, e com o padre Mario aqui e a Elena que fez o trabalho com a cesta básica, eles pediram uma ajuda pra ela. Naquela época eles foram beneficiados com a ajuda. Eles vendo que tinha muita necessidade, especialmente de água, que não tinha então mandaram fazer um poço artesiano, uma casinha, para os colonos que trabalhavam lá, foi feito assim: a casa, a pessoa chegava, queria trabalhar lá, já se tornava sócia e ganhava casa pra morar perto do trabalho” (Nazaré Monteiro, na cidade de Muaná, entrevista em 17/05/2005).

⁷⁰ As visitas nas fazendas começam, segundo a Fátima Cobel, “na década de 1990, em localidades em que é difícil a implantação de comunidades, devido ao impedimento de feitores [é uma espécie de administrador das fazendas categoria utilizada na região], é o jeito nós irmos nas fazendas, ainda, antes do começo das chuvas... (...) Existe toda uma equipe. Primeiro vão a Naná, a Nono, o Nilson, o seu Antenor [este senhor era um folião que ia com os santos no período que a folia era muito presente no Município, antes da década de 1970], que sempre vai pro Atuí nas visitas e o Padre vai atrás. No mês de novembro, já vai o padre com outra equipe, passando de 8 à 10 dias nas fazendas, onde faz batizados, casamentos (...) por eles serem tão isolados. Começou com o Padre Camilo, depois o Padre Moacir (...) em seguida o Padre Antonio que ficou dando assistência aqui (...). Então já é de costume essas visitas nas fazendas”

A formação da comunidade do Recreio

No lugar desse entreposto de seringa foi instalada a comunidade do Recreio, cujos atuais moradores negociaram com os antigos donos a permanência na terra. A capelinha do lugar está instalada no terreno do antigo barracão. Por ação do Padre Luís Rossini surgem as comunidades do Alto Atuí. Primeiramente, fundara-se a comunidade de Bom Jardim, local de propriedade do senhor Alcindo Mendes Ferreira, funcionando na escola municipal que era atendida pela professora Tereza Moraes. Na mesma estrutura, inicia-se a Comunidade Recreio, funcionando, nesse local, por apenas seis meses⁷¹. Benedita Conceição Pinheiro, em sua entrevista (29.10.2004), relata em detalhe como se deu a implantação e organização da comunidade Recreio.

O estabelecimento da comunidade do Recreio

Começaram a querer um local para coloca-la definitivamente. Ai apareceu o Padre Rossini que queria um coordenador. As pessoas que tinham maior idade não aceitaram porque eram analfabetas. Inclusive meu pai Carlos Gomes Pinheiro, conhecido por Carlito, não aceitou porque era analfabeto e achou que não deveria assumir esse compromisso. Ai apareceu um senhor chamado Manuel Miguel Bezerra Barros, - o Maranhão - que deu continuidade e formou um grupo num lugar chamado Portugal, na casa do senhor Francisco Batista, - o Chico Bi -, Funcionou por um determinado tempo e ai acharam que assim não era bom. Ai voltaram na casa do papai e falaram para ele doar a sala para a celebração do culto aos domingos e meu pai concordou. O Senhor Honorato Moraes passou a vir da comunidade, que hoje é chamada Cristo Rei. Ele passou a vir todos os domingos e a celebrar com a gente. Mas ele passou a achar a caminhada muito longa e resolveu escolher um grupo para tomar conta. Foi quando vieram os jovens, pois os idosos não quiseram. Ai os jovens assumiram. Tinham um sentido voltado para as coisas boas. Ai aceitamos. Era o coordenador Raimundo Nonato; o comentarista, Manoel Sá; as secretárias, Olinda Barbosa e Éster Costa; a equipe de canto, Cleide Batista, Ana Batista; a Benedita era a segunda coordenadora. Então essa equipe funcionou 11 anos direto. Os coordenadores continuaram os mesmos. Ficamos funcionando na casa, depois acharam que na casa não era bom e que tínhamos que fazer um lugar independente de casa de família para celebrar os cultos. O papai doou uma área onde foi construído um barracão coberto com palha. O piso era de terra porque não tínhamos condições de comprar o piso. Ai no decorrer do tempo, fizemos pedidos às pessoas de boa vontade e conseguimos o piso. Ainda não estava bom. Era preciso construir a capela. Construímos uma capelinha de madeira que funcionou durante muitos anos. Ai, depois de um tempo, acharam que seria melhor construir em alvenaria. E foi construída. Hoje permanece, graças a Deus. Nunca parou. Nem que sejam quatro ou cinco pessoas, mas mesmo assim funciona aos domingos, por que Deus diz que onde dois ou três estiverem reunidos em seu nome, eu estarei no meio deles. Então, nesse sentido, a comunidade de Nossa Senhora de Nazaré. Porque foi trocado o registro. Por que Recreio é o nome da terra e o Padre Rossini chamava de comunidade do Carlito. Acharam que se deveria fazer o registro com o nome de um padroeiro, e como a gente festeja N.S. de Nazaré ai nós escolhemos o nome, e a comunidade que é Recreio é o local. Hoje a igreja teve uma mudança. Uma coordenação só pode exercer por um ano. Então, quando chega dezembro, fazemos eleição para trocar a diretoria. Este ano vai ter eleição no dia 24 de dezembro à noite. A comunidade já puxou a pastoral da criança. Ai, já apareceu um número de pessoas, porque já vêm as mães de família fazer o peso da criança. Tem a coordenação da pastoral que cuida das crianças desnutridas, das gestantes e ajuda nos primeiros dias de parto, auxiliando na casa, fazendo o que é necessário. Da pastoral, já puxamos a associação. Hoje por intermédio da comunidade

⁷¹ Os dados citados estão relacionados a entrevistas realizadas com Maria de Fátima Cobel (19/05/2005), que é colaboradora direta da Paróquia de Muaná e de Bena (29/10/2004), “comunitária” da comunidade do Recreio.

temos funcionando uma pequenina farmácia com os remédios mais necessários. Nós temos uma associação com poucos sócios, mas está funcionando. Temos o nosso trabalho. Temos um galpão de criação de porcos, que agora está parado, porque está em reforma, mas a gente já vai continuar se Deus quiser. Aos poucos nós vamos adquirir o melhor para a nossa família, para o futuro de nossos filhos.

No depoimento de Bena há duas pistas importantes: a primeira, referente à instituição da comunidade enquanto forma de fixação à terra, a segunda referente às formas de reconversão sucessiva das organizações, tomando como padrão a solidariedade de parentesco. Com efeito, “a comunidade, que é o Recreio, é o local” que está imediatamente associada à terra e igualmente ao grupo familiar, conforme foi mostrado no capítulo 2.

A transformação do espaço social

Nos anos setenta, começam a ser constituídas as comunidades no Município de Muaná. Nos anos de 1980, as comunidades proliferaram em todo o município e também no rio Atua, chegando ao número atual de 52 sendo 03 na cidade e 48 no meio rural ⁷².

Com muitas comunidades para atender, a paróquia resolveu mapear as áreas de atuação. No caso do rio Atua, sendo o mais extenso maior rio do Município houve a necessidade de dividi-lo em áreas de ação ao longo do seu curso. A setorização do rio foi considerada pelos responsáveis da paróquia como uma maneira de melhor atender os fiéis e facilitar o trabalho dos párocos, principalmente, por serem os padres, em sua maioria, estrangeiros ou de outra região do país e terem dificuldade para se situarem. A Igreja adotou a divisão: Alto, Médio e Baixo Atua⁷³. Na realidade a identificação dos rios em alto, médio e baixo é de uso comum na Amazônia para os rios de grandes dimensões. Estas divisões no caso do rio Atua, passou a ser adotada por todos, com a chegada da Igreja da Teologia da Libertação.

⁷² Dados colhidos na entrevista Fátima Cobel, em 19/05/2005.

⁷³ Esta divisão é explicada por Fátima: foi dividido assim porque ele [o rio Atua] é muito longo, no caso, então, as comunidades Cristo Libertador, Menino Jesus, que são mais distantes lá pro Alto Atua. Por exemplo, melhora na identificação do trajeto. Médio Atua, por exemplo, é quando entro no furo, tem Nossa Senhora das Graças, tem o Espírito Santo, tinha o Mariahy, mais acabou. Tem o São Benedito Branco, tem já o Bom Jardim; Para o Alto Atua já começa a Sagrada Família, tem, também, o São Miguel furo, igarapé São Miguel, depois tem Jaratuba, tem Menino Jesus e São Sebastião das Baratas que chamam, (...) o Recreio tem também no Alto Atua. (...) Então devido a toda essa dificuldade espacial, foi criada essa divisão para facilitar e ajudar quem não conhece a região, principalmente aos padres que chegam e não estão “por dentro” vão através do mapa que tem o alto o médio e o baixo Atua. (Fátima Cobel, cidade de Muaná, 19/05/2005).

Essa classificação facilitou a ação da Igreja e trouxe para o contexto local uma forma diferente de conceber o espaço, agrupando os indivíduos por suas identificações de comunitários. Ao separar os grupos por região, a Igreja redefiniu a condição anteriormente estabelecida. A relação dos grupos das comunidades de acordo com os espaços de pertencimento revela uma identificação diferencial com relação aos demais.

Subjacentes às denominações *Alto rio Atuí* e *Comunidade Recreio* há sentidos de afirmação e diferenciação. Não aparecer “disposições distintas e coexistentes” desses grupos em relação aos demais grupos da região. Levando em consideração a ocupação histórica de terras na região, Loureiro (1987) identificou as populações que desenvolvem agricultura na região, como aquelas que ocuparam os cursos dos rios em pequenas propriedades “espremidas” entre as grandes propriedades de fazendas de gado e o rio. Até a década de sessenta os “da beira” eram quase invisíveis, uma vez que a identificação de seu espaço se confundia com o das fazendas da região. No caso do antigo “Barracão” este pertencia a um único proprietário, com seus moradores. Com o aparecimento das comunidades os trabalhadores anteriormente invisíveis são claramente localizados no espaço e identificados por meio do nome de sua comunidade, sobrepondo-se e se confundindo com um ou mais “territórios de parentesco”.

Com o aparecimento das comunidades, o domínio que antes estava concentrado no poder dos grandes proprietários como donos de mais de 500 hectares, sobre esses trabalhadores, foi sendo aos poucos substituído pela ação da Igreja, que reorganizou os grupos de pequenas propriedades com até aproximadamente 20 hectares e os colocou sob sua orientação. Deve-se considerar, que este foi um momento de transformação das relações. A dominação que se reproduz por meio das relações personalizadas agoniza, enquanto as relações que se estabelecem com os representantes dos novos empreendimentos são marcadas, pelo menos de início, pela despersonalização. Nesses interstícios entre as duas formas de dominação, os novos espaços físicos e sociais são criados.

A Igreja, conforme visto, exerce, igualmente, um poder sobre os trabalhadores, mas ao mesmo tempo, fornecem-lhes instrumentos para que estes possam incrementar seu capital cultural. Através da ação da Igreja os trabalhadores reorientam suas ações, participando de sindicatos, associações de produtores, cooperativas, conselhos e outras formas de organização⁷⁴.

⁷⁴ O processo de participação é discutido no capítulo 4.

O capital econômico reduzido desses grupos tem sido superado pelo aumento no capital cultural ao longo dessas décadas, após o aparecimento das comunidades. Anteriormente o poder era concentrado na figura do pai, mas, por intermédio da ação da Igreja, aos poucos, a juventude passou a tomar decisões nas reuniões comunitárias e reflete nas relações no interior do grupo doméstico. Nesse momento, os jovens assumiram as primeiras coordenações comunitárias, passaram a participar dos STRs e a assumir lideranças.

Para compreender melhor esse processo, tomei como referência para análise a noção de “espaço social” de Bourdieu (2003), entendida como o: “... conjunto de posição distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua *exterioridade mútua* e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem como acima, abaixo e entre;...” (BOURDIEU, 2003, p.18-9).

De acordo com essa concepção, entendo que os agentes ou os grupos são distribuídos de acordo com sua posição e suas funções são diferenciadas, como os trabalhadores das margens dos rios, que possuem pequena propriedade com agricultura e produtos extrativistas em relação aos grandes proprietários pecuaristas. Estando eles separados e diferenciados por seus capitais econômicos, mas servindo na região de referência para identificação de um com relação ao outro. Mesmo, coexistindo exteriores um do outro e ao mesmo tempo sendo definido a partir um do outro. Segundo Bourdieu (ibid, p.21), “o espaço de posições sociais retraduz um espaço de tomadas de posição, pela intermediação do espaço de disposição (ou *habitus*)”. Havendo “um sistema de separações diferenciais”.

Segundo Bonnewitz (2003), o estudo da diferenciação social apresenta duas abordagens sobre as desigualdades sociais que são: uma marxista, que “considera que a sociedade está dividida em classes antagônicas a partir de um critério econômico” e a outra, baseada nas obras de Weber, que “analisa a sociedade em termos de estratos constituídos a partir de três princípios de classificação: poder, prestígio e riqueza”. Bourdieu vê essa diferenciação social como aquela que apresenta “conceitos e instrumentos que permitem não apenas analisar a posição dos grupos e suas relações, mas também compreender a tendência à reprodução da ordem social” (BONNEWITZ, 2003, p. 51-2).

Uma discussão a respeito dos usos da categoria comunidade no Rio Atuí

A categoria comunidade ou definições de comunidade encontrada na área de estudo se apresenta de quatro formas:

1. Comunidade como a “expressão e o desenvolvimento da vontade original, naturalmente homogênea, portadora de vínculo, representando a totalidade” (TOENNIES, 1887, apud BUBER, 1987, p.50). Nesse sentido estou considerando todas as pessoas que estão vinculadas à área estudada e que compartilham dos mesmos interesses comuns. Sejam elas católicas ou não. Daí a inclusão das 22 famílias que moram no Recreio. Estas são ou não ligadas por relações familiares.

2. Comunidade igual a CEB: A comunidade inserida através da ação da Igreja Católica para reunir seus fiéis, numa área de atuação surgindo no final de 1975, sendo transformada em CEB nos anos de 1980. Esta representação está presente no vocabulário local, sendo usada, tanto pelos membros da unidade religiosa, quanto pelos demais moradores católicos. Sua definição tem maior valor simbólico para os que pertencem e se classificam enquanto comunitários. Além disso, alude àqueles que tem direito a determinado espaço. Para outros não passa de uma demarcação geográfica. Neste sentido há a noção de comunidade como um ponto geográfico, onde existem pessoas, habitações e a capela.

3) Por volta de 2000, chegou à região o PRONAF. Para viabilizar o recebimento de financiamentos, a Prefeitura e o Sindicato passaram a organizar os trabalhadores em pequenas Associações com a finalidade de receber financiamento para produção. O funcionamento do PRONAF estava também subordinado à criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Local (CMDL). Estes conselhos estão inseridos dentro do Plano de Governo Federal de “comunidade ativa”⁷⁵. Assim, surge a categoria de comunidade como produto da integração de indivíduos num contexto nacional e internacional participando da gestão pública, mas também referida à intervenção de governo sobre os grupos representados.

4) A comunidade é invocada no discurso de lideranças, no sentido de pronunciar uma denúncia ou uma demanda a instituições de governo. Nesse caso, comunidade aparece como uma categoria política, sendo invocada para mostrar as dimensões da representação política em jogo.

No próximo capítulo será mostrado, como agentes da igreja ou seus intermediários promovem a criação de organizações populares e como discursos e práticas de

⁷⁵ A comunidade ativa é uma estratégia do governo federal de inclusão do Desenvolvimento Local Integrado Sustentável mediante processo participativo de diagnóstico, elaboração de plano de desenvolvimento e agenda de ações prioritárias a serem executadas por vários parceiros: governo federal, estadual, prefeitura e organizações da sociedade civil. Cf. www.agenda.social.gov.br. Em fevereiro de 2006.

sustentabilidade chegam à região. Será mostrado também como são apropriadas diferencialmente pelos agentes.

Capítulo 4

Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais

No Município de Muaná as práticas de “desenvolvimento sustentável” começaram a ser implementadas na década de 90, basicamente, a partir da gestão municipal de 1997.

O aparecimento, em nível local, de organizações voltadas para o desenvolvimento sustentável resulta da ação da Prefeitura de Muaná e das organizações populares, inicialmente, apoiadas pela Igreja e, em um segundo momento, pela aproximação com partidos políticos, principalmente o Partido dos Trabalhadores. Além disso, deve-se considerar a articulação dos prefeitos da Ilha de Marajó e a ação nos níveis federal e estadual, incluindo a participação de universidades e institutos de pesquisa, além de organizações internacionais. O entendimento do contexto da política local é fundamental para que se possa entender como se estabelecem as relações de poder no Município e na Comunidade do Recreio, uma vez que esses trabalhadores do Alto Atua participam e ajudam a construir as organizações populares de âmbito municipal. A sua experiência em tais organizações é fundamental na construção da associação no Recreio: APROAGRO.

O contexto da política local

A prefeitura local sempre esteve nas mãos de grandes fazendeiros e comerciantes do município, cuja continuidade era garantida pelo sistema de dominação das fazendas com suas extensões em Muaná e até mesmo em Belém. Os serviços públicos eram precários e centralizados. As áreas rurais eram pouco atendidas. Até a década de 1970, havia na comunidade Recreio apenas um grupo escolar com uma turma multisseriada de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Posteriormente foi instalado um posto de saúde, onde

trabalhava um auxiliar-de-enfermagem. No entanto, não havia nenhum meio de transporte rápido caso fosse necessário deslocar um doente.

Embora esse ainda seja atualmente o quadro no executivo municipal: ainda são as mesmas famílias - que flutuam de um partido a outro - que se alternam na Prefeitura. Observa-se que mesmo com as profundas transformações produtivas, que ocasionaram o quase desaparecimento das antigas fazendas, as mesmas oligarquias continuam se reproduzindo no executivo municipal, e nos legislativos municipal e estadual. O prefeito elege, mesmo atualmente, a maioria dos vereadores e com seu apoio elegem-se candidatos no nível estadual. Atualmente a hegemonia das oligarquias encontra alguma oposição, por conta da entrada em cena de representantes de outros partidos políticos e de organizações populares. Cabe acrescentar, no entanto, que pelo menos no nível formal, a participação, pro meio de representação de organizações populares em conselhos municipais é até mesmo demandada pela prefeitura, em virtude de exigência dos projetos do governo federal, que implicam repasse de recursos.

Soares (2004) comenta que o executivo municipal de Muaná é tradicionalmente privatista, mantendo relações simbióticas e corporativas com grupos privilegiados da elite econômica de Muaná. Para tanto, os candidatos desses grupos utilizavam-se dos partidos governistas, como a ARENA até os anos oitenta, e depois do fim do bipartidarismo, passaram a usar opcionalmente a legenda de pequenos partidos de aliados ao governo federal.

O levantamento das últimas duas gestões permite observar que a Prefeitura continua sendo um assunto de família, -inclusive da família estudada. De fato, o secretariado da atual gestão (PMDB) e da gestão anterior Partido Popular Progressista – PPB foi constituído quase que exclusivamente por parentes próximos dos respectivos prefeitos. Uma prática geral é igualmente a de tentar angariar todos os recursos possíveis, geralmente oriundos do governo federal. No entanto, lidar com esses projetos requer especialização, e nesse caso os prefeitos convocam, assessorias partidárias, ou especialistas (conhecidos ou reconhecidos) não ligados ao aparelho partidário, cuja atuação viabilize a obtenção do recurso desejado. Foi a obtenção de recursos do PRONAF, que estava na origem da criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, assim como, o Fundo Nacional de Meio Ambiente alavanca a Agenda 21 e do Fórum DELIS em Muaná (ANTONAZ, 2006).

Os governos municipais do Marajó, impulsionados pelo assessor contratado por Muaná articulam um Fórum Regional, - o Fórum DELIS (Fórum de Desenvolvimento Local

Integrado Sustentável). No entanto, conforme será visto, concretamente, o grupo da Prefeitura terá que, em alguns momentos, repartir as decisões com representantes de movimentos populares e com outros partidos políticos. Embora o desenvolvimento sustentável, pelo menos a princípio, não passe de um rótulo para os gestores municipais, estes acabam tendo que assumir práticas “ambientalistas” e mais “participativas” em função de uma série de fatos que escapam a seu controle, como a atuação relativamente independente do assessor contratado para implantar a Agenda 21. Esses conselhos, envolvendo preocupações ambientais são criados a partir de 1997, quando assume a prefeita eleita – Hortência Guimarães, após um período de crise. Em 1995 ocorre o *impeachment* do prefeito Rodolfo Teixeira (PST –Partido Socialista Trabalhista), - acusado de corrupção -, em decorrência da pressão das organizações populares e de alguns partidos de esquerda.

Segundo Soares (2004), o “executivo municipal” criou uma extensão política nos movimentos, seja por cooptação de militantes, seja por infiltração de pessoas do grupo do governo nas organizações populares, o que gerou, em algumas ocasiões, imobilismo e descrença nos movimentos.

Maria Hortência dos Santos Guimarães⁷⁶, do PPB em aliança com o PSDB, assume a Prefeitura em 1997. Em sua gestão se inicia um processo de municipalização de vários serviços públicos, o que ocasiona a reforma nos quadros de funcionários, causando mudanças em algumas políticas sensíveis, como saúde e educação, áreas em que os movimentos populares participavam de forma eficaz e independente.

Nesse período verifica-se a emergência de novos agentes no contexto do Município. Se, a partir dos anos 70 do século passado, apenas as organizações da Igreja, se encontravam ao lado das camadas populares, e concorrendo com o poder das oligarquias, no final dos anos 90, embora os mesmos grupos se eternizem no poder, estes vêm-se obrigados a dialogar com outros e abrir mão de parte de seu poder decisório. O Governo Federal está intensamente presente no repasse de recursos através de projetos que impõem novos condicionamentos, e novas organizações locais são

⁷⁶ A Prefeita encontra-se na genealogia do Recreio, ao lado de Sofia. É viúva de um ex-prefeito da família Guimarães.

constituídas. Forma-se ainda uma oposição consistente através do partido dos trabalhadores, e ao mesmo tempo, são estruturadas organizações populares.

A formação de organizações populares em Muaná e a participação nos Conselhos Municipais

A instalação das pastorais, que são operacionalizadas através de ação concreta junto às comunidades, produz um efeito de dimensão política relevante. Os líderes das pastorais são formados tanto técnica quanto politicamente no decurso de seu voluntariado. Os agentes pastorais de saúde e os da pastoral da criança – voltada para o combate da desnutrição infantil – acabam sendo formados como quadros, que desempenharão um papel crítico e competente no trabalho em secretarias de prefeituras e nos conselhos.

Segundo Soares (2004), com o amadurecimento dos movimentos sociais através das CEBS no final dos anos 80 e início dos anos de 90 do século passado, surgem, em Muaná, “experiências de participação popular no serviço de saúde”, que criaram formas inovadoras para o sistema de saúde do Município, com “significativas implicações nas políticas sociais”.

A participação nas reuniões pastorais levou os agentes pastorais a entrar em contato com trabalhadores de sindicatos urbanos, como o Sindicato de Trabalhadores da Educação do Pará – SINTEP de Belém, que abriga, desde 1985, reuniões visando a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muaná. Lembro que as professoras tiveram grande participação na formação das comunidades e das CEBS.

Em 13 de agosto de 1989 é fundado, em Muaná, o Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR⁷⁷ e em 1990 os SINTEP de Muaná. No STR havia dez trabalhadores do Alto rio Atué, como membros fundadores, sendo que ao longo de 1989 arregimentou 3.334 sócios⁷⁸. A formação dos dois sindicatos está relacionada com a fundação, na mesma época do Partido dos Trabalhadores. São os mesmos militantes que fundam o Partido e o Sindicato. Ataíde Lobato, principal liderança do PT é também fundador do STR.

O início dessa mudança e a inserção dos trabalhadores de Muaná, e nesse caso específico, do Alto rio Atué, em organizações populares se dá por intermédio da ação da igreja, que investe nos jovens que participam das CEBs⁷⁹ e das pastorais, enviando-os para fora do Município a fim de que recebessem formação em técnicas agrícolas. Dentre esses estão trabalhadores do rio Atué, que passam a ter contato com outras realidades, fora do âmbito municipal, por meio da troca de experiências com trabalhadores de outros municípios do Estado, aonde o processo de organização já vinha ocorrendo há mais tempo.

O período entre 1990 até 1997 foi de intensa participação política, com a realização de encontros, e organização de formas de pressão para exigir mudanças da prefeitura. Essas ações culminam com o *impeachment* do prefeito em 1995, acusado de desvio de verbas.

Atualmente, no município de Muaná existem diversas organizações: O STR, o SINTEP e a Colônia de Pescadores; as pastorais (juventude, catequética, da família, vocacional, da saúde e da criança), e ainda o movimento das senhoras evangélicas; duas associações de artesãs (uma

⁷⁸ Pode-se avaliar a importância do sindicato, considerando-se que a população do município era de pouco mais de 20.000 pessoas.

⁷⁹ Segundo Hébette (2002) “Esse espaço privado de solidariedade primárias, tradicional no campo, [brotou CEB que]... propiciou (...) para a igreja Católica, a possibilidade de colaborar para a construção de projetos coletivos em pequena escala, alternativo ao espaço da organização de classes” (HÉBETTE, 2002, p.209).

criada pelas organizações populares e uma pela antiga prefeita); e ainda um centro Comunitário.

Vários Conselhos Municipais estão em funcionamento: o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Educação, além dos Conselhos mais recentes, que vem com o rótulo de Desenvolvimento Sustentável.

A criação dessas organizações ensejou o aparecimento de espaços alternativos de poder para os jovens, cuja característica não é unicamente a da cooperação, mas freqüentemente de competição e disputa.

A partir de 1997, no entanto, uma reestruturação do município provoca a desarticulação de alguns movimentos. Como resposta a uma demanda do governo federal de descentralização dos serviços, alguns destes são repassados para o município. Com a municipalização dos serviços de educação, muitos dos trabalhadores que estavam engajados no SINTEP de Muaná foram pressionados pela gestão municipal a deixar o sindicato. Sem uma forte mobilização da categoria, a administração separa os professores em funcionários da prefeitura e os que já eram antigos na folha de pagamento do Estado, criando diferenças internas. Os que não eram do quadro fixo do Estado passaram para a folha de pagamento do município, que começou a pressioná-los, ameaçando-os com transferências e demissões. Isso se refletiu principalmente sobre o Conselho Municipal de Educação, no qual ocorre ação da prefeitura no sentido de cooptar os conselheiros. Na mesma época, foi criado o Conselho Estadual de Saúde. Mas como os funcionários da saúde e outros participantes se encontravam mais bem organizados, em virtude de sua inserção nas pastorais, assim, como em debates do setor saúde em nível nacional e estadual, nesse conselho a prefeitura não conseguiu levar adiante o seu intento.

As instâncias voltadas para o desenvolvimento sustentável

Há dois conselhos voltados para o desenvolvimento sustentável, o Conselho Rural de Desenvolvimento Sustentável de Muaná (CMDRS) e o Conselho de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Maia e Neves (2002), o desenvolvimento sustentável é um “desenvolvimento alternativo e diferenciado” “à defesa do meio ambiente e o respeito às culturas”, como novo paradigma, passam a assumir lugar de destaque elementos como “a informação tecnológica, a capacitação dos recursos humanos e a qualidade e excelência dos produtos e serviços”. Frente a isso, os países da América Latina foram pressionados por órgãos financiadores internacionais e nacionais a implementarem a descentralização das políticas, programas e planos de governos.

De forma a implementar projetos com estas características, são realizadas ações que prevêem a integração de segmentos produtivos, como os pequenos produtores, não contemplados em políticas anteriores. Por outro lado, o acúmulo de mobilização dos trabalhadores rurais contribuiu para a criação do PRONAF.

A implementação do PRONAF requer controles em diversos níveis, de forma a garantir que os recursos deste programa cheguem aos trabalhadores. A participação dos representantes de organizações constituiria o principal elemento de controle. Os projetos podem incluir desde compra de equipamentos e insumos, como serem alocados em infraestrutura. Vários níveis de controle são previstos de forma a garantir que os recursos cheguem ao destino final: os trabalhadores de Agricultura Familiar.

O CMDRS de Muaná foi criado em 1999 a fim de garantir o repasse de recursos aos trabalhadores rurais do município, sendo que 10% desses recursos ficam com a Prefeitura. Participam dele associações de pequenos e grandes produtores e representantes do governo municipal e da EMATER. Maurício, que me hospedou em sua casa na comunidade Recreio, é o representante da APROAGRO no Conselho.

O CMDRS demandou a criação de associações de pequenos produtores em Muaná e em todas as comunidades ao longo dos rios, sendo que algumas, como a ASPRA, foram criadas por interferência direta da Prefeitura. Na sede do Município foi criada a AGROMA, esta sob influência do STR e da Igreja. Essas associações apresentam seus projetos ao Conselho candidatando-se ao recebimento de recursos⁸⁰. O Conselho, segundo

⁸⁰ Tem sido igualmente auxiliadas pelo grupo Amigos da Itália, que tem prestado assistência técnica, além de financiar obras de infra-estrutura e cestas básicas.

o atual presidente do STR foi criado às pressas, sem que sua estrutura organizativa estivesse pronta e sem que fossem oferecidos os cursos de “Capacitação em gestão social para os conselheiros municipais de desenvolvimento rural”⁸¹.

Segundo relatam alguns dos interessados, após o curso, realizado entre junho e outubro de 2000, os representantes das associações sentiram-se melhor preparados para enfrentar os representantes oficiais, e ao mesmo tempo, começam a ser pressionados pelos demais trabalhadores que já estão de alguma forma organizados, seja em sindicatos, seja em associações.

No Município de Muaná, algumas mudanças começam ser implantadas com a atuação dos conselhos. No Recreio, por exemplo, o representante obtém a reforma do Posto de Saúde com atendimento diário por dois auxiliares de enfermagem e abastecimento de medicamentos; a implantação das séries de 5^a à 8^a do ensino fundamental, em uma escola que surgiu na década de 1960 e somente passa a oferecer o ensino fundamental completo no século XXI, o que só ocorreu, em virtude da ação conjunta de organizações com a promotoria pública.

O que se observa, é que mesmo quando a prefeitura cria mecanismos para desarticular o processo de participação política das organizações populares, no entanto, estas organizações conseguem de alguma forma, resultados positivos.

Algumas entrevistas foram realizadas poucos meses após a posse do novo prefeito em 2005. Nessa ocasião, fiz uma nova entrevista com o presidente do STR, com quem já havia falado anteriormente e que passou a fazer parte do Conselho em 2002. Relata os embates ocorridos com a filha da prefeita que assumiu a coordenação do Conselho, por conta dos projetos aprovados com a chancela de um técnico da instituição financiadora. Quincas relata os problemas por que passaram:

Bom, vamos supor que essa comunidade produza por exempl,o laranja, mas não tem como escoar a laranja até o centro consumidor. Então o que é o problema, o problema é o transporte né, então qual é a do conselho, é alocar recursos para viabilizar o transporte da laranja da comunidade X né, mas isso não foi feito,

⁸¹ A esse respeito, as pesquisadoras Maia e Neves (2002) comentam que: “Em princípio, os conselhos deveriam ser instituídos como resultado de um processo de conscientização e reivindicação advindo dos grupos sociais organizados. Entretanto, na prática, por nascerem como condição para o município ter acesso aos recursos financeiros de certos programas estaduais e federais, acabam sendo utilizados como instrumentos de manipulação por parte do governo local” (2002, p.341)

entende. Isso que eu batia com eles. Batia de frente com eles, porque se a metodologia do conselho é sustentar, é desenvolver a sustentabilidade da região, então é errado fazer uma casa de farinha onde não existe mandioca. Não está errado. Está sim, né. Foi errado colocar uma granja onde não tem mercado consumidor e nem como transportar aquelas galinhas dali para cá para o mercado consumido. Entende? Sempre isso, a gente batia. Está errado, foi feito por técnico. Tudo bem foi técnico que fez, mas esse técnico não conhece a nossa realidade. Então, qual é a do conselho? Vai na região ver o que é viável, o que se produz, e o que se pode fazer para que essa produção chegue até o mercado consumidor.

O presidente do STR informa que o Conselho está parado porque a antiga administração da Prefeitura esvaziou as gavetas e apagou todas as informações dos computadores. Também se queixou porque o executivo municipal criava “associações de papel”, para as quais procurava orientar os recursos. Pode-se inferir, que a participação nos Conselhos permite a circulação de informações e promove a capacitação dos participantes. Nessa condição, os representantes dos movimentos populares passam de uma postura de mera denúncia para negociação, tentando, desta forma, viabilizar as demandas concretas dos associados que representam.

Agenda 21, Fóruns e Conselho de Desenvolvimento Sustentável

O assessor contratado para implantar a Agenda 21, promoveu uma série de eventos custeados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente, a partir de 2002, e organizou o Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (FDLIS)⁸².

No dia 8 de outubro de 2003 ocorreu a I Conferência de Meio Ambiente do Marajó em Muaná. Nesta conferência o FDLIS produziu a proposta de integração de diversas políticas públicas: 1. Economia, Infra-estrutura e Gestão de Recursos Naturais; 2. Saúde e

⁸² O FDELIS tem por objetivo promover através de parceria entre o governo local e a sociedade civil organizada, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável [por meio] da sensibilização, ecoalfabetização, capacitação, mobilização e organização das lideranças das comunidades, categorias sociais e dirigentes das instituições para o planejamento participativo das políticas públicas (FAOR, 2003).

Saneamento Ambiental; 3. Educação, Cultura e Ciência & Tecnologia; 4. Co-Gestão, Cidadania e Segurança; e 5. Comunicação e Integração.

A agenda 21 acabou sendo desarticulada em virtude de um desentendimento a respeito de seus objetivos e da intromissão da Prefeitura no andamento do Conselho, procurando intervir nas decisões das organizações populares.

Independentemente dos resultados práticos das reuniões de conselhos e fóruns, destaca-se o seu caráter pedagógico, no sentido de que o desenvolvimento sustentável, no que pesem as diferentes traduções atribuídas pelos agentes, torna-se uma referência local e tema de linguagem comum que serve para orientar as mais diferentes demandas e reivindicações.

Os amigos da Itália (Os amigos de Lodi)

Os amigos da Itália, também conhecidos como Os Amigos de Lodi, nome da cidade de origem do Padre Mário, ao norte da Itália, são um grupo de católicos que se organizam em torno de uma paróquia naquela cidade e que promovem diversas formas de ajuda a famílias de outras latitudes. Esse grupo gira em torno da senhora Elena, que visita com freqüência Muaná e presta ajuda, mediante o que é conhecido localmente como projeto, ou seja, as demandas são atendidas mediante a elaboração de projetos, que contam com o apoio técnico dos próprios amigos da Itália. Outros membros do grupo visitam igualmente a região, contribuindo por vezes com seu conhecimento profissional, como é o caso de um agrônomo que tem prestado assistência técnica a diversas comunidades católicas. O primeiro projeto implantado foi o de fornecimento de cestas básicas⁸³ destinadas a famílias sem recursos e que não conseguiam renda de forma autônoma e que atende a 205 famílias. Os alimentos são fornecidos por um italiano que mantém um supermercado em Belém, a bom preço e que os envia periodicamente para Muaná, onde são separados e distribuídos para famílias que moram na cidade e na beira dos rios. Ao entrar no projeto, cada família recebe uma rede, também fornecida por uma cooperativa de mulheres financiada pelos amigos da Itália. Nas festas como Natal e Páscoa é dado um frango adquirido de um dos projetos. Há uma circulação interna entre os projetos, sendo que na medida do possível um alimenta o outro. No caso do projeto das redes, duas agentes pastorais foram enviadas para a Paraíba para que aprendessem a fazer o acabamento e repassassem o conhecimento a um grupo de mulheres. Estas recebem

⁸³ A cesta básica é constituída de 16 kg de farinha, 4 kg de açúcar, 2 kg de arroz, 2 kg de feijão, 4 pacotes de macarrão, 10 pacotes de leite, 2 barras de sabão, 2 litros de óleo, 1 kg de café.

um adiantamento a ser devolvido após a venda das redes para compra do material e mais cinco reais por peça para que possam se manter, enquanto não recebem o pagamento das redes. Outros projetos são voltados para a produção agrícola e criação de animais, como é o caso da APROAGRO do Recreio, ou ainda para colônias de férias para crianças nas comunidades, com monitores da própria comunidade, devidamente treinados, que recebem uma ajuda de custo, enquanto que as crianças brincam e recebem alimentação, no período de férias da escola. Um exemplo dos projetos agrícolas e de criação de animais é o implementado pela PROAGRO, do qual tratarei a seguir.

A Associação de Trabalhadores Rurais do Recreio – APROAGRO

Procurarei, a partir da análise acerca da constituição e funcionamento da APROAGRO, dar conta da forma como o “desenvolvimento sustentável” chega à comunidade do Recreio, e como é apropriado diferencialmente pelos seus associados.

Os trabalhadores rurais do Recreio⁸⁴ filiaram-se, inicialmente, a uma associação na Comunidade Menino Jesus, criada em 1998, com a denominação de Associação de Pequenos Produtores – ASPRA, criada com o incentivo da prefeitura. Essa associação reunia trabalhadores de algumas comunidades da região e chegou a receber financiamento do PRONAF.

Na ASPRA foram desenvolvidas atividades de criação de frangos, com a implantação de um aviário, viabilizando-se a comercialização do produto, mas segundo ouvi de sócios da APROAGRO, depois de algum tempo, a associação foi obrigada a suspender as atividades, em virtude de não gerar lucro para seus associados, embora alguns moradores do Recreio ligados à antiga prefeita permaneçam formalmente ligados a esta primeira associação. Segundo me contaram, parte dos trabalhadores da comunidade Recreio observaram que não estavam tendo retorno ao participarem da ASPRA, e resolveram, então fundar sua própria associação, a fim de gerir a sua produção e candidatar-se diretamente aos financiamentos (e penso, também escapar à área de influência da Prefeita).

⁸⁴ Essa é uma das formas de auto-denominação utilizadas por influência do sindicato, e é referida aqueles que trabalham em torno da associação. Outras categorias como comunitários, moradores, e lavradores; esta última atualmente com menos frequência.

Como a EMBRAPA/PA, o Museu Goeldi e a UFPA mantinham, naquele momento, pesquisadores na área, que eram acompanhados em seus trabalhos científicos por moradores da comunidade, estes buscaram junto aos pesquisadores, orientação visando à constituição de uma associação local que sustentassem, tanto a atividades individuais, quanto a coletivas.

Para a formação da APROAGRO contribuíram, além dos pesquisadores das instituições citadas, o grupo de italianos católicos, que tem apoiado atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável no Município de Muaná. No decorrer das pesquisas, em conversas mantidas com os trabalhadores que os acompanhavam, os pesquisadores sugeriram que criassem uma associação com o objetivo de desenvolver atividades de forma coletiva e, além disso, intermediar relações com instituições públicas e participar de forma organizada de conselhos.

A APROAGRO é formada atualmente por trabalhadores que desenvolvem atividades agrícolas e extrativistas, dedicando-se à extração do palmito e coleta do fruto do açaí, plantio de mandioca e, ultimamente, criando porcos em cativeiro e peixes em gaiola no rio. Para desenvolver essas atividades, tem recebido financiamento da Itália (senhora Elena e sua equipe) e da Secretaria da Agricultura (para criação de peixe em gaiola).

Aqueles que puderam manter seus açaizais, após a fase de extração do palmito (final dos anos 80/início dos 90), passaram para a coleta do fruto, e procuram melhorar o processo produtivo buscando a assessoria de instituições externas e organizando-se em torno do STR. Alguns desses trabalhadores, quinze⁸⁵ para ser mais exata, constituíram a APROAGRO em 24 de junho de 2001⁸⁶, sendo que o objetivo central desta organização é o de canalizar recursos e garantir trabalho para a Comunidade, utilizando práticas sustentáveis. Onze dos associados da APROAGRO pertencem a uma mesma rede de parentesco, além de dois irmãos e um casal ligado a outras famílias. Assim, pode-se dizer, que as relações subjacentes à organização

⁸⁵ Atualmente conta com 14 pessoas, devido ao falecimento de um dos associados.

⁸⁶ Os problemas enfrentados pela ASPRA e outros empreendimentos, no estado do Pará, com o financiamento do PRONAF foram analisados pelas pesquisadoras Maia & Neves (2002, p.331). Concluem que a baixa participação dos agricultores nos CMDRs (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável) estaria na origem dos fracassos observados, assim como “a insuficiente capacitação dos conselheiros para a formulação dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS)”. Penso, no entanto, que uma análise antropológica da questão poderia conduzir a outros resultados. Em decorrência das conclusões do estudo, o PRONAF promoveu um curso de capacitação em gestão social para os Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural. Mauricio Azevedo, hoje, vice-presidente da APROAGRO, foi um dos conselheiros que participou do referido curso.

econômica estão imbricadas no sistema de parentesco. O objetivo central desta organização é o de canalizar e gerar recursos para a comunidade, utilizando práticas sustentáveis⁸⁷.

Com referência ao diagrama de parentesco, abaixo, encontram-se as seguintes relações entre os sócios:

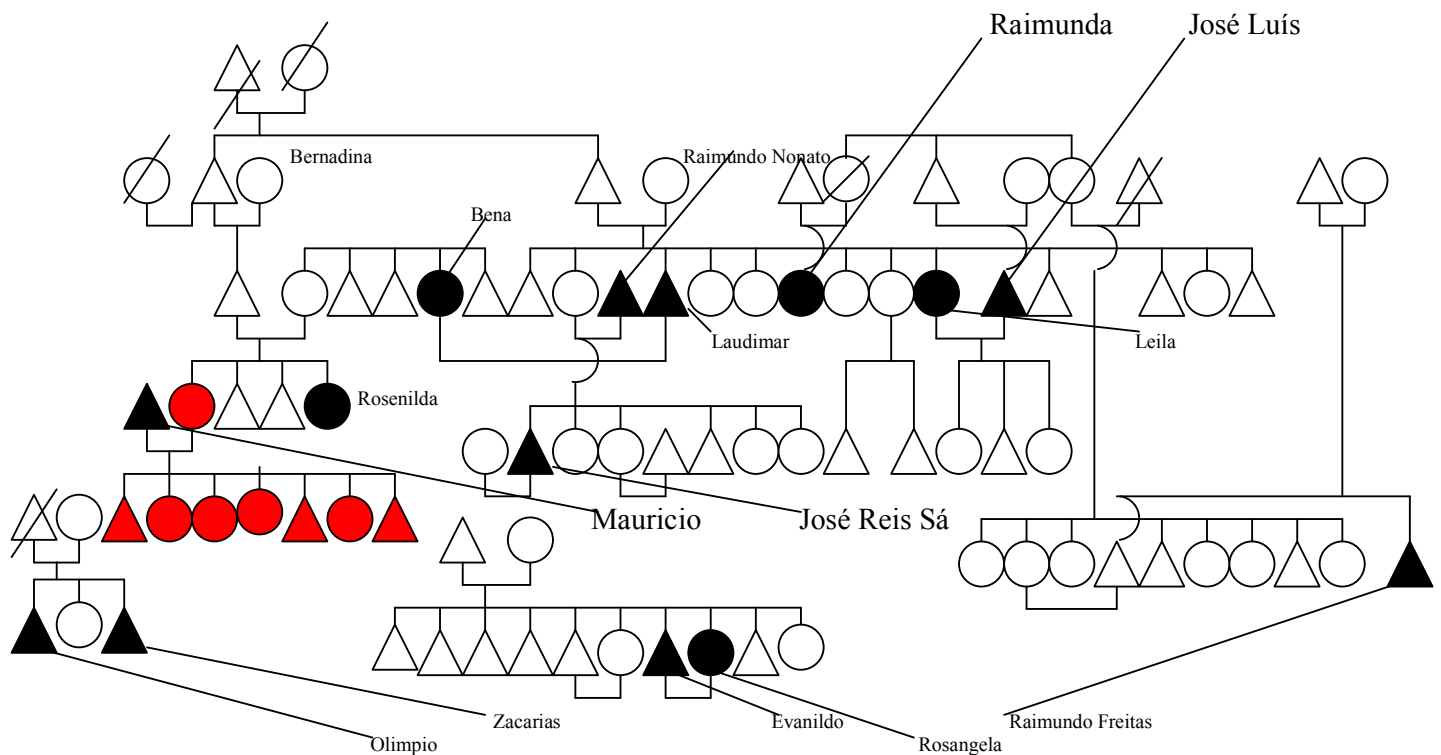
- Observando o diagrama da direita para esquerda, a partir da primeira geração de sócio temos:
- (1) Benedita Conceição Pinheiro, (1ª conselheira fiscal), casada com o 3º sócio;
- (2) Raimundo Nonato, casado com a irmã do 3º e 5ª sócios;
- (3) Laudimar Pontes Reis, marido da 1ª sócia, irmão da 5ª sócia e cunhado do 3º e 6º sócios;
- (4) Raimunda das Graças Ferreira, prima cruzada do 6º sócio;
- (5) Leila Pontes Reis (2º. Conselheiro Fiscal) esposa do 6º sócio, irmã do 3º sócio cunhada da 1ª sócia e do 3º sócio;
- (6) José Luis (1º. Secretário) esposo da 5ª sócia, primo cruzado da 4ª sócia e cunhado do 3º sócio;
- (7) Raimundo é irmão do marido de uma prima cruzada (não sócia) do 6º sócio e prima paralela da 4ª sócia;
- (8) Mauricio Barbosa de Azevedo (Presidente) é casado com a irmã da 9ª sócia e filha da irmã da 1ª sócia;
- (9) Rosenilda Pinheiro Nascimento (2º. Secretario) cunhada do 8º sócio e sobrinha da 1ª sócia;
- (10) José Reis Sá, filho do 2º sócio;
- Não estão ligados por relação de parentesco os seguintes sócios: Evanildo Ferreira Machado (3º. Conselheiro Fiscal) e Rosangela Pureza Menezes (2º. Suplente de Conselheiro Fiscal); O sócio isolado é o Zacarias;
- O 1º. Suplente de Conselheiro Fiscal Agenor dos Santos Maia e 3º. Suplente de Conselheiro Fiscal Olimpio Trindade Cordeiro no momento da montagem eles já haviam saído da associação.

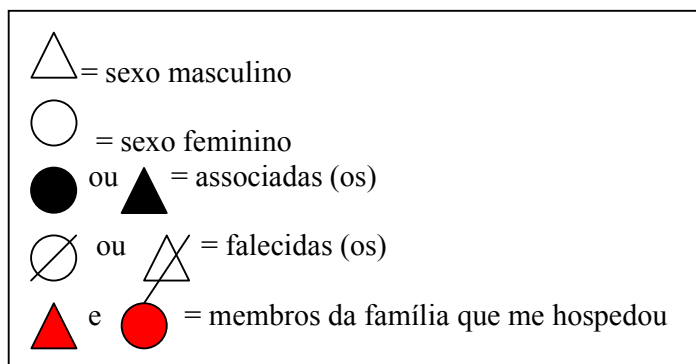
Verifica-se que a coesão familiar solidárias que constituía a base da agricultura ainda se encontra presente, no entanto, não se dá mais como nos anos setenta do século passado, quando em torno do pai se agregavam todos os filhos, que contribuíam com seu trabalho para o coletivo, sendo que a distribuição da renda ficava a critério do pai, que adquiria rancho,

⁸⁷ Essas informações constam da entrevista com José Luiz em outubro de 2004.

roupas e outros objetos necessários. 75% dos associados da APROAGRO são ligados por relações de parentesco e 100% são comunitários, ou seja, são ligados às organizações da igreja católica. Já mostrei anteriormente que há uma superposição de significados entre parente e comunitário. Desta forma, os não parentes são equivalentes aos comunitários, e por intermédio desta denominação adquirem o status de parentes. No universo do Alto Atué cada pessoa, no meu levantamento, foi percebida com referência ao “território de parentesco”, dentro do qual convivem forças antagônicas que levam seja à agregação, seja à ruptura.

Diagrama de Parentesco da APROAGRO





Conforme será visto a antiga organização do trabalho familiar funciona complementarmente no interior da Associação. A Associação construída a partir de relações de parentesco, reproduz o território de parentesco do Recreio e recria uma comunidade – no sentido atribuído pela Igreja, mas também no sentido da *communitas* regida por normas e obrigações internalizadas por todos e cada um, e que constitui o sentido da APROAGRO. Ao constituírem sua própria associação, em contraposição a ASPRA e da forma como o fizeram os associados garantem a coesão interna do grupo, que se mantém unido por relações de confiança, garantindo-se que todos cumprirão sua parte.

Se observarmos o diagrama de parentesco acima e a genealogia mostrada no capítulo 2, percebe-se claramente que não são todos os membros da família que participam da APROAGRO. Estão na associação: os Pinheiro, os Reis, os Batista, enquanto que os membros do clã Guimarães – do qual saíram três prefeitos – não estão incluídos na organização (mas há membros da ASPRA entre eles). A APROAGRO evidencia o faccionalismo que marca a parentela, de um lado os Guimarães, descendentes dos donos do barracão, instalados na cidade, do outro, aqueles que se casaram com descendentes de nordestinos, índios e africanos e que permaneceram lavrando a terra. Alguns dos descendentes dos Guimarães também são lavradores ou comerciantes e circulam entre a beira e a cidade, segundo os interesses ou favorecimentos do clã.

A organização do trabalho na APROAGRO

Na APROAGRO, os associados desenvolvem atividades produtivas como: agricultura temporária e permanente; criação de suínos para venda de leitões e piscicultura com criação

de tambaqui em gaiola⁸⁸ instalada no rio. As atividades da associação são exercidas por todos os seus membros, sendo que, cada um deles, destina um dia por semana para trabalhar na APROAGRO. A renda desta produção não é repartida entre os associados e sim destinada para a própria manutenção da associação, e também para investimentos, como a construção de alguns patrimônios (barracões para reuniões, chiqueiro para os porcos, construção de gaiolas para a criação de peixes, casa de fabricação de farinha, construção de prédios para farmácia e outras); compra de equipamentos (forno para a produção da farinha, mesa para reunião, máquinas para a produção da farinha, placa solar, baterias para carregamento de energia e outros equipamentos necessários). Outros itens garantidos com os recursos da associação são as despesas e gastos com passagens para participação em reuniões, em nome da associação, e o pagamento de impostos. Os trabalhadores da APROAGRO também participam das mobilizações locais junto a outras associações de comunidades com o intuito de garantir a promoção do “desenvolvimento local”, além de possuírem um representante no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável.

- 1) Terreno de cultivo de açaí e plantação de mandioca e outras culturas;



Foto: nº 08 Carregamento de palmito e nº 09 Pequena canoa motorizada para levar palmito
Fonte: Euzalina Ferrão

Esta é a atividade de extração do palmito. Após o corte do palmito, extraído no “pasto”⁸⁹ das árvores impróprias para coleta do fruto, é trazido para casa e é embarcado em pequena canoa motorizada que leva até o barco maior para transportar para cidade de Muaná

⁸⁸ São armações, espécies de grade, feitas com fios de plástico colocadas no rio para criação de peixe em cativeiro.

⁸⁹ Pasto é uma categoria nativa denominada para área onde está o açaizal.

ou para Abaetetuba. Este é o momento do transporte e o José Luís está carregando até o barco com ajuda do filho de seu cunhado.

2) Criação de porcos em cativeiro;



Foto: n° 10 Barracão de criação de porco em cativeiro
Fonte: Euzalina Ferrão, outubro de 2004



Foto: n°11 Barracão de criação de porco em cativeiro por dentro
Fonte: Euzalina Ferrão, outubro de 2004

3) Criação de peixe em gaiola flutuante no rio;

4) Farmácia artesanal (técnica da pastoral da saúde);

5) Casa da Associação;



Foto n° 12 Zacarias e as crianças do Mauricio e Rita, no terreno da APROAGRO
Fonte: Euzalina Ferrão, outubro de 2004

6) Barracão da Associação;

7) Casa de Farinha;



Foto n° 13 Casa de Farinha
Fonte: Euzalina Ferrão, outubro de 2004

Cada membro da Associação possui uma pequena área de produção para a mandioca e outros produtos (ver quadro abaixo) e para o plantio de açaí. O trabalho coletivo na

agricultura nas áreas individuais contribui para que os trabalhadores gastem menos e, ao mesmo tempo, garantam os produtos para consumo. As atividades que realizam em sistema de mutirão são principalmente a limpeza do pasto e fabricação de farinha. As outras atividades são realizadas pela família conforme já faziam anteriormente. Esta forma de organização facilita o acesso a todos aos produtos que eles mesmos produzem. Com isso, deixam de comprar gêneros alimentícios como acontece geralmente no período de safra de açaí, uma vez que se auto-abastecem. O período da entressafra destina-se tanto à produção agrícola temporária (mandioca), quanto à permanente (açaí), sendo ambas voltadas quase que exclusivamente para o consumo interno. Os homens adultos ainda trabalham na mata na extração de palmitos e coleta de açaí. Atualmente, não extraem mais palmitos de seus próprios terrenos, mas apenas enquanto trabalhadores de frentes de extração, contratados por terceiros. O trabalho coletivo favoreceu a volta dos roçados, embora parte dos homens ainda se afaste na safra para a coleta do açaí, enquanto que a retirada de palmitos, menos intensa do que há uma década, é distribuída ao longo do ano. Esta forma de produção que combina produção coletiva, produção familiar, mutirões, produção individual permitiu a volta dos roçados, conforme pode ser observado nos quadros abaixo⁹⁰:

Quadro nº 03 Calendário das principais atividades de produtivas do rio Atua em 2004 (APROAGRO)

Atividades/meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Agricultura	Plantio de culturas secundárias						Derruba Roçagem		Derruba Roçagem	Derruba Roçagem	Plantio	Plantio
Criação de animais*	X	X	x	x	x	X	x	x	x	x	x	X
Extrativa: coleta do fruto de açaí	Safra	Safra	Safra	Safra	Safra	Safra	Limpeza do pasto	Limpeza do pasto	Limpeza do pasto	Limpeza do pasto	Limpeza do pasto	Início da safra
Extrativa: coleta de frutas como bacuri, cupuaçu, bacaba**	Safra	Safra	Safra	Safra	Safra	Safra						
Extrativa: extração de palmito***	X	X	x	x	x	X	x	x	x	x	x	X

*Esta atividade é praticada na comunidade do Recreio com criação de porcos em cativeiro financiada pelo grupo “amigos de Lodi”, primeiramente engordam o animal até os três meses e vendem os leitões, dessa forma a atividade se dá ao longo do ano todo, estando relacionada ao tempo de engorda do animal. Toda a alimentação desse animal é comprada fora.

**Estas frutas não são cultivadas. A produção é de árvores nativas. Estão localizados nas regiões tanto do campo quanto da beira.

***Na comunidade Recreio como em algumas comunidades locais a extração das árvores do pasto ocorrem na entressafra, mas os trabalhadores desta região a praticam o ano inteiro em outras terras. Hoje a atividade de extração de palmito se tornou um ganho certo, por isso, no período de entressafra da coleta do fruto, é praticada em conjunto com as atividades agrícolas.

⁹⁰ Os quadros foram construídos por mim a partir de entrevistas e observação anotada em caderno de campo.

Na comunidade Recreio as atividades produtivas são, hoje, bem diversificadas. Não há um produto mais importante do que o outro. Os trabalhadores estão tentando recuperar suas atividades da agricultura, incluindo o plantio de culturas como o açaizeiro, que antes era explorado apenas como produto extrativista. Após o auge da extração do palmito, os trabalhadores passaram a exercer algumas atividades de forma consorciada, embora sem planejamento externo, mas movidos pela necessidade. Desta forma, por exemplo, compraram conjuntamente animais, principalmente búfalos, para servirem no transporte do palmito. Nessa área, essa forma de transporte atividade é recente. Pois na região o gado de grande porte sempre esteve ligado ao abate e, além disso, à pequena produção de queijo, mais para aumentar a renda do vaqueiro do que do próprio fazendeiro, mas, até então não havia sido utilizado no transporte.

Quadro nº04 Ciclo agrícola do rio Atua em 2005

Culturas/meses	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Abacaxi	Plantio e colheita (01 ano entre uma atividade e outra)											
Abóbora	plantio			colheita								
Banana										Plantio e colheita (01 ano entre uma atividade e outra)		
Mandioca							Derruba e roçagem	plantio	Derruba e roçagem	Derruba e roçagem	plantio	Plantio
Maxixe	plantio		colheita									
Melância							Colheita				plantio	Plantio
Milho				Colheita			Derruba e roçagem				plantio	Plantio

De acordo com os dados levantados existem dois períodos de ciclo agrícola um começa com a derruba, roçagem e queima no mês de junho ou julho e o outro começa a derruba, roçagem e queima em setembro ou outubro, quanto ao plantio, depende muito do começo da chuva. Se o plantio for em novembro a primeira limpeza ocorre em janeiro, mas se o plantio for em dezembro a primeira limpeza é feita em fevereiro. O ciclo sempre se dá desta maneira:

- 1) derruba, roçagem e queima;
- 2) plantio;
- 3) dois meses depois do plantio a primeira limpeza;
- 4) a colheita depende da cultura – milho e melancia 3 meses depois, - banana 8 meses depois, - mandioca de 8 a 9 meses⁹¹.

Outras atividades novas são: a venda de açaí beneficiado no período de safra, quando há muitos “marreteiros” na região comprando e vendendo na região;

Quadro nº 05 Atividades agrícolas do Atué em 2005

CALENDARIO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS								
MESES	PREPARO DA TERRA				CULTIVOS PRINCIPAIS		CULTIVOS SECUNDÁRIOS	
	ROÇAGEM	DERRUBA	QUEIMA	COIVARA	PLANTIO	COLHEITA	PLANTIO	COLHEITA
JANEIRO							Abacaxi Maxixe Jerimum Melancia	Abacaxi
MARÇO								Maxixe
ABRIL								Jerimum Milho
JULHO		X						Melancia
AGOSTO	X	X						
SETEMBRO			X	X		Mandioca		
OUTUBRO					Banana	Banana		
DEZEMBRO							Milho Mandioca	Milho Mandioca

Na associação, todos têm os mesmos deveres e direitos, estabelecidos contratualmente, o que significa uma importante mudança em relação ao passado. No entanto, verificamos que de alguma forma não é apenas o contrato que regula as relações. Conforme foi mostrado no capítulo 2, Benedita e o marido trabalham com seus filhos, mantendo a coesão através do trabalho coletivo. Embora os filhos não sejam sócios, a organização do trabalho familiar continua sendo mantida como antigamente e toda a família se beneficia dos projetos implantados e para eles contribui. Observa-se que a maioria dos sócios pertence à geração

⁹¹ As informações foram colhidas em dezembro de 2005, na cidade de Muaná, junto ao senhor João Reis, pai da Leila, esposa do Zé Luis. Ambos foram entrevistados no Recreio em outubro de 2004. É também pai da Laudimar, marido da Benedita (Bena). Era antigo morador do Bom Jardim depois vendeu a terra que havia recebido de herança de seus pais e foi morar lá para o alto rio Atué.

mais antiga, e que a participação das mulheres na sociedade é pouco inferior à dos homens. Podemos constatar que ao lado de suas formas tradicionais de trabalhar, os trabalhadores adaptam formas conhecidas às formas contratuais e individualistas próprias dos projetos. Resultando daí uma forma híbrida que contém elementos interiorizados da agricultura tradicional que se mesclam às formas propostas pelos projetos, embora estes, a princípio, sejam construídos de forma participativa. No entanto, o planejamento, conforme entendido por lideranças devidamente treinadas, contrapõe-se por vezes às práticas interiorizadas do grupo, podendo gerar descontentamentos e conflitos, que são, todavia, amenizados em virtude da coesão interna do grupo.

Na APROAGRO, de acordo com as informações levantadas, observamos que a maior parte das atividades produtivas (fabricação de farinha, plantio de açaí, criação de peixe, criação de porcos e outras) é desenvolvida tanto por homens, quanto por mulheres, o que assinala uma diferença relevante com as formas tradicionais de produção, onde a divisão das tarefas por sexo era mais claramente estabelecida. No entanto, as atividades domésticas e de criação dos filhos continuam exclusivamente a cargo das mulheres (educação dos filhos, limpeza da casa, lavagem da roupa, preparo dos alimentos e outras).

Alguns dos sócios, especialmente os mais velhos, resistem a algumas práticas ensinadas pelos técnicos, como a criação de porcos em cativeiro, que exige que estes sejam alimentados com ração em horários pré-estabelecidos. Então, esse novo planejamento de atividades, que envolve a utilização de espaços finitos e que exige que as tarefas sejam realizadas em horários pré-definidos, implicando a necessidade de construir uma nova noção de tempo, são, freqüentemente, objeto de reclamação por parte de alguns sócios. Na realidade, o que se verifica, observando as atividades acima descritas, é um processo de intensificação do trabalho, seja pela combinação de atividades agrícolas, extrativistas e de criação, em que o tempo é minuciosamente organizado, sem deixar períodos ociosos, seja pela inclusão de novas atividades, como alimentar animais e limpar chiqueiros. Isso está sendo resolvido internamente pelo grupo adaptando antigas formas conhecidas às exigências do novo planejamento. Deste modo, não é obrigatoriamente o sócio nominal quem dá um dia de trabalho para a associação. O dia pode ser pago com o trabalho de um filho. Por outro lado, mantém-se a circulação de alguns gêneros entre famílias que estão desprovidas, de forma que todos possam alimentar-se, o que significa que esses trabalhadores atribuem ao lado dos significados aprendidos dos técnicos, um sentido próprio e coletivo para a sustentabilidade, que implica o uso das novas técnicas como forma de fortalecer a coesão interna do grupo de parentes, em contraposição a outro grupo de parentes. Apesar desta cisão, localmente, todos

pertencem à comunidade do Recreio, onde se inserem todos os clãs, e onde todos têm obrigações uns em relação aos outros.

Considerações Finais

Quando me propus a realizar a pesquisa que resultou nesta dissertação, pensei que a maior dificuldade a enfrentar seria a distância entre Belém e o local da pesquisa, tanto no que dizia respeito ao tempo e as dificuldades de chegada, conforme mostrei no capítulo 1, quanto às despesas decorrentes das viagens. Havia escolhido um objeto bem delimitado: uma associação fundada recentemente sob a chancela da sustentabilidade, em uma comunidade de 22 casas, e me propunha entender suas condições de criação e funcionamento, e o que eu via como uma mudança substancial das condições de produção.

Por outro lado, contava tanto com a minha experiência de pesquisa no Marajó, quanto com as relações pessoais de minha família e as muitas histórias que eu já conhecia. Com efeito, minha experiência de pesquisa anterior e a minha trajetória me ofereciam elementos que me ajudaram a dar conta do que me propunha a estudar. Embora eu conhecesse a história dos grupos familiares e tivesse, eu mesma, vivenciado as transformações produtivas ao longo das últimas três décadas, não via, pelo menos de início muito claramente, como esse processo estaria relacionado com a APROAGRO, que me aparecia como fruto de interferências externas e das possibilidades de apropriação de tais interferências. No entanto, tecer a trama que me levou a associação mostrou-se tarefa muito mais complicada do que havia previsto. Hoje percebo ter dado conta dos meus objetivos dentro das limitações dos prazos impostos para a conclusão do mestrado. Acho que consegui entender o espírito da APROAGRO, mas, também vejo que muito mais poderia haver sido feito. Gostaria de ter aprofundado a análise do *território de parentesco*, identificando claramente a posição e história de cada um, como também poderia ter feito uma etnografia mais precisa da produção da APROAGRO e ter contado uma história mais densa e localizada da ação da Igreja Católica, e também ter trabalhado a recente entrada da Igreja Evangélica e os efeitos daí resultantes. Isso está por fazer, no entanto, parece-me que a dissertação aponta para algumas pistas relevantes.

A primeira, e decorrente da análise acima, refere-se ao fato de que nem sempre o que parece ser um objeto delimitado e circunscrito, pode ser entendido a partir de uma

análise igualmente simples. De fato, a minha primeira leitura me levava para algumas operações mecânicas: eu ouvia falar em *fóruns*, conselhos e associações de desenvolvimento sustentável e entendia isso como uma novidade, - ou melhor, uma mudança - a ser entendida a partir dos agentes externos de um lado e das práticas da associação por outro. Mas algumas questões aparentemente simples, como: o que é a comunidade do Recreio? Quem são os sócios da APROAGRO? Como se organizam para trabalhar? Mostraram que era necessário reconstituir o grande grupo familiar e seus clãs e entender suas diferenças internas; que era necessário reconstituir as transformações da produção e sua organização; e finalmente, que era necessário entender a ação de agentes externos na longa duração, a começar pela Igreja Católica.

Mais do que isso, o material foi apontando que o que eu via como mudança estava eivado de continuidades. Assim, as comunidades eclesiais de base, embora impusessem modificações nas relações internas, atribuindo um espaço de poder aos jovens e às mulheres, reconstituíam a *communitas*, não apenas no nível do grupo doméstico, mas no do território de parentesco, garantindo estabilidade ao grupo. Assim, os que vêm de fora, ao se tornarem *comunitários*, tornam-se também parentes, passando a fazer parte do *território de parentesco*. A igreja exerce uma interferência externa que o grupo usa em seu próprio favor, reequilibrando-se ao transformar não parentes em parentes, via ingresso na comunidade. Aliás, a linguagem da Igreja contém todas as metáforas necessárias à operação, quando Deus é denominado pai e todos os homens irmãos.

Com a APROAGRO ocorre coisa semelhante, se pensarmos o processo na longa duração. A família patriarcal que havia sofrido as investidas das sucessivas entradas econômicas, que ocasionaram inclusive uma drástica redução das roças e roçados e quase se desagrega, se recompõe de alguma forma na APROAGRO. Nas entrevistas com os associados, estes chamam atenção para o fato de que, em suas casas, os filhos continuam trabalhando junto com os pais e são estes aqueles que decidem a respeito da produção e da destinação de uma renda eventual, sugerindo uma continuidade com o passado. Com efeito, apenas um filho casado de sócio é igualmente sócio (Raimundo Nonato e seu filho José Reis Sá), nos outros casos, embora nominalmente o sócio seja o homem da casa e/ou sua mulher, na realidade é como se a família fosse sócia, tanto na divisão das tarefas, quanto em relação aos resultados obtidos. Com a APROAGRO, ocorre um retorno às atividades agrícolas e ao trabalho familiar. Com isso, observa-se como a presença de organizações de governo e de uma organização internacional de

apoio, que são novidades, na Ilha, promovem uma forma de retorno à tradição, ou de reinvenção da tradição.

Uma situação merece destaque: o papel da mulher. Na memória das mulheres e homens contrapõe-se um passado de total submissão e dependência da mulher ao homem, a um presente de autonomia, no qual a mulher se coloca como sócia e assume todas as tarefas que competem a qualquer sócio, homem ou mulher. Há de se perguntar se esse passado homogeneizado é real, ou se constitui em uma forma de justificar o fim, embora provisório da agricultura, em uma época de entrada de estranhos em ritmo acelerado e em que todos os esforços se voltam para o rentável extrativismo. De fato, na Amazônia há e sempre houve mulheres chefes de família, no que pese a ação da igreja no sentido de valorizar a sua ação.

A APROAGRO se constitui em objeto rico para análise em virtude dos múltiplos aspectos do social que evoca. Vista a partir da genealogia como um todo, ou a partir de um extenso terreno de parentesco, onde convivem uma facção ligada às oligarquias e outra de lavradores, pode-se aí, também, observar um movimento de re-equilíbrio, no qual, em função dos mecanismos aqui descritos, as oligarquias vêem-se obrigadas a lidar com e considerar oponentes.

Finalmente, a APROAGRO vista como algo extremamente atual, associada à agenda verde e ao desenvolvimento sustentável, contando com a colaboração de organizações nacionais e internacionais – ou como diriam certos cientistas sociais – vivendo dentro de um mundo globalizado, realiza uma atualização dos modos tradicionais de produção, permitindo a reconversão à agricultura e aos modos de produção em família, apesar de certo desconforto com relação a um modo de trabalhar muito controlado, que envolve tempos e espaços impressos desde o exterior sobre o grupo.

Referências

ABREU FILHO, Ovídio. Parentesco e Identidade Social. In: Anuário Antropológico 80. São Paulo: Editora Tempo Brasileiro, 1982.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Tese de doutorado. UFRJ/MN/PPGAS, 1992.

ANTONAZ, Diana “Agendas 21 na Amazônia” In: (José Sérgio Leite Lopes et al.) Agenda 21 e a construção da participação. Relatório de Pesquisa UFRJ/MN/PPGAS, 2006.

AVRITZER, Leonardo. “Um desenho institucional para o novo associativismo”. Revista Lua Nova, n.39, 1997, (pp.149-174).

BANERJEE, Suhabrata Bobby. Quem sustenta o desenvolvimento de quem? Desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. O contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003 (pp. 75-130).

BARBOSA, Georgina Tavares dos Santos. O papel da Indústria Madeireira na Produção do Espaço Geográfico: o caso do município de Breves. Trabalho de Conclusão de Curso. Belém: mimeo, 1999.

BARROS, Marco Antonio B. Sustentabilidade, a Política do FNO, os Movimentos Sociais: um estudo de caso em Inhangapi-Pa. Belém: mimeografiado/TTC/CFCH/UFPA, 2000.

BARBOSA, José M. de A. Muaná, uma gota no mundo em Marajó. Belém: Alves, 2001.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre & SAYAD, Abdelmalek. Le déraciment. La crise de l’agriculture traditionnelle en Algérie. Paris: Les éditions de Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas SP: Papyrus, 1996.

BRABO, M. J. C. Os roceiros de Muaná. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1979a.

BRABO, M. J. C. Palmiteiros de Muaná – estudo sobre o processo de produção no beneficiamento do açaizeiro. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1979b.

BUBER, Martin. Sobre comunidade. São Paulo: Perspectiva S. A, 1987.

CAMARGO, C. F. Família e religião na sociedade rural em mudanças. In: SZMRECSÁNYI, T; QUEDA, O. Vida rural e mudança social. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 (pp.177-189).

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

COCCO, Giuseppe e GALVÃO, Alexander Patêz. Sobre a “tropicalização” do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In os distritos industriais italianos e os desafios da tropicalização, SEBRAE/IETS/EPPGLABTeC, junho 2002.

COMERFORD, John Cunha. Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

CONCEIÇÃO, M. F. C. Populações tradicionais, sustentabilidade e reordenação social na Amazônia. In: COSTA, M. J.J. Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: EDUFPA, 2001.

CONCEIÇÃO, M. F.C. e MANESCHY, M.C. Tradição e mudança em meio às populações tradicionais da Amazônia. In: COSTA, M. J. J. Caminhos sociológicos na Amazônia. Belém: EDUPFA, 2002 (pp.147-171).

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima Carneiro da MANESCHY, Maria Cristina. Pescadores, Agricultores e Ribeirinhos na Amazônia Oriental: associativismo e sustentabilidade. Dinâmicas de ocupação e de exploração – efeitos e respostas socioculturais, Boletim Rede Amazônia, n.1, ano 2, 2003, (pp.61-69).

COSTA, Francisco de Assis. Agricultura Familiar no nordeste paraense: o caso de Capitão Poço. Belém: NAEA, 2000.

COSTA, Francisco de Assis. Ecologismo e questão agrária na Amazônia. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPA, 1992.

CRUZ, Miguel Evangelista. Marajó, essa imensidão de Ilha. São Paulo: M. C. M. CRUZ, 1989.

CUNHA, Euclides. Um paraíso perdido. Ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

DALTON, R. O grande massacre de gatos. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ELIAS, Norbert. A sociedade de corte. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

FERNANDES, Marcionila. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In: FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel. O contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003 (pp. 131-169).

FERRÃO, Clara S; SILVA, Mirian R. M. Estrutura e funcionamento da educação rural no município de Muaná/PA, no período de 1986 a 1994. Belém: mimeografado/TCC/UFPA .

FERRÃO, Euzalina S. Relações de trabalho na pecuária, em Muaná. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Belém: UFPA/CFCH, 1994.

_____ “Ribeirinhos do Alto Atuaú: na roça ou no extrativismo uma forma de sobrevivência”. In: X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia Rural. Rio de Janeiro, Mundo Virtual, 2000. (CD-ROM).

_____ SOARES, Soraia Melissa F. Cultura Popular e Revelação de Identidade. Belém: mimeografado, 2001.

FRANCO, M.S.C. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ática, 1974.

GALLO, Giovanni. Marajó: a ditadura da água. Belém: Edições “Nosso Museu” Santa Cruz do Arari/Pará: 1981.

GALVÃO, Eduardo. Santos e Visagens. São Paulo, Editora nacional; Brasília, INL, 1976.

GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Vozes; FASE, 1990.

HÉBETTE, Jean. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Tranzamania . In: HÉBETTE, Jean et. Al. No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002 (pp. 205-231).

HOMMA, Alfredo K. Oyama. Extrativismo Vegetal na Amazônia: Limites e Oportunidades. Brasília: EMBRAPA/SPI, 1993.

HOORNAERT, Eduardo. O Cristianismo Amazônico. In: COMISSÃO DE ESTUDOS DA HISTORIA DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA – CEHILA. História da Igreja na Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

IANNI, Octavio. A era da globalização. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1999.

IBGE. Relatório Anual e Estatístico do Brasil. 2000

IBGE. Relatório anual e Estatístico do Brasil. 2001.

JORNAL “VOZ DE NAZARÉ” 23 de junho de 2004.

JURANDIR, Dalcídio. Chove nos campos de Cachoeira. Belém: CEJUP/SECULT, 1997.

JURANDIR, Dalcídio. Marajó. Belém: CEJUP, 1992.

KITAMURA, Paulo Choji. A Amazônia e o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994.

LATIFÚNDIO domina cachoeira do Arari: A divisão das terras da região marajoara e a incompetência das autoridades condenaram os cachoeirenses à semi-escravidão. Belém, Jornal Popular março 1994.

LEITE LOPES, José Sérgio; et al. Intervenção de instâncias públicas. In: LEITE LOPES, José Sérgio; et.al Ambientalização dos Conflitos sociais: participação e controle público da poluição. Rio de Janeiro: Relume Dumará,2004 (pp.227-240).

LEITE LOPES, Sérgio et al. A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2004.

LEVI-STRAUSS, Claude. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: Estado, homem, natureza. Belém: CEJUP, 1992.

LOUREIRO, Violeta R. Miséria da ascensão social: capitalismo e pequena produção na Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1987.

MAIA, Maria Lúcia Sá; NEVES, Maria Elizabete Coelho das. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável no Pará: descentralização e participação municipal. In: HEBÉTTE, Jean et.al. No mar, nos rios e na floresta: face do campesinato no Pará. Belém, Edufpa, 2002 (pp.331-353)

MATA, Possidônio da “A igreja católica na Amazônia da atualidade”. In (Eduardo Hoornaert) História da Igreja na Amazônia. Petrópolis Vozes: 1992, (pp. 341-365).

MAUÉS, Raymundo Heraldo. A ilha encantada: medicina e xamanismo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1990.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: EDU/EDUSP, 1974.

MIRANDA NETO. Marajó: desafio da Amazônia. Belém: CEJUP, 1993.

MOREIRA, Edma Silva. Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade de várzea do rio Xingu/PA. Belém: EDUFPA, 2004.

MOVIMENTO focolares. Apresentação Chiara Lubich.
<http://www.focolares.org.br/Pagech.htm> em 11/02/2006.

MURRIETA et al. Estratégias de Subsistência de uma população ribeirinha do rio Marajó-Açú, Ilha de Marajó, Brasil. In: Boletim do Museu Paraense emílio Goeldi, série Antropologia, 5 (2), 1989.

NUNES PEREIRA. A Ilha de Marajó: Estudo Econômico-social. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

OLIVEIRA, R. & ALMEIDA, R. Característica do uso e manejo do açaí por populações do Alto rio Atua – Marajó/Pará. VI Workshop ECOLAB: Belém: MPEG, anais, 2002.

QUIRINO, Tarcizio R. e ABREU, Lucimar S. Resposta das Ciências Sociais aos problemas ecológicos: entre paradigmas antropocêntricos e ecocêntricos. In: X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia Rural. Rio de Janeiro, Mundo Virtual, 2000. (CD-ROM).

REDCLIFT, Michel R. Os novos discursos de sustentabilidade. In: FERNANDES, Marcionila & GUERRA, Lemuel. Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003, (pp. 47-74).

REGO, José F. do. Amazônia - do Extrativismo ao Neoeextrativismo. Ciências Hoje, Rio de Janeiro, vol.25, N° 147, março de 1999.

SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986

SAHLINS, Marshall. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003b.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003a.

SALGADO, Iliana; CASTELLANET, Christian. Potencial e limites da pesquisa participativa para o planejamento da gestão e do uso dos recursos naturais: o caso do município de Uruará na região da Transamazônica. In: ALBADEJO C.; e VEIGA I. Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento/ Universidade Federal do Pará. Centro Agropecuário. Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. – Vol. 1, n 2 (2000) – Belém: UFPA/NEAF, 2000.

SANTOS, Boaventura de S. Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHUSKY, Ernest L. Manual para análise de parentesco. In: Coleção Antropologia e Sociologia. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1973 (pp.11-54)

SEITZ, J. L. A Política do Desenvolvimento. Uma introdução a Problemas Globais. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SOARES, Ana C. de P. A participação política feminina em sociedades: o caso de Muaná, Marajó/Pa. Belém: UFPA, 2004 (Dissertação).

SOUZA, Inglês de. O coronel Sangrado (cenas da vida do Amazonas). Belém: EDUFPA, 2003. – (Coleção Amazônia).

STOCKINGER, Gottfried. A reestruturação de relações tradicionais na Amazônia numa era de modernização forçada (1960-1980). In: COSTA, Maria José Jackson. Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisas. Belém: Universidades Federais do Pará, 2001. (pp.105-140)

SZMRECSANYI, Tamás; QUEDA, Osioaldo. Vida Rural e Mudança Social. São Paulo: Nacional, 1979.

VAZ, Florêncio Almeida. A nova reserva extrativista. In: X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia Rural. Rio de Janeiro, Mundo Virtual, 2000. (CD-ROM).

VAZ, Florêncio Almeida. Ribeirinho da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, N. 2, Vol. 90, março/abril de 1996.

VIOLA, Eduardo J e; LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bistorialismo prevarcionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Joseph e; VIEIRA, Paulo Freire. Dilemas Socioambientais e desenvolvimento Sustentável. Campinas : UNICAMP, 1992.

WAGLEY, Charles. Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos. Belo Horizonte : Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WEINSTEIN, Bárbara. A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1910. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Fonte manuscrita: Caderno de Campo e Diário de Viagem

Fontes orais: Entrevistas

ARLINDO – Funcionário da EMATER, em maio de 2005

BENEDITA PINHEIRO– Liderança comunitária e associada da APROAGRO outubro de 2004

FÁTIMA COBEL – Colaboradora da Paróquia de Muaná, em maio de 2005

FRANCISCA CALANDRINI – Herdeira do sítio Barracão

JOÃO REIS – morador do alto Atuí e trabalhador da agricultura, dezembro de 2005

JOSÉ LUÍS FERREIRA – Liderança comunitário e associado da APROAGRO, outubro de 2004

JULIETA FERREIRA – Membro do Fórum DELIS, maio de 2005

LEILA REIS – Liderança comunitária e associada da APROAGRO, outubro 2004

MAURÍCIO AZEVEDO – Conselheiro Municipal de Desenvolvimento Rural e Associado da APROAGRO julho de 2004

NAZARÉ MONTEIRO – Secretária dos Amigos de Lodi, maio de 2005

NOLLAR – Membro do Conselheiro Municipal de Desenvolvimento Rural, maio de 2005

QUINCAS CORREA – Presidente do STR de Muaná, julho de 2004 e maio de 2005

RAIMUNDO FREITAS – Associado da APROAGRO, outubro de 2004

REGINALDO – Presidente da Caça e Pesca (Z59) de Muaná, maio de 2005

RITA NASCIMENTO – Professora da Comunidade Recreio, outubro de 2004

ZACARIAS CORDEIRO – Associado da APROAGRO, outubro de 2004

ZEH ROBERTO – Elaborador do projeto da Agenda 21 de Muaná e ex-assessor da Prefeitura gestão 2001/2004, maio de 2005